

PUCRS

ESCOLA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA

NATHALIA AMARAL PEREIRA DE SOUZA

**RELAÇÕES DE GÊNERO E RURALIDADES NAS NARRATIVAS DE
ADOLESCENTES EM ESCOLAS DO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL**

Porto Alegre
2018

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA

**RELAÇÕES DE GÊNERO E RURALIDADES NAS NARRATIVAS DE
ADOLESCENTES EM ESCOLAS DO INTERIOR DO RIO GRANDE DO
SUL**

NATHALIA AMARAL PEREIRA DE SOUZA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Escola de Ciências da Saúde da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

**Porto Alegre
Março, 2018**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA

**RELAÇÕES DE GÊNERO E RURALIDADES NAS NARRATIVAS DE
ADOLESCENTES EM ESCOLAS DO INTERIOR DO RIO GRANDE DO
SUL**

NATHALIA AMARAL PEREIRA DE SOUZA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Escola de Ciências da Saúde da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Angelo Brandelli Costa

**Porto Alegre
Março, 2018**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA

**RELAÇÕES DE GÊNERO E RURALIDADES NAS NARRATIVAS DE
ADOLESCENTES EM ESCOLAS DO INTERIOR DO RIO GRANDE DO
SUL**

NATHALIA AMARAL PEREIRA DE SOUZA

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Angelo Brandelli Costa (Orientador)

Profa. Dra. Aline Accorssi (Universidade Federal de Pelotas – UFPel)

Profa. Dra. Aline Reis Calvo Hernandez (Universidade Federal do Rio Grande do Sul –
UFRGS)

**Porto Alegre
Março, 2018**

Ficha Catalográfica

S729r Souza, Nathalia Amaral Pereira de

Relações de gênero e ruralidades nas narrativas de
adolescentes em escolas do interior do Rio Grande do Sul /
Nathalia Amaral Pereira de Souza . – 2018.

115.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em
Psicologia, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Ângelo Brandelli Costa.

1. Relacionamentos afetivos. 2. Violência de gênero. 3.
Adolescências. 4. Ruralidades. I. Costa, Ângelo Brandelli. II.
Título.

*Eu prefiro ser
Essa metamorfose ambulante
Eu prefiro ser
Essa metamorfose ambulante
Do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo
Do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo
Eu quero dizer
Agora o oposto do que eu disse antes
Eu prefiro ser
Essa metamorfose ambulante
Do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo
Do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo
Sobre o que é o amor
Sobre o que eu nem sei quem sou*

Raul Seixas

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Vera Beatriz Amaral Pereira de Souza, que, com seus exemplos, incentivou-me a ser uma mulher determinada em seguir meus sonhos e objetivos. Sua trajetória na área da Educação foi fundamental como estímulo para que eu percebesse o contexto escolar como um espaço de diálogos e de transformação social. Hoje, minha mãe está presente no meu coração, nas minhas memórias e na esperança de um futuro melhor.

Ao meu pai, Régis Caetano Bof Pereira de Souza, por me propiciar a base de apoio, de segurança, de amor e de confiança em todas as situações. Obrigada por estar sempre presente. És fonte de inspiração na minha vida!

Ao meu amigo, meu companheiro, meu amor, Adriano da Silva Mignot, por todas as palavras de carinho que me acalentaram em diversos momentos. Obrigada por tudo!

À minha tia, Nara Paixão do Amaral, por encher meu coração de amor e de carinho.

À Marlene Neves Strey, minha primeira orientadora, pelos ensinamentos, pelo respeito, pela amizade e pela compreensão durante o mestrado. És um exemplo a ser seguido!

Ao Angelo Brandelli Costa, meu segundo orientador, pela acolhida, pelo amparo, pela atenção e pela disponibilidade em me direcionar à produção de conhecimentos.

À Aline Accorssi, professora que afetuosamente contribuiu com a minha trajetória acadêmica. Obrigada pelo privilégio em tê-la nas bancas de qualificação e de defesa da minha dissertação!

À Aline Reis Calvo Hernandez, pelas colaborações essenciais na banca de qualificação e pela aceitação em compor a banca de defesa. É uma honra tê-la nesse momento importante!

Ao CNPq, pelo auxílio financeiro, fundamental para a dedicação exclusiva, durante o período de dois anos do mestrado.

Às pessoas dos Grupos de Pesquisa Relações de Gênero e Preconceito, Vulnerabilidade e Processos Psicossociais (PVPP/PUCRS), pelas trocas de conhecimentos e pelo companheirismo durante o mestrado.

Às/aos adolescentes participantes desta pesquisa, por aceitarem compartilhar suas experiências e percepções. Obrigada pela confiança!

À Secretaria de Educação e às diretoras das escolas, por acreditarem no meu trabalho e permitirem a viabilização desta pesquisa.

Às secretárias, às professoras e aos professores do PPGP da PUCRS, por me receberem tão bem, pelos momentos de apoio e de aprendizagem.

“Escolher escrever é rejeitar o silêncio”.
Chimamanda Ngozi Adiche

RESUMO

Ao longo da história as formas de relacionar-se passaram por alterações que impactaram no modo como os relacionamentos de adolescentes são vivenciados atualmente. A velocidade e a instantaneidade produzidas pelo líquido cenário moderno contribuem para relacionamentos flexíveis e instáveis na adolescência. Além disso, a violência nos relacionamentos entre adolescentes é banalizada como um fenômeno cultural, especialmente no Brasil. O estudo teve como objetivo investigar a violência de gênero nas relações afetivas na adolescência e o modo como as questões de gênero são apresentadas nas narrativas de adolescentes de duas escolas municipais em contexto rural e urbano no interior do Rio Grande do Sul. A pesquisa define-se por ser qualitativa e exploratória, com a participação de 11 adolescentes de 15 e 16 anos de idade, sendo 7 moças e 4 rapazes. Nesta pesquisa, adolescência é compreendida no período entre 12 e 18 anos. O estudo ocorreu em uma cidade do interior do Rio Grande do Sul, localizada a 67 km da capital do estado, Porto Alegre. Duas foram as escolas municipais participantes deste estudo, uma está localizada em zona urbana da cidade e a outra em zona rural. Foram realizados seis grupos focais mistos, de moças e de rapazes, três em cada escola. Foi realizada uma análise de conteúdo do tipo temática das falas provenientes dos grupos focais. Dois artigos foram realizados a partir dos dados desta pesquisa. O primeiro artigo investigou as percepções das/os adolescentes sobre as relações afetivas na adolescência. Os resultados apontam percepções de relacionamentos impactados pela combinação do amor romântico e do amor líquido. Ademais, a violência simbólica é percebida nas desigualdades entre os gêneros e na patologização dos relacionamentos homossexuais. O segundo artigo teve como objetivo analisar as percepções de adolescentes sobre o contexto rural onde moram. Os resultados demonstraram que, embora haja o desejo em migrar da cidade para novas oportunidades, algumas/ns adolescentes sentem preocupação em vivenciar situações de preconceitos contra a origem geográfica e de lugar que experienciam onde moram, geradas pela violência simbólica. Os dois estudos revelaram a relevância em pesquisar as relações de gênero nas ruralidades, ao oportunizar e a fortalecer a presença da Psicologia Social no meio rural.

Palavras-chave: Relacionamentos afetivos. Violência de gênero. Adolescências. Ruralidades.

Área conforme classificação CNPq: 7.07.00.00-1 – Psicologia

Subárea conforme classificação CNPq: 7.07.05.00-3 – Psicologia Social

ABSTRACT

Throughout history the ways of relating have been through changes which impacted in how the relationships of adolescents are experienced nowadays. The velocity and instantaneousness produced by liquid modern scenario contribute to flexible and unstable relationships in adolescence. Furthermore, violence in relationships among teenagers is trivialized as a cultural phenomenon, especially in Brasil. The study aimed to investigate gender violence in adolescent affective relationships and how gender issues are presented in the narratives of adolescents from two municipal schools in a rural and urban context in Rio Grande do Sul's countryside. The research is defined as qualitative and exploratory, with the participation of teenagers between 15 and 16 years old, being 7 girls and 4 boys. In this research, adolescence is comprehended by the period from 12 and 18 years of age. The study took place in a city in the countryside of Rio Grande do Sul, located 67 km from the capital of state, Porto Alegre. Two city schools took part in this study, one is located in the urban area of the city and the other one in the rural area. There were six mixed focus groups of girls and boys, three in each school. The data were examined through the content analysis of the thematic type of speech emission from the focus groups. Two studies based on research data. The first article analyzes how the adolescents' perceptions about affective relationships in adolescence. The results point to perceptions of relationships impacted by the combination of romantic love and liquid love. Besides that, symbolic violence is perceived in the inequalities between genders and in homosexual relationships pathologization. The second article aimed to analyze the perceptions of adolescents about the rural context where they live. The results of article two presented that, although there is a desire to migrate from the city to new opportunities, some adolescents are worried about experiencing prejudice against the geographic origin and place where they live, generated by the symbolic violence. The two studies revealed the importance of researching as gender relations in the rural areas, by opportunizing and strengthening a presence of Social Psychology in rural areas.

Keywords: Affective relationships. Gender violence. Teens. Ruralities.

SUMÁRIO

RESUMO	9
ABSTRACT	10
LISTA DE TABELAS	12
LISTA DE APÊNDICES	13
LISTA DE ANEXOS	14
1 APRESENTAÇÃO	15
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
2.01 Os modelos de amor	19
2.02 Emancipação das mulheres.....	22
2.03 Violência de gênero	26
2.04 Violência simbólica	29
2.05 O que é a adolescência?.....	31
2.06 Relações afetivas na adolescência	32
2.07 Violência de gênero nos relacionamentos afetivos na adolescência	34
2.08 Gênero nas escolas.....	40
2.09 As percepções acerca das ruralidades.....	45
3 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA	49
3.01 Delineamento da pesquisa	49
3.02 Participantes do estudo	50
3.03 Instrumento de coleta de dados	52
3.04 Questões éticas	56
3.05 Análise dos dados	57
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
Referências	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados das/os participantes.....	73
Tabela 2 – Dados dos estudos realizados.....	74
Tabela 3 – Categorização dos dados.....	76

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	77
Apêndice B – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido	79
Apêndice C – Ficha Demográfica.....	81
Apêndice D – Imagens desenvolvidas nos grupos.....	82
Apêndice E – Reportagens utilizadas nos grupos.....	95

LISTA DE ANEXOS

Anexo A – Termo de autorização Institucional	111
Anexo B – Parecer de aprovação substanciado do Comitê de Ética.....	112

1 APRESENTAÇÃO

O presente estudo integra a Dissertação de Mestrado intitulada “Relações de gênero e ruralidades nas narrativas de adolescentes em escolas do interior do Rio Grande do Sul”. Seu objetivo geral é investigar a violência de gênero nas relações afetivas na adolescência e o modo como as questões de gênero são apresentadas nas narrativas de adolescentes de duas escolas municipais em contexto rural e urbano no interior do Rio Grande do Sul. A pesquisa se insere no campo dos estudos de gênero e das relações afetivas. Ao iniciar a pesquisa, diversas eram as questões norteadoras: o que são relações afetivas para as/os adolescentes? Como são vivenciadas as questões de gênero nas relações? Elas/es narram violência de gênero em suas percepções de relacionamentos afetivos? Quais suas percepções do contexto rural?

O interesse pelos temas gênero e violência surgiu a partir do ingresso da pesquisadora na iniciação científica na Universidade La Salle/Canoas, local onde se graduou como psicóloga, que possibilitou a participação em grupos de pesquisas na instituição. Além disso, as experiências de estágios em serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência (Centro de Referência Jacobina, na cidade de São Leopoldo, e Centro de Referência da Mulher Patrícia Esber, na cidade de Canoas) permitiram-lhe perceber a relevância da temática de gênero para a compreensão da equidade de gênero em todos os âmbitos, principalmente, nos relacionamentos afetivos, nos quais a violência de gênero acontece com frequência. Ao ingressar no Grupo de Pesquisa Relações de Gênero, coordenado pela Prof^a. Dr^a. Marlene Neves Strey, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, sentiu a necessidade de investigar a temática com as/os adolescentes, que da mesma forma mantém relacionamentos afetivos. Atualmente, a pesquisadora é integrante do Grupo de Pesquisa Preconceito, Vulnerabilidade e Processos Psicossociais (PVPP/PUCRS), coordenado pelo Prof. Dr. Angelo Brandelli Costa, que deu continuidade à orientação deste trabalho até o presente momento.

A escolha do tema foi definida no primeiro semestre de 2016, com o objetivo de investigar a violência de gênero nas relações afetivas na adolescência e o modo como as questões de gênero são apresentadas nas narrativas de adolescentes de duas escolas municipais em contexto rural e urbano no interior do Rio Grande do Sul. Os objetivos específicos foram: analisar o que são as relações afetivas entre adolescentes de duas escolas municipais em contexto rural e urbano no interior do Rio Grande do Sul; identificar como são apresentadas as questões de gênero nas relações afetivas entre adolescentes de duas escolas municipais em contexto rural e urbano no interior do Rio Grande do Sul; verificar se a violência de gênero está

presente nas narrativas sobre as relações afetivas entre adolescentes de duas escolas municipais em contexto rural e urbano no interior do Rio Grande do Sul; analisar as percepções de adolescentes sobre o contexto rural de uma cidade no interior do Rio Grande do Sul.

Em um mundo que passa por diversos sinais confusos, que se altera com rapidez e com imprevisão, é expressiva a relevância de investigar as relações afetivas na adolescência. Tendo em vista a celeridade com que as mudanças ocorrem, a necessidade em conectar-se faz com que os laços afetivos sejam frouxamente atados para, posteriormente, serem refeitos em novos contextos. As lacunas criadas pelos vínculos ausentes e frágeis ecoam nos relacionamentos afetivos na sociedade líquida moderna (Bauman, 2004). Em meio um mundo em que a individualidade é notória, as relações flutuam entre sonhos e pesadelos. O autor Bauman (2004) define como “bênçãos ambíguas” os relacionamentos que transitam entre o bom e o ruim (p. 8). A ambivalência dos relacionamentos é fruto desse cenário da vida moderna.

Por ser o assunto considerado mais caloroso do momento, as pessoas esperam ouvir de especialistas como devem relacionar-se sem decepções e amarguras. Bauman (2004) relembra que a complexidade em estabelecer um relacionamento permanecerá e será respondida à medida que as pessoas do mundo líquido sigam sentindo o esmagador peso da ambivalência. A partir desse cenário, o amor líquido propicia relacionamentos confusos, tendo em vista que cada vez mais as pessoas falam em conectar-se ou serem desconectadas. A ideia de possível rompimento da conexão transforma os relacionamentos em “relações virtuais” (Bauman, 2004).

Uma pesquisa realizada em escolas públicas de Porto Alegre, Florianópolis e São José, com adolescentes de 13 a 18 anos, tinha como objetivo estudar as práticas afetivas de jovens do Sul do Brasil. Os resultados apresentaram o “ficar”, o “pegar” e o namorar como práticas comuns nessas idades. Ademais, o “pegar” conota maior descartabilidade, menos afeto e desconhecimento do outro. Já o “ficar” costuma ocorrer com quem já se possui prévio interesse. O namoro pode acontecer a partir do ficar e do pegar, é um relacionamento que envolve maior responsabilidade e compromisso (Carlos, 2011). Outra pesquisa realizada com 3.205 jovens entre 15 e 19 anos demonstrou que 84% das/os participantes acredita que é comum “ficar sem compromisso” na adolescência e que tanto moças quanto rapazes perpetram violências nos relacionamentos (Minayo, Assis & Njaine, 2011).

Além disso, alguns mitos introduzidos pelo amor romântico impactam a maneira como as/os adolescentes se relacionam e o modo como percebem as violências nos relacionamentos afetivos (Fiol, 2007). O autor Bauman (2004) entende que o amor é como um mistério, um futuro que não tem definição prévia nem descrição do destino. No amor há pelo menos dois seres humanos, cada um representando uma incógnita na vida do outro (Bauman, 2004). Nesse

sentido, ressalta-se que esta dissertação aspirou investigar as relações afetivas na adolescência a partir das percepções de adolescentes que moram no interior do estado do Rio Grande do Sul. Reconhecemos a importância de se dialogar com as/os adolescentes a respeito do que entendem por amor, relacionamento, violência, gênero e sexualidade com o objetivo de prevenir situações de violências que, muitas vezes, são invisibilizadas por entendimentos naturalizados na sociedade.

Esta dissertação está dividida em seis capítulos. No primeiro deles, é apresentada uma breve apresentação do tema e das motivações para a elaboração do estudo. No segundo capítulo é explicitada a fundamentação teórica realizada sobre as temáticas de gênero, violências, adolescência, relacionamentos afetivos e ruralidades. Parte desta fundamentação teórica foi utilizada para a realização dos artigos I e II, que serão apresentados a seguir. No terceiro capítulo é explicitada a trajetória metodológica empregada no estudo. A pesquisa foi qualitativa e exploratória, com a utilização de grupos focais como instrumento de coleta de dados e de análise de conteúdo temática para a efetivação da análise. Da análise emergiu a necessidade da realização de dois artigos científicos, que serão apresentados nos capítulos seguintes.

A apresentação está organizada em formato de artigos científicos, como é exigido pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Escola de Ciências da Saúde da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). O objetivo é evidenciar e estimular a produção científica, com base na excelência acadêmica.

O quarto capítulo é o artigo I, que apresenta as percepções das/os adolescentes sobre os relacionamentos afetivos na adolescência. Foi dada ênfase aos diferentes tipos de amor e à complexidade de se conceituar as relações e as violências de gênero nos relacionamentos afetivos. Além disso, foram percebidas as narrativas de preconceito sobre os relacionamentos homossexuais entre as/os adolescentes. Este estudo será submetido na revista *Cadernos Pagu* e o texto apresentado no corpo da dissertação está conforme as normas específicas do periódico. O quinto capítulo é o artigo II, que emergiu da necessidade das/os adolescentes em compartilhar suas experiências de morar em uma cidade localizada no interior do estado, a qual possui segregação entre uma zona urbana e outra rural. Ou seja, quem mora na região rural do rural sentiu necessidade em expor os preconceitos que suportam e os receios de permanecer sofrendo fora da cidade. Este estudo será submetido na revista *Interações* e o artigo apresentado está de acordo com a formatação exigida no periódico.

No sexto capítulo as considerações finais dialogam, com base na fundamentação teórica e nos artigos produzidos, sobre como as percepções das/os adolescentes sobre os

relacionamentos e as ruralidades circunscrevem entendimentos sobre a violência de gênero e os preconceitos. Ademais, são apresentadas as limitações identificadas no decorrer da pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.01 Os modelos de amor

As relações afetivas e assuntos como sexualidade, amor, casamento e castidade mudam conforme as particularidades do tempo e das sociedades (Ribeiro et al., 2011). No final do século XIX, o amor romântico provocou impactos intensos nos relacionamentos como casamento e em outros contextos da vida social. A ideia do amor romântico desenvolveu o entendimento de relação e de compartilhamento de história de vida com o outro. É como um “encontro de almas”, uma conexão psíquica e de profunda intimidade (Giddens, 1993). O autor Giddens (1993) diferencia o amor romântico do amor paixão, que o precede, sendo o segundo vinculado a uma comunicação mais abrangente entre amor e ligação sexual. É um amor mais inseguro e duvidoso, que provoca domínio nas relações pessoais e prejuízos emocionais aos envolvidos. Já o amor romântico introduziu a ideia de uma vida individual e compartilhada, de processos mais amplos e de romance (Giddens, 1993).

Com a chegada ao Novo Mundo, os hábitos portugueses marcaram as relações amorosas e sociais no Brasil, no período colonial entre os séculos XVI e XVIII. A inferência da igreja regulamentava a rotina das pessoas pela orientação ética, pela catequese e pela educação religiosa (Del Priore, 2005). Além disso, o controle e a vigilância doutrinal pela confissão e pelo sermão dominical marcaram a época. A autora Del Priore (2005) relembra que as relações de dominação presidiam o encontro entre os sexos com a intervenção da igreja na mentalidade patriarcal. As relações de poder já estavam implícitas no escravismo, desde o século XVI, quando eram reproduzidas nas relações íntimas, a mulher sendo escrava doméstica, submissa e obediente ao marido. Suas atribuições eram relativas ao cuidado do lar, da cozinha, a lavar as roupas e a servir o chefe da casa (Del Priore, 2005).

Nesse período, com a elite iletrada, com a falta de locais como bibliotecas e escolas e com o escravismo, os diversos valores e a diversidade cultural impactaram a percepção dos amores e dos afetos. Nas colônias, a falta de privacidade distanciava as oportunidades de vivências íntimas e privadas. Todavia, a política da metrópole tinha um bom controle sobre aspectos que pudessem enfraquecer ou prejudicar o casamento. O entendimento era de que a lei da natureza conduzia a sobrevivência da espécie pela atração de duas pessoas de sexos opostos. Era isso, então, que diferenciava os humanos dos animais. Enquanto nos animais o instinto era apenas de preservação, nos humanos o instinto deveria ser controlado por regras

religiosas e civis, a fim de prevenir perigosas consequências. As interpretações do instinto sexual não controlado pelas regras do casamento oscilavam entre luxúria e paixão, para os moralistas, ou como uma doença grave, para a medicina da época. Aqui, começa a luta pela extinção do amor paixão. Nesse sentido, a Igreja buscou controlar o desejo, decretando o certo e o errado, regulando as relações entre os casais. O amor no casamento era casto e modesto, enquanto o amor externo ao casamento era considerado o pecado da carne e da luxúria. O correto seria a esposa amar seu marido como mulher de qualidade, sendo boa e virtuosa (Del Priore, 2005).

No século XVIII, 53% dos homens eram dez anos mais velhos do que as mulheres, ou seja, a igualdade etária não era percebida como importante na época. Pelas leis da Igreja, aos 14 anos era permitido o casamento para os rapazes e aos 12 anos para as moças. Essa, porém, não era uma regra única, podendo mudar em outras localidades. Entretanto, mesmo o casamento não sendo algo comum na colônia, os homens com mais de 30 anos tinham dificuldade em se casar. Nesse período, o casamento era visto como um acontecimento visando ao futuro, um negócio que era guiado pela razão, e não pelo amor. O casamento era considerado um dever, assim como a procriação e a ausência de adultério. Alguns provérbios confirmam essa doutrina: “quem casa por amores, maus dias, piores noites”; “por afeição te casaste, a trabalhar te entregastes” (p. 27). Com o catecismo e a maré de prontuários morais da metrópole, a Igreja tentava controlar a vida conjugal, que deveria envolver fidelidade, paciência e obediência: “O marido é a cabeça da mulher, e os membros devem acomodar o mal da cabeça se o há”, dizia um dos manuais (p. 28). As mulheres deveriam seguir o comando de disciplina reproduzido pela perspectiva patriarcal, bem como seus sentimentos dentro e fora do casamento (Del Priore, 2005).

A visão dicotômica estava presente na relação entre os homens e as mulheres, sendo o homem o ativo e a mulher considerada submissa na relação. Com isso, entre os séculos XVII e XVIII, os homens tinham o privilégio do direito ao desejo sexual, enquanto as mulheres eram virtuosas por serem apontadas como submissas. Além disso, para domesticarem o amor conjugal, o Estado Moderno e a Igreja tinham como objetivo evitar preocupações e transferiam o amor conjugal para o espaço privado, desenvolvendo uma nova ideologia dos tempos modernos. A castidade era colocada como ideal ao matrimônio; assim, era útil considerar pecado mortal o ato de quem tivesse relações sexuais fora do casamento. No tocante ao prazer, somente era permitido na ejaculação, ou seja, apenas os homens tinham esse direito. Além disso, os conselhos de Aristóteles eram de que a mulher não deveria desejar o lugar de amante de seu marido, pois permanecendo na condição de exclusividade do esposo ela seria mais

honrada. Como visto até aqui, a ideia de que o sexo era pecado, inserida pelo Cristianismo, não permitia o aumento do prazer para as mulheres. O pavor de que as relações sexuais pudessem ocorrer antes do matrimônio fazia com que a Igreja monitorasse a frequência dos encontros semanais dos noivos (Del Priore, 2005).

Apesar da idealização da Igreja, o casamento não se mostrou apenas um nicho de estabilidade, carinho e proteção, mas também como um cenário com situações de tragédias e de violências. Em alguns casos, as situações de violências se agravavam, ocasionando casos de assassinatos entre os cônjuges. Uma das motivações era o adultério que homens e mulheres cometiam no matrimônio, mesmo sendo considerado pecado pela Igreja e crime pelo Estado. O controle do comportamento das mulheres era mais rigoroso que em relação aos homens, mas, mesmo assim, não deixavam de cometê-lo (Del Priore, 2005).

Por longo período, não se questionou o modo como as mulheres e os homens se relacionavam. No século XIX, o feminismo contribuiu para o questionamento de situações opressoras e patriarcais, estabelecidas pelas normas de gênero (Strey, 2013). A autora Simone de Beauvoir (1949) estimulou o questionamento sobre o comportamento da mulher que, ao esperar pelo homem, tinha sua juventude apagada. A autora concordava que o homem também aguardava pela chegada da mulher amada; entretanto, não a tinha como objetivo central em sua vida. Enquanto o homem era iniciado em outras atividades, a mulher era preparada desde o seu nascimento para ser amada e protegida pelo “príncipe encantado”.

No Brasil, o movimento feminista iniciou em 1970, a partir da ditadura militar, em 1964 (Sarti, 2004). Consoante Strey (2013), com o movimento feminista, foi possível conhecer e reconhecer as condições que geram desigualdades sociais entre homens e mulheres na sociedade. Após maior emancipação sexual e autonomia das mulheres, o autor Giddens (1993) desenvolveu o conceito de amor confluyente, que tem como base o amor romântico. É considerado um tipo de amor que se choca com o entendimento de “amor eterno” e de universalidade, ou seja, é ativo e contingente. Esse é um sentimento mais puro e igualitário, é tido como um relacionamento sincero. Nesse tipo de amor, não há lugar para a ideia de “alma gêmea” ou de “único amor”, mas sim de ser “eterno enquanto dura”.

Anos depois, o autor Bauman (2004) desenvolveu o conceito de amor líquido, que ecoa nos vínculos ausentes e frágeis na sociedade. Em meio a um mundo no qual a individualidade é notória, as relações flutuam entre sonhos e pesadelos. O autor compreende que os relacionamentos humanos são reflexos das aflições de abandono e de solidão provenientes de relações irrelevantes e descartáveis. O líquido cenário da vida moderna coloca as pessoas em situação de angústia relativa à segurança e a alguém com quem possam contar em um momento

de necessidade. Ao mesmo tempo, a incerteza em relacionar-se pela “eternidade” ou desejar a liberdade em criar novos vínculos representa a dificuldade dos relacionamentos afetivos (Bauman, 2004).

2.02 Emancipação das mulheres

Ao relatar a trajetória das mulheres, a autora Colling (2004) comenta o quanto essa é uma história recente. Até o século XIX, os homens eram os únicos historiadores, sendo deles as principais percepções do lugar que a mulher ocupava na sociedade. Nos anos 1960, quando as mulheres queriam conhecer e contar sua história, não tinha nenhuma história para contar além das representações que os homens tinham do que era feminino e do que era ser mulher. Nesse sentido, “falar de feminino é falar das representações que esconderam este feminino ao longo da História” (p. 31). A autora declara que a mulher foi criada com o entendimento de que pertencia a uma natureza feminina, que a demarcava como pertencente ao espaço privado, do lar, mãe e esposa. Essas eram as únicas opções da mulher, sem ter o poder de fala pública e sendo compreendidas como anjos ou rainhas.

No decorrer da história, diversos foram os discursos que definiam o que era ser mulher e ser homem na sociedade. O discurso médico grego apontava a mulher como legitimamente sujeita e uma fragilidade natural. Aristóteles acreditava que a mulher possuía um cérebro menor que o do homem e que por ser um ser inferior morreria antes. Platão empregava a expressão “natureza feminina”, que entendia o ser mulher como algo dado, sendo o nascimento de uma mulher o primeiro desvio. Para Hipócrates, o útero é o cerne dos problemas, onde são desenvolvidas doenças femininas. A mulher era vista como uma eterna enferma. Conforme Colling (2004), o discurso médico também propiciou a justificação das atribuições da mulher na família e na sociedade com o entendimento de que possuía um corpo frágil, doente e que poderia desenvolver doenças. Como já visto, o útero da mulher era o centro dos problemas e acometeria o intelecto feminino. Com isso, criou-se a histerização do corpo da mulher, e a maternidade era tida como uma das únicas possibilidades. Nesse sentido, o discurso da Psicanálise centrou-se na histeria como a doença das mulheres. O entendimento científico de Freud reforçou as diferenças entre os homens e as mulheres. Tendo em vista a compreensão de que a mulher era um homem castrado, a inveja do pênis desenvolvia o não senso de justiça e o sentimento de inferioridade (Colling, 2004).

Segundo a autora Strey (2013), antes de citar os estudos feministas de gênero, é fundamental mencionar o movimento feminista, que teve origem em diversos acontecimentos. Na revolução norte-americana, com John Stuart Mill, que reivindicou a Declaração de Independência para as mulheres. Na revolução francesa, com a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, escrita por Olímpia de Gouges, em 1791, que foi inspirada na Declaração dos Direitos dos Homens, e com a Reivindicação dos Direitos da Mulher, de Mary Wollstonecraft, que em 1792, mesmo sem deferir direitos às mulheres, possibilitou bases teóricas e conceituais para a luta pela equidade de direitos educativos e políticos (Strey, 2013).

No século XIX, o feminismo contribuiu para a manifestação de mudanças na autonomia das mulheres, como direito ao trabalho assalariado, acesso ao estudo e presença no cenário político (Strey, 2013). No Brasil, o movimento feminista inicia em 1970, com influências europeias e norte-americanas, a partir da política de ditadura militar instituída no país no ano de 1964 (Sarti, 2004). Em 1968, com o acesso ao uso de anticoncepcionais, o Brasil passou por modificações no que concerne aos comportamentos afetivos e sexuais. A ONU declarou o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher, como uma consequência do feminismo europeu e norte-americano, permitindo a visibilidade do movimento feminista (Sarti, 2004).

A autora Strey (2013) menciona que diversas/os autoras/es utilizam os termos “sexo” e “gênero” como sinônimos; entretanto, são conceitos distintos. O sexo biológico, pelo qual somos designados ao nascer, não determina o modo como os comportamentos, os estilos de vida, os interesses, as responsabilidades ou as personalidades serão desenvolvidos nas pessoas (Strey, 2013). De acordo com as autoras Kovalski, Tortato e Carvalho (2011), durante os anos 1960 e 1970, tanto no Brasil como nos Estados Unidos e na Europa os estudos feministas voltavam-se para a categoria “mulher”. Essa categoria, porém, ocultava a diversidade social, racial e econômica do termo. Com isso, a categoria “mulheres” foi adotada. No entanto, com o aprofundamento dos estudos sobre as mulheres e acerca das raízes sociais e históricas de subordinação feminina, a categoria não comportava a complexidade do assunto. Em 1970, o conceito de gênero foi consolidado pelo feminismo e pela produção acadêmica de mulheres e, desde então, é interpretado de diversas formas pelos diferentes tipos de feminismos (Farah, 2004). Nesse sentido, a palavra gênero foi empregada para acompanhar a trajetória de luta pelos direitos, pela igualdade e pelo respeito entre mulheres e homens (Kovalski, Tortato & Carvalho, 2011).

A autora Simone de Beauvoir, com o livro *O segundo sexo* (1949), criou bases que possibilitaram o reconhecimento e a legitimação da importância em refletir acerca do tema na academia (Piastro, 2014). Beauvoir (1949) descartou a ideia de um essencialismo feminino,

criticando a concepção naturalista das mulheres, como se todas tivessem os mesmos atributos, defeitos e as mesmas virtudes. A autora negou a existência do feminino, confirmando a complexa origem cultural e social do que é ser mulher, a partir de perspectivas deterministas e biológicas.

A autora Scott (1995) desenvolveu um texto fundamental para os estudos feministas de gênero no Brasil. O conceito refere-se à construção social e histórica do feminino e do masculino, que está baseada nas relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres (Scott, 1995). Gênero é uma categoria analítica utilizada para problematizar os entendimentos desenvolvidos a respeito do que é esperado socialmente dessas relações (Hernandes, 2013). Os moldes de gênero são construídos a partir de uma perspectiva relacional e manifestam padrões de masculinidade e de feminilidade na sociedade. Essa norma instituída faz com que haja aproximações e afastamentos entre essa relação (Gomes, 2008). Os estudos feministas de gênero abordam diferentes áreas do conhecimento e, pela sua trajetória, tornaram-se um tema transdisciplinar estudado pelas ciências políticas, filosóficas, históricas, psicológicas, entre outras (Piastro, 2014).

Para a autora Carloto (2001), as divisões de gênero entre masculino e feminino impactam o modo como se produz e se reproduz a existência humana. São estabelecidas atribuições de responsabilidades que são independentes das vontades das pessoas. São definidos critérios sexistas, excludentes e antagônicos ao se atribuir lugares aos homens e as mulheres. O “quem somos” é visto como uma construção que ocorre pelas relações com os outros e com o mundo. A partir do convívio social a identidade pessoal é internalizada; com isso, o fato de nascer menino ou menina impacta o processo das referências de mundo. As imposições colocadas pelas normas e condutas não são assimiladas de forma automática, mas geram resistências e conflitos quando são impostas, muitas vezes pelas violências direcionadas às mulheres. As relações de poder são estabelecidas em um sistema hierárquico entre os gêneros, o qual privilegia a supremacia masculina (Carloto, 2001).

Os estudos feministas de gênero são compreendidos como um campo pluridisciplinar que propicia desenvolver conhecimentos para analisar a dimensão das relações sociais pelas perspectivas simbólicas, materiais e sociais. O termo estudos feministas não diz respeito apenas às pesquisas de categorias de sexo, tampouco de estudos centrados unicamente nas mulheres (Descarries, 1994); de acordo com Strey (2013), o movimento feminista tinha como objetivo que o conceito de gênero transformasse os paradigmas da história e de disciplinas sobre o conhecimento humano. Por esses estudos, gênero passou a ser compreendido como sinônimo de mulher; entretanto, não se pode ter entendimentos sobre as mulheres sem que, da mesma

forma, os homens sejam estudados. A autora relata, então, que para se pesquisar o modo como a mulher é socialmente construída faz-se necessário ter informações sobre os homens, pois também são preconcebidos pela sociedade (Strey, 2013).

A partir de diversas teorias metodológicas, os estudos feministas de gênero contribuem para a reflexão dos efeitos estruturantes dos processos sociais, assim como objetivam transformar em profundidade as relações e a maneira como são pensadas e ditas na sociedade (Descarries, 1994). O autor Abreu e a autora Andrade (2010) acreditam que os estudos feministas de gênero possibilitam questionamentos sobre como as relações entre homens e mulheres são estabelecidas, seja pela anatomia, pela imposição de um padrão fixo ou pela dificuldade em aceitar as diferenças (Abreu & Andrade, 2010). Nesse sentido, estudar gênero é pesquisar as situações e as condições em que as desigualdades sociais são geradas (Strey, 2013).

Ao aplicar o termo equidade de gênero como um conceito ético associado aos princípios de justiça social e de direitos humanos, não se deprecia ou se retira direitos dos homens para favorecer as mulheres. Não é essa a questão, e sim em questionar, com cuidado e atenção, a conjuntura atual de milhares de mulheres que sofrem com as iniquidades em seu cotidiano. Refletir acerca dessas questões é olhar e mover-se para as futuras transformações sociais (Fonseca, 2005). Pensar em equidade, portanto, não é o mesmo que pensar em igualdade. A noção de iniquidade está associada às desigualdades desnecessárias, evitáveis e injustas. Isto é, são minimizadas questões determinantes entre grupos de pessoas que possuem diferentes níveis de privilégio social (Fonseca, 2005).

A autora Granja e o autor Medrado (2009) sinalizam que “óculos” foram desenvolvidos para enxergarmos a realidade social por lentes que a refletem de uma forma intencional. Somos direcionados pela sociedade a observar pressupostos que resultam na desigualdade de gênero e na violência de gênero como naturalizadas. É fundamental que tais lentes sejam percebidas para que sejam removidas e, assim, possam ser desconstruídos os entendimentos normativos que geram preconceitos, discriminação e desvalorização das diversas maneiras como os seres humanos podem se expressar. Em conformidade com as autoras Facio e Fries (2005), estudar a problemática de gênero é mais do que ter um interesse acadêmico: é um envolvimento que causa a necessidade de transformar e de viabilizar mudanças sociais e culturais no desenvolvimento de potencialidades de homens e de mulheres. Os estudos feministas de gênero propõem uma mudança para um novo modo de vida e para repensar o entendimento que a sustentou há milhares de anos. As normas de gênero não só segregam diferenças entre mulheres e homens como biologicamente naturais e inerentes, mas produz formas de dominação. O

feminismo desvendou que o sexismo está presente em todas, ou em quase todas, as instituições e estruturas sociais. As diversas teorias e perspectivas de gênero e a elaboração de teorias sobre gênero-sexo fazem parte do aporte teórico do feminismo (Facio & Fries, 2005).

Apesar de entendimentos populares, o feminismo não é uma doutrina social. É um movimento social e político e também uma teoria, que protesta contra a subordinação, a opressão e a discriminação das mulheres. Não se delimita a lutar apenas pelos direitos das mulheres, mas, principalmente, se propõe a refletir profundamente todas as estruturas de poder na sociedade, incluindo as de gênero. Ademais, o feminismo também possibilita aos homens reconhecer seus privilégios e o quanto eles contribuem para a manutenção das relações de poder (Facio & Fries, 2005).

O feminismo, além disso, não confere às mulheres os mesmos direitos dos homens, e sim, tenciona mudanças por meio de reflexões acerca das desigualdades e das diferenças entre mulheres e homens. A partir de diversas vertentes e da pluralidade de perspectivas, preferimos falar em feminismos, no plural. Embora haja diferentes tipos de feminismos, um ponto todos têm em comum: acreditam no direito das mulheres em decidir sua identidade, em vez de as culturas e os homens estabelecerem isso por elas (Facio & Fries, 2005).

2.03 Violência de gênero

O termo violência de gênero foi desenvolvido entre 1960 e 1980. Centrava-se de maneira geral na violência conjugal, que era cometida em maior parte pelos homens sobre as mulheres (Strey, 2004). Embora existam diversas maneiras de constituí-la, entende-se que a violência de gênero ocorre a partir de qualquer forma de intimidação e de controle de comportamento, de pensamento, por intermédio de saberes preconcebidos pelas normas de gênero. Está presente nas esferas públicas e privadas e em qualquer tipo de relação de poder. As mulheres são as que mais sofrem tal violência, mas homens, crianças, adolescentes e idosos/os podem ser vítimas e agressoras/es (Machado & Araújo, 2004). A violência de gênero se dá de forma unidirecional em situações ou ações físicas e/ou psicológicas, visível ou invisivelmente, direcionadas às pessoas em função de seu gênero (Strey & Werba, 2001). A violência de gênero não tem a mesma origem que os demais tipos de violências; a origem está nas desigualdades sociais entre mulheres e homens. Do mesmo modo que as desigualdades sociais, a violência de gênero está enraizada na sociedade. Geralmente, de formas sutis, a violência de gênero condiciona diversas mulheres a acreditarem que devem se conformar aos

padrões societários vigentes relativos aos valores e à moralidade, calando seus próprios desejos (Baggio et al., 2009).

Partindo do entendimento de que os pensamentos e os discursos hegemônicos de gênero são produtos da história, do social e da cultura, acreditamos que podem ser, do mesmo modo, desconstruídos (Schleiniger & Strey, 2015). Todavia, como destacam Campos e Silva (2014), há muitos mecanismos, como mídia, televisão, revistas, livros e cartilhas, que reforçam padrões hegemônicos de gênero. Esses materiais estão à disposição não somente das/os adultas/os, mas também das crianças e das/os adolescentes. São materiais e informações que reforçam as questões de gênero e que segregam o que é ser mulher e o que é ser homem na sociedade. Em 1949, Simone de Beauvoir (1949) já refletia que, desde crianças, enquanto os meninos eram iniciados em aventuras como subir em árvores e lutas, as meninas ficavam em casa com as mães aprendendo a cozinhar, lavar roupas e costurar. A autora não interpretava que era “natural” as meninas “amadurecerem” antes dos meninos, mas uma consequência do modo como eram criadas/os e estimuladas/os a determinadas práticas.

A atualidade da autora Simone de Beauvoir impressiona, tendo em vista que em 1949 já abordava assuntos que até hoje são considerados tabus. Em 2009, uma pesquisa foi realizada com 27 jovens entre 16 e 24 anos do estado de Santa Catarina. O estudo tinha como objetivo compreender seus entendimentos sobre as questões de gênero. Os resultados destacaram que os rapazes entendiam que às mulheres eram atribuídas as tarefas de varrer a casa e tirar o pó. Enquanto isso, os homens tinham características como a força, o poder e a virilidade. Nos grupos realizados, enquanto os rapazes dialogavam e trocavam ideias, as moças não tinham a mesma liberdade e oportunidade em expressar suas opiniões (Baggio et al., 2009).

A forma como as relações de gênero são encaradas impacta o modo como a violência de gênero ocorre na sociedade. A violência conjugal, por exemplo, é considerada um fenômeno polissêmico, pois pode ocorrer de diversas maneiras, desde agressões psicológicas até abusos físicos e sexuais. Para Strey, Neto, Kohn, Fasolo e Teixeira (2007), a visibilidade da violência conjugal ocorreu em decorrência dos movimentos feministas, que lutaram contra a opressão do poder patriarcal que recaía por parte dos homens sobre as mulheres. A partir de diversas mobilizações realizadas, foi possível refletir acerca da importância da criminalização dos perpetradores, da intervenção das casas lares, como também da violência contra a mulher (Oliveira & Gomes, 2011).

A violência contra a mulher não é um fato novo. Segundo o Mapa da Violência de 2015 (Waiselfisz, 2015), ela é algo tão antigo quanto a humanidade. O que é recente é a necessidade de conscientização sobre o fenômeno para que a humanidade possa, dessa maneira, superar tal

fenômeno. Mais recente ainda é o avanço da criminalização da violência contra a mulher, bem como da atenção policial e/ou jurídica específica para os atendimentos às vítimas. Nesse sentido, a Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006) tem como objetivo criar mecanismos para a erradicação, a prevenção e a punição de qualquer tipo de violência cometida contra as mulheres. Em 2015, a Lei do Feminicídio (Lei n. 13.104/2015) foi criada para penalizar crimes hediondos e com agravantes quando ocorrerem em situações específicas de vulnerabilidade, como gravidez, envolvimento de menores de idade e presença das/os filhas/os na ocorrência do ato violento, entre outras situações. Considera-se feminicídio quando a agressão envolve violência doméstica e familiar ou menosprezo pela condição de ser mulher. A Lei do Feminicídio possui diversas críticas pela limitação que o Brasil possui no tocante aos dados e às informações públicas acessíveis e confiáveis na fase criminal e judiciária sobre o tema. Casos intitutados como feminicídios são recentes no país.

A repetição das situações de violência contra a mulher ocorre em metade dos casos encontrados pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), totalizando 49,2% dos atendimentos do Sistema Único de Saúde (SUS). As mulheres adultas representam 54,1% dos atendimentos e as idosas 60,4%. As agressões sofridas pelas mulheres adultas jovens são divididas entre os ex-parceiros e os parceiros atuais. Entre as idosas, o maior agressor é o filho. Nos atendimentos realizados com os homens, a proporção dos casos encontrados por violência é bem menor, totalizando 30,5%. Nesse sentido, algumas colocações são necessárias: a violência que ocorre contra as mulheres é mais sistemática e recorrente do que aquela que ocorre contra os homens; já entre as/os adolescentes, as/os maiores agressoras/es são as/os mães/pais (26,5%) e as/os parceiras/os e as/os ex-parceiras/os (23,2%) (Waiselfisz, 2015).

Mesmo que a violência nos relacionamentos afetivos entre adolescentes seja semelhante à violência conjugal, o que os difere é o compromisso dos relacionamentos, o qual não é exigido socialmente da mesma forma. Não há expectativa e pressão social para que um casal de namoradas/os adolescentes permaneça junto como ocorre com os casais de adultas/os. Isso não quer dizer que casais adolescentes não sintam pressões sociais em seus relacionamentos, mas que, na maioria das vezes, não há a dependência econômica, responsabilidade com filhas/os e/ou compartilhamento de bens que justifique a permanência na relação violenta (Nascimento & Cordeiro, 2011).

Os tipos de expectativas e tensões entre os relacionamentos são diferentes. Entretanto, as violências na adolescência ocorrem em quantidade elevada e não devem ser negligenciadas. Entendemos que trabalhar esses assuntos com as/os adolescentes possibilita a reflexão e a prevenção das violências que ocorrem nos relacionamentos afetivos entre adolescentes para os

relacionamentos afetivos conjugais. Nesse sentido, para que os direitos adquiridos até então no Brasil sejam efetivados, é primordial que haja uma gestão democrática dos serviços públicos, os quais devem defender, punir e prevenir todos os tipos de violências (Cortez, Cruz, & Souza, 2013). Com isso, o respeito, a autonomia e a equidade de direitos quanto às relações de gênero podem gerar mudanças significativas na sociedade. Tratar desses assuntos com as/os adolescentes é fundamental para conhecer suas percepções e, a partir delas, gerar prevenção e transformação social no tocante à violência de gênero nos relacionamentos afetivos na adolescência (Schleiniger & Strey, 2015).

2.04 Violência simbólica

Em consonância com Minayo (1994), a violência, de modo geral, é uma preocupação teórica, política e relacional da humanidade. Portanto, a urgência em entender e solucionar esse problema há anos vem ocorrendo, com o intuito em prevenir e em eliminar qualquer tipo de violência. A autora entende que a violência estrutural é a que oferece um marco para a temática; aplica-se às estruturas organizadas e institucionais da família como nos sistemas econômicos, culturais e políticos. Esse tipo de violência conduz à opressão de grupos, nações, classes e indivíduos que são discriminados pela sociedade. A esses sujeitos são negadas conquistas e oportunidades, tendo como consequência maior a propensão a vulnerabilidades, a sofrimentos e à morte. Para a autora, diversos outros tipos de violências são gerados a partir dela (Minayo, 1994).

O autor Paul Farmer (2004) expõe que a violência estrutural é causada pela sociedade a partir do momento em que são criadas oportunidades desproporcionais entre as pessoas, sejam de qual grupo for. Essa organização desproporcional contribui para relações desiguais de poder e discrimina quem possui pouco ou nenhum poder na sociedade. O autor menciona que a violência é realizada sistematicamente, não de forma direta a quem a sofre, mas reforçando diversos tipos de opressão. De acordo com Paul Farmer (2004), a violência estrutural pode ser compreendida por meio de estruturas organizadas da família ou pelos sistemas políticos, sociais e econômicos da sociedade, os quais não geram oportunidades iguais entre as pessoas. Assim, a partir das relações desiguais de poder, a discriminação ocorre de forma direta ou não, reforçando o pensamento opressor. A violência simbólica é considerada a forma mais profunda de estruturação e de naturalização de violências. A sutileza como ocorre a faz ser naturalizada no cotidiano.

Bourdieu (1999) declara que a violência simbólica é uma violência sutil, que não é percebida visivelmente. Suas vias de comunicação são simbólicas e podem ser desconhecidas e invisibilizadas. O modo como a relação social é organizada colabora para a lógica da dominação, a qual ocorre por símbolos conhecidos e reconhecidos que passam pela fala, pelo estilo de vida, pelos preconceitos e pela maneira de pensar e agir. A família aparece como a instituição que reforça ideias estereotipadas, as quais direcionam a uma padronização de pensamentos. O autor Bourdieu (1999) explica que o termo “simbólico” não minimiza as violências físicas. Pelo contrário, esse mal-entendido não é congruente com a profundidade do conceito. De acordo com ele, a atribuição do simbólico exerce sistemas estruturantes de poder, conforme são também estruturados. A estruturação também se desenvolve pelos sistemas simbólicos que se integram na sociedade e geram um determinado consenso.

Da mesma maneira como a violência simbólica é pouco reconhecida e invisível, é o reflexo de uma construção histórica que a legitima. É expressa nas relações de forma simbólica e resulta em uma dominação. A partir de situações que são vivenciadas como naturais e evidentes, esse tipo de violência não é contestado. Por ser invisível, a violência se coloca na relação tipo subjugação-submissão, que devido ao reconhecimento e à torna-se uma violência silenciosa e não arbitrária, mas tão grave quanto os outros tipos de violências (Rosa & Brito, 2009).

A violência que é efetuada contra a mulher, tanto nos espaços públicos quanto nos privados, possui expressões materiais e simbólicas. Tais considerações fazem refletir sobre o tema de forma mais ampla, atentando para a importância de se situar a violência de gênero. Essa compreensão mais amplificada das relações de gênero contribui para a produção e a reprodução de violências. Localizar tal entendimento no âmbito simbólico, e não apenas nos aspectos físicos da violência de gênero, comprova a necessidade de situar as formas de agir e de pensar que nem sempre são visíveis e percebidas, mas são expressões violentas (Gomes, 2008). Conferir visibilidade ao campo simbólico da violência de gênero facilita o reconhecimento das violências que não são caracterizadas como tal. Um exemplo é o entendimento de características compreendidas automaticamente como femininas para as mulheres e como masculinas para os homens. Isso corrobora para circunscrever sentimentos e possibilidades na medida em que contribui para segregações, exclusões e violências (Gomes, 2008). Nesse sentido, contemplar os comportamentos, os pensamentos e as situações que, embora não sejam consideradas como violências, são reflexos da violência de gênero. A relevância dessas reflexões está na compreensão de que certas práticas não são só aceitáveis, mas também vistas como naturais (Gomes, 2008).

2.05 O que é a adolescência?

No senso comum existem algumas ideias sobre o que significa a juventude e/ou a adolescência. Geralmente, as características, os problemas e as virtudes em relação aos adolescentes são criados e reforçados pela convivência que todos nós temos ou tivemos com essa população (Minayo, 2011a). Alguns a consideram uma fase de mudanças, na qual as alterações são entendidas como uma preparação para a idade adulta. Nesse sentido, o ser adolescente é acompanhado de percepções que o veem como um momento complexo por conta da puberdade, no qual a rebeldia se instala e o não cumprimento das regras é frequente. Em conformidade com a autora Minayo (2011a), as/os adultas/os do mundo ocidental preocupam-se com as/os jovens/adolescentes por três razões: primeiro porque quebram regras; segundo porque são o futuro do mundo, tanto para o bem quanto para o mal; terceiro pelo fato de refletirem os valores da sociedade. Isto é, as/os jovens não possuem protagonismo na pauta social.

As percepções da adolescência como universal e fixa foram circunscritas pelos aspectos sócio-históricos. A visão biologizante estabelece uma naturalização em que o gênero e a sexualidade são assimilados como pontos fundamentais da adolescência (Pizzinato et al., 2015). As autoras Berni e Roso (2014) relatam a cautela que é preciso ter a fim de não reproduzir os discursos que generalizam pensamentos e ações, como se todas as pessoas tivessem as mesmas experiências ao ser adolescente, como se fosse algo natural. As mesmas autoras questionam os modos como a adolescência é abordada em estudos e nos meios de comunicação. Quando apresentada, é relacionada a uma fase difícil e com muitas mudanças.

Ademais, é vista como uma etapa que deve ser superada e que em breve acabará. Contudo, se infância e adultez são igualmente etapas da vida durante as quais diversas mudanças ocorrem, tanto comportamentais quanto físicas, por que somente a adolescência é apontada como uma fase complicada? As autoras refletem que o modo como as percepções sociais são internalizadas faz com que seja difícil perceber outras características da adolescência que não essas apresentadas. Ao mesmo tempo em que alguns discursos apontam essa fase como agitada e irresponsável, outros situam os adolescentes em posição de heroísmo, como o futuro e a esperança da humanidade (Minayo, 2011a). A incoerência dessas manifestações demonstra o quanto não é simples conceituar a adolescência.

Essas percepções conduzem a sociedade a desenvolver expectativas sociais no que tange aos comportamentos das/os adolescentes (Minayo, 2011a). Ao mesmo tempo, a sociedade acredita e deposita confiança na adolescência por entender que as/os adolescentes serão

responsáveis pelo futuro. Com isso, muitas cobranças são feitas para que cumpram tal “fase” com êxito. As exigências são em relação ao modo como devem agir e pensar, conforme o que é determinado pelas relações sociais. Essas são contradições da sociedade contemporânea que impactam a adolescência (Baggio et al., 2009). São associações criadas e determinadas a partir do convívio entre as pessoas e da criação de categorias para nomear e caracterizar seus desempenhos na sociedade (Reis & Santos, 2011).

Tratar a adolescência como uma categoria e/ou etapa não garante que ela seja igual para todas/os as/os adolescentes do mundo. Não é possível descrevê-la de modo global e absoluto (Strey, 2012). Para Minayo (2011a), os termos “jovens” e “adolescentes” são tidos como sinônimos; porém, são objetos estudados por diferentes disciplinas. As seguintes informações foram encontradas: para a Organização Mundial da Saúde (OMS) (World Health Organization – WHO, 2013), a adolescência se dá entre 10 e 19 anos de idade; o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/1990) afirma que ser adolescente ocorre entre 12 e 18 anos de idade; o Estatuto da Juventude estabelece a juventude entre 15 e 29 anos (Lei n. 12.852/2013).

A pluralidade da adolescência já é demonstrada desde a verificação das faixas etárias que a compreendem. Além das definições apresentadas, a adolescência é tratada como um “momento difícil”. Uma das justificativas para tal alegação é a transformação que o corpo sofre nessa fase, a partir de uma perspectiva biologizante. Entende-se, contudo, que essa explicação não é suficiente para defini-la, tendo em vista que tais mudanças ocorrem durante a vida das mulheres em diferentes momentos, como na gravidez e na menopausa, e na vida dos homens também, na andropausa. Portanto, tais transformações não são apenas físicas, mas também psicológicas e emocionais, visto que mudanças são inerentes à existência humana. A “rebeldia”, que é tão citada como evidência da adolescência, pode ocorrer em qualquer momento, não se tornando específica da adolescência (Berni & Roso, 2014). Não é possível predefinir as características que estão ligadas a essa fase/etapa/categoria. Ser adolescente significa ser um ser social e histórico; ao mesmo tempo em que é impactado pela cultura, também a compõe (Berni & Roso, 2014).

2.06 Relações afetivas na adolescência

A complexidade em delimitar a adolescência se apresenta pela velocidade e pela efervescência com que os acontecimentos surgem entre as/os adolescentes (Justo, 2005). Geralmente, a inicialização em relacionamentos afetivos ocorre na adolescência. De acordo

com Ribeiro e colaboradoras/es (2011), as/os adolescentes possuem diversas formas de relacionamentos, como “pegar”, “ficar”, namorar, noivar ou casar. Cada um desses meios de contato possui diferentes níveis de intimidade. O “ficar”, por exemplo, é tido como o mais flexível e atrativo entre elas/es (Ribeiro et al., 2011). Embora o “ficar” transmita a ideia de algo fixo, parado e permanente, as/os adolescentes são flexíveis ao conceituá-lo. Ele pode ou não acontecer em uma noite de festa passageira apenas, como também pode envolver compromisso e relacionamentos futuros (Justo, 2005).

A pesquisa realizada pela autora Carlos (2011) com adolescentes entre 13 e 18 anos de escolas públicas de Porto Alegre, Florianópolis e São José teve como objetivo estudar as práticas afetivas de jovens brasileiros do Sul do país. Os resultados encontraram características do “ficar”, do “pegar” e do namorar na adolescência. O “ficar” seria um relacionamento que ocorre com pessoas que previamente se conhecem e se interessam uma pela outra. De acordo com a autora, não há tanta fluidez e descartabilidade como no “pegar”. O “pegar” é não ter afeto, ocorre com uma ou com mais pessoas em uma mesma festa. Para as/os adolescentes, o ideal é pegar e largar, sem compromisso. O relacionamento de namoro, por seu turno, deriva das práticas do “ficar” e do “pegar”. Geralmente, é um acordo que ocorre entre as/os adolescentes, envolvendo sentimentos de companheirismo, responsabilidade e envolvimento da família. Não demonstra, contudo, apenas estabilidade, mas também desvantagens, como perder a liberdade. Além disso, em meio aos adolescentes, não é bem vista a moça que “pega” várias pessoas, pois se trata de um ato que prejudica sua imagem entre aqueles com quem poderá “ficar” no futuro. As moças costumam ser vistas como “galinhas”, enquanto os rapazes são vistos como “pegadores”. Também foi percebido que as moças esperam a iniciativa dos rapazes para que essas práticas ocorram. Tais relatos evidenciam a necessária desnaturalização das iniquidades entre os gêneros (Carlos, 2011).

Entretanto, nem o “ficar” nem o “pegar” são relacionamentos equivalentes ao namoro, que requer mais compromisso e responsabilidade entre o casal. A confiança e a fidelidade são tidas como posturas intensas e fundamentais para que o “ficar” possa evoluir para o namoro (Ribeiro et al., 2011). No que se refere à prática sexual no namoro, são levados em consideração o tempo de relacionamento e desejo do casal. Para algumas/ns, o ato sexual é visto com rejeição se não ocorrer dentro do namoro. Não são delimitados os limites dessas práticas, não há concordâncias. Para algumas/ns, é uma maneira de os rapazes pedirem uma prova de amor para as parceiras. Desse modo, as relações desiguais de gênero estão presentes nas opiniões das/os adolescentes. As normas de gênero recaem sobre as moças que ultrapassam as normas e os valores sociais preconcebidos (Ribeiro et al., 2011).

O modo como os relacionamentos acontecerão costuma ser definido pelas combinações entre o casal. É como se as relações possuíssem uma espécie de “manual” que simbolizasse os acordos atribuídos aos relacionamentos. O compromisso definirá quantas vezes as/os parceiras/os se verão durante a semana, o que é permitido e o que não é consentido entre o casal (Nascimento & Cordeiro, 2011; Schleiniger, 2013). As definições são fundamentais para maior vinculação de confiança e de compromisso, tanto no “ficar” como no namorar (Minayo, 2011a). Além disso, o “ficar” pode ser considerado uma prática de jogo social e cultural, na qual ocorre uma testagem da aprendizagem amorosa para uma possível transição para o namoro (Ribeiro et al., 2011).

A internet se mostra um importante espaço para que as relações afetivas ocorram, por meio das redes sociais e dos aplicativos nos celulares. As/os adolescentes têm experimentado relações afetivo-sexuais em tempo virtual-real, o que demarca a facilidade da comunicação instantânea (Ribeiro et al., 2011). Todavia, a forma como os relacionamentos ocorrem na adolescência refletem o mundo contemporâneo, que não propicia a vinculação de laços duradouros. Assim, a/o adolescente institui o modo de relacionar-se desse tempo: reduz as relações e as satisfações pelos desejos imediatos, com pouco compromisso e com menos responsabilidade (Bauman, 2004; Justo, 2005).

2.07 Violência de gênero nos relacionamentos afetivos na adolescência

Algumas pesquisas como a da autora Murta e de colaboradas/es (2013), destacam a importância de investimento em pesquisas que estudem as relações afetivas e a violência de gênero na adolescência no Brasil. Países como Canadá, Estados Unidos, Espanha, México e Portugal possuem campanhas de prevenção sobre o tema (Nascimento & Cordeiro, 2011). Aqui, porém, a maior parte dos estudos realizados sobre a violência nos relacionamentos de namoro na adolescência não é avaliada à luz dos estudos e das perspectivas de gênero (Oliveira et al., 2016). As autoras Nascimento e Cordeiro (2011) concordam que, ao atentar para os relacionamentos afetivos na adolescência, ampliam-se os estudos sobre a violência contra a mulher, percebendo que não abrange apenas as relações conjugais. Os estudos feministas de gênero reconhecem a existência das relações desiguais de poder entre as mulheres e os homens e que, de igual modo, podem ocorrer na vida adulta e/ou na adolescência (Oliveira et al., 2011). A não percepção de tais construções facilita a invisibilização e a produção de diversos tipos de violência nas relações interpessoais e na própria estrutura social a qual se pretende estudar (Schleiniger & Strey, 2015).

No Brasil, a maioria dos estudos que pesquisam as relações afetivas cita termos como “violência no namoro”, “relações afetivo-sexuais” e “relacionamentos afetivos”. Na literatura internacional, são usados termos como “*dating violence*” e “*courtship violence*” (Caridade & Machado, 2006). A ocorrência das violências envolve um problema sério e de saúde pública. Tendo em vista a complexidade do tema, é fundamental que não seja vista como fatos isolados, justamente pelas construções históricas e culturais que estão relacionadas às violências nessas relações (Schleiniger & Strey, 2015). No contexto internacional, as pesquisas sobre violência nos relacionamentos têm avançado cada vez mais (Santos & Murta, 2016). Em 2013, uma pesquisa no Brasil identificou a quantidade de estudos que mencionavam nas duas últimas décadas os programas de prevenção primária à violência nos relacionamentos. Como resultados, 80% dos programas estão localizados na América do Norte, 13% na Europa e 7% na América Latina. Deles, 60% possuem o foco no atendimento aos adolescentes e 40% atendem pais, mães, responsáveis, professoras/es, comunidade e adolescentes. São atendidas as idades: entre 11 e 15 anos (33%); entre 16 e 20 anos (20%); acima de 20 anos (7%) (Murta et al., 2013). Com base na pesquisa, os programas mais eficazes são os que questionam crenças sexistas e ensinam habilidades relacionais e manejo das emoções.

Em 2013, uma pesquisa realizada com adolescentes do ensino médio em 50 cidades da Colômbia tinha como objetivo descrever questões físicas, sexuais e qualquer tipo de violência no namoro. Foi utilizado o Inquérito Nacional de Comportamento ao Risco da Juventude no estudo. Foram respondidos um total de 13.583 questionários válidos, dos quais 50,9% eram de moças e 49,1% de rapazes. Das 75% moças que relataram ter sofrido algum tipo de violência no namoro nos últimos 12 meses, 6,6% mencionaram agressões físicas, 8% sexuais, 6,4% físicas e sexuais e 20,9% mencionaram qualquer outro tipo de violência. Dos 72,8% rapazes que disserem ter sofrido algum tipo de violência nos últimos 12 meses, 4,1% relataram agressões físicas, 2,9% sexuais, 3,3% físicas e sexuais e 10,4% atribuíram qualquer outro tipo de violência. A maioria das/os estudantes não relatou ter sofrido violências nos relacionamentos afetivos, mas quem já passou por algum tipo de violência viveu mais de uma experiência. Aproximadamente uma em cada cinco moças e um em cada dez rapazes foram vítimas de algum tipo de violência no namoro. Em consonância com essa pesquisa, as moças tiveram o dobro de prevalência em todos os tipos de violências pesquisados (Vagi et al., 2015).

Em pesquisa realizada nos Estados Unidos no período de 2009 a 2010, participaram 2.524 estudantes do ensino médio de 80 escolas. A pesquisa tinha como objetivo identificar os aspectos da violência entre jovens. Foi utilizada a Escala Revisada de Táticas de Conflitos, que avaliou situações de violências nos últimos 12 meses. Cinco foram os itens avaliados: 1) insulto

ela/ele; 2) juro por ela/ele; 3) ameaço; 4) empurro; 5) jogo objetos que podem machucá-la/o. Foi investigada a existência dessas violências nos relacionamentos. Os resultados demonstraram que 35% sofreram e 31% perpetraram algum tipo de violência nos relacionamentos afetivos. A violência mais citada é a verbal, seguida da física, tanto por quem comete quanto por quem sofre. O arranjo dos resultados sugere que as/os jovens que relataram violências verbal e física envolvem-se com maior frequência em agressão verbal que aquelas/es que relataram apenas agressão verbal. Na pesquisa, tanto moças quanto rapazes relataram sofrer e praticar violências nos relacionamentos (Haynie et al., 2013).

A violência de gênero nas relações afetivas pode também causar problemas de saúde mental, como depressão, ideação suicida e inicialização ao uso de substâncias. Sua ocorrência é frequente entre estudantes e é comum que tanto as moças quanto os rapazes a realizem (Shorey et al., 2016). As intervenções devem ser abrangentes, questionando as normas tradicionais de gênero, a resolução de conflitos e a violência do namoro (Murta et al., 2013). As autoras ainda atentam para a importância da continuação dos estudos nessa área, tendo em vista que somente em 2006 foi decretada a Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006) e, posteriormente, as políticas públicas federais, como os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (Brasil, 2006; 2008a; 2013). Ou seja, é recente a preocupação do país com as violências entre os casais íntimos (Murta et al., 2013).

O controle é uma forma de violência presente nos relacionamentos afetivos na adolescência. Tanto investigar o celular, ler mensagens e chamadas como proibir a/o parceira/o de falar com alguém, impedir o uso de determinadas roupas e/ou beijar alguém à força não são condutas percebidas como violência pelas/os adolescentes. Em certos casos, até mesmo a violência física, como gestos de empurrar, de puxar o braço e de bater, não são entendidos como agressões (Guerreiro et al., 2016). Esses são dados preocupantes, pois algumas/ns adolescentes acreditam que namorar é ter a posse da outra pessoa; muitas vezes, esses comportamentos são justificados como uma maneira de manifestar o “amor” pela/o parceira/o (Guerreiro et al., 2016).

Ainda no âmbito do amor, as autoras Caridade e Machado (2006) percebem que as/os adolescentes envolvem-se em situações imprevisíveis por adotarem sentimentos de amor ou de ciúmes como justificativas. Mais do que isso, confundem os dois sentimentos, como se um fosse a consequência do outro. A maioria das/os adolescentes percebe o ciúme como o principal gerador de insegurança em perder o outro, por traição e por medo. Entre as consequências, estão sofrimento emocional, raiva, ofensas, ameaças e agressões (Oliveira et al., 2011).

Em pesquisa realizada por Nascimento e Cordeiro (2011) no estado de Recife, com 22

jovens entre 15 e 24 anos, foi pontuado o ciúme como o principal motivo de brigas nos relacionamentos, estando presente o desejo de ter a/o parceira/o só para si. Tanto as moças quanto os rapazes apontaram a relação do ciúme com o afeto e acreditam que, se não existir o ciúme, o amor não estará presente na relação. Apesar de a maioria das/os adolescentes considerar o cuidado como algo “lindo”, eles percebem o ciúme como uma forma de controle e de prejuízo no relacionamento. Além disso, a comunicação que ocorre no meio virtual gera interpretações equivocadas e ciúmes pela demora em responder ou em retornar as ligações. Ao serem questionados sobre as violências nos relacionamentos afetivos, dois rapazes não reconheceram violências verbais como violência, sendo consideradas apenas as que ocorrem de forma física. Já as/os outras/os 20 jovens dividiram as violências entre física, psicológica e moral. Consideram violência qualquer tipo de situação que ultrapasse ou invada o limite do outro (Nascimento & Cordeiro, 2011).

A pesquisa realizada pela autora Carlos (2011) apontou que a forma como as/os adolescentes entendem o amor implica no modo como vivenciam as experiências afetivas na adolescência. Embora o amor romântico estivesse presente nas narrativas das/os adolescentes pelo desejo de casar, a fragilidade das relações demonstrava a fluidez do amor líquido (Carlos, 2011). Em alguns adolescentes, a busca por garantia em ser o único ou a única no pensamento do outro diferencia as perspectivas do que é o amor e do que é amar (Nascimento & Cordeiro, 2011). No livro *Amor Líquido*, o autor Bauman (2004) reflete a respeito da fragilidade dos laços afetivos nas relações humanas, o que denomina como amor líquido. Ao falar de amor, o autor acredita que algumas pessoas se apaixonam e se desapaixenam de forma muito fácil. Com isso, rotulam-se como sendo propensas ou vulneráveis ao amor, mas, na verdade, predispõem-se ao descarte das relações. Destarte, é frequente chamarem de amor mais de uma experiência em suas vidas e, além disso, não possuem certezas sobre o amor que vivenciam ser o último de suas vidas ou se terão outras oportunidades. As formas de relacionamentos têm sido ampliadas, e o estar “conectado” ou “desconectado” tem monitorado a continuidade ou não da relação. É fundamental citar os relacionamentos virtuais, cada vez mais comuns pelas redes, que se alteram com a velocidade de um clique no celular ou no computador (Bauman, 2004).

Algumas pesquisas destacam as diferentes violências cometidas no meio virtual entre moças e rapazes. A violência sofrida por elas geralmente envolve medo, vergonha e humilhação; quando são elas quem perpetram, as motivações são sentimentos de ciúmes, controle, insegurança e medo de traição. Quando são os rapazes as vítimas da violência, o sentimento é de vergonha ou de que isso é “natural” no relacionamento; quando eles são os perpetradores, as justificativas são o controle do corpo e da sexualidade da parceira, insegurança

de traição e machismo. A violência nas relações afetivas é observada como algo natural no cotidiano e vista como modo de solucionar conflitos (Castro, 2009).

A violência nos relacionamentos exerce diversas funções: é uma maneira de comunicação e de dar a última palavra; uma forma de controlar, vigiar e oprimir (Nascimento & Cordeiro, 2011). Na pesquisa de Nascimento e Cordeiro (2011), as/os adolescentes não reconhecem como violências as proibições em relação a sair de casa e ter atividades de lazer e de diversão, em ter amizades do sexo oposto e em usar determinadas roupas. Do mesmo modo, não reconhecem como tal as ligações como compromisso para informar onde estão, vigiar o celular para saber das últimas mensagens e ligações e a troca de tapas e xingamentos, pois são entendidos como brincadeiras. As autoras compreendem que a invisibilidade das violências ocorre pelo ideal de amor romântico, porquanto é compreendido que alguns obstáculos devem ser suportados para que seja atingida a felicidade plena do casal. Assim, o controle e o ciúme são tidos como condutas de carinho, de atenção e de cuidado (Nascimento & Cordeiro, 2011). De acordo com as autoras Santos e Murta (2016), os exemplos de relacionamentos românticos criam expectativas no modo como as/os adolescentes viverão as relações afetivas.

Em relação às violências que ocorrem nos relacionamentos afetivos na adolescência, a autora Schleiniger (2013) destaca quatro pontos importantes: a violência banalizada como um fenômeno cultural; o casamento da violência com o ideal romântico; a violência de gênero nas relações afetivo-sexuais das/os adolescentes; a ocorrência da combinação festas, álcool e violência. A banalização da violência é percebida nos discursos das/os adolescentes não apenas no tocante aos relacionamentos afetivos, mas também no que se refere às amizades, à família, à escola, às festas, à vizinhança e também às relações afetivas e sexuais (Schleiniger, 2013).

O amor romântico pode fazer com que haja um sufocamento nas relações afetivas, porquanto o amor pode ocasionar justificativas para comportamentos de controle e de ameaças, agravando as situações de violência. O casamento da violência com o amor romântico pode gerar ciúmes, traição e coibição entre os relacionamentos. Não somente dificulta a visibilidade das violências como também prejudica a saída da relação violenta (Castro, 2009; Schleiniger & Strey, 2015), tendo-se em vista que tudo deve ser suportado para alcançar o amor. Além disso, o ciúme é o maior responsável pelas brigas que ocorrem nos relacionamentos afetivos. A traição é vista como algo muito sério nos namoros, podendo colocar fim ao relacionamento, visto que a quebra de confiança é algo grave (Nascimento & Cordeiro, 2011). O alto índice do uso de álcool também é um fator agravante para a perpetração da violência. A combinação de festas, uso de álcool e prática de violência propicia ambientes com diversos tipos de violências. Esse modelo explicativo demonstra uma perspectiva macrosocial e crítica que não vê o humano

separado do social, do cultural e da história (Schleiniger & Strey, 2015).

Entende-se que as normas de gênero impactam a forma como as/os adolescentes vivenciam suas relações afetivo-sexuais. Como meio de prevenção, Schleiniger e Strey (2015) entendem que o desenvolvimento de políticas e de programas intersetoriais para a violência nas relações afetivo-sexuais das/os adolescentes é necessário. Mais do que isso: a inclusão das famílias e das/os próprias/os adolescentes para discutir acerca de seus valores e de suas crenças sobre relações afetivas e violência de gênero é fundamental. Isto é, o debate relativo à equidade das relações de gênero deve estar presente na vida das/dos adolescentes e de suas famílias. Schleiniger e Strey (2015) acreditam que os discursos vinculados à violência estão relacionados ao contexto histórico e ao local em que as/os jovens estão inseridos.

Em 2011, em uma pesquisa com 3.205 jovens e adolescentes de 15 a 19 anos em dez cidades brasileiras – Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG), Recife (PE), Teresina (PI), Brasília (DF), Cuiabá (MT), Porto Velho (RO), Florianópolis (SC) e Porto Alegre (RS) –, verificou-se que tanto os rapazes quanto as moças perpetraram violência em seus relacionamentos na adolescência. Ao mesmo tempo em que são vítimas, são praticantes. Em ambos os casos, a violência verbal é a que apresenta elevada frequência, seguida da violência sexual. Consoante à violência física, são os rapazes que aparecem como quem mais a sofrem nos relacionamentos afetivos na adolescência (Minayo, Assis & Njaine, 2011). O mais comum é que as moças realizem agressões com tapas e lancem objetos contra o namorado; contudo, os rapazes não identificam essas atitudes como violentas, nem mesmo as que eles praticam contra as namoradas, acreditando que essas são atitudes naturais nas suas relações. De cada três adolescentes, ao menos uma/um é autora/r e/ou vítima de violência nas relações afetivas. Há uma elevada relação entre sofrer violência e praticá-la nos relacionamentos afetivos entre esses jovens, ao mesmo tempo em que praticar violência física e realizar ameaças possui um vínculo direto. A violência apresenta-se como meio de comunicação nos relacionamentos, e o contexto em que vivem impacta o modo como os relacionamentos violentos serão conduzidos (Oliveira et al., 2011).

Algumas pesquisas apresentam a violência psicológica (verbal-emocional) como a que mais ocorre nos relacionamentos afetivos entre adolescentes. Logo após vem a violência sexual como a mais praticada, tanto por moças quanto por rapazes. De maneira geral, as moças aparecem como as mais agressivas nos relacionamentos, e as violências mais perpetradas por elas são do tipo psicológico, seguidas pelas ameaças e pela violência física. A autora e os autores acreditam que isso ocorra pelo fato de as mulheres iniciarem mais precocemente seus relacionamentos que os homens. Suas relações costumam ser mais estáveis e mais duradouras.

Desse modo, quanto mais tempo de relacionamento, maior é a probabilidade de haver comportamentos agressivos (Gómez, Delgado & Gómez, 2014). Porém, outras pesquisas demonstram a importância em não generalizar os resultados e evitar conclusões precipitadas. O cuidado em não banalizar a violência e em não reforçar desigualdades entre os gêneros é fundamental (Flach & Deslandes, 2017; Ribeiro et al., 2011). Outras pesquisas preferem apontar para o fato de os rapazes não admitirem suas práticas violentas tanto quanto as moças ou, simplesmente, não as reconhecerem como violência. Com isso, entendemos o cuidado em não efetuar resultados generalizantes sobre sentimentos de homens e de mulheres, pois podem difundir entendimentos precipitados, uma vez que as violências banalizadas no cotidiano e as normas de gênero podem ser reforçadas (Flach & Deslandes, 2017; Ribeiro et al., 2011).

É necessário que as pesquisas não focalizem apenas questões singulares dos comportamentos no que concerne à violência nos relacionamentos afetivos, mas que possam problematizar a função do contexto social da cultura, da mídia, dos pares e da inserção social das/os adolescentes (Oliveira et al., 2016). Abordar tais temáticas é relevante para a compreensão das diferenças de gênero, de classe, de etnia, de faixa etária/geração e de diversidade sexual. A construção de programas e de políticas públicas auxiliará para a prevenção, a intervenção e a recuperação tanto das vítimas como das/os praticantes da violência. Essa é uma discussão que deve ser realizada por profissionais de áreas da educação, da saúde, da assistência, da justiça, da segurança e da habitação. O diálogo é essencial para a resignificação das crenças e dos valores que as/os adolescentes prezam em suas vidas nas formas íntima, familiar, social, comunitária e cotidiana (Schleiniger & Strey, 2015). Com isso, entendemos que é necessária a criação de espaços de conversa e de troca de informações sobre as prevenções de violências que ocorrem nos relacionamentos afetivos na adolescência (Nascimento & Cordeiro, 2011).

2.08 Gênero nas escolas

Atualmente, as questões que envolvem os direitos humanos e as desigualdades sociais, na maior parte das vezes, utilizam a palavra gênero. No entanto, o assunto causa desconforto pelo desconhecimento de alguns sobre o que abordam os estudos de gênero. Essa dificuldade de entendimento não se revela em expressões como “diferença dos sexos”, “divisão sexual do trabalho” e “relações sociais de sexo”. Além disso, algumas críticas recaem sobre o aspecto abstrato do termo gênero, que não expressa imediatamente as relações de poder, as situações de

violência e de desigualdade social entre mulheres e homens (Kovaleski, Tortato & Carvalho, 2011). Diversas são as pesquisas que apontam as relações na escola como um dos principais desafios atuais. Tais considerações evidenciam a preocupação em perceber a escola como local onde ocorrem, frequentemente, situações de intolerância, de agressividade e de violências. No entanto, a dificuldade em aproximar as temáticas de gênero no espaço escolar torna complexa a resolução e a problematização dos conflitos (Ferrari, 2011).

Ainda que o contexto escolar tenha como objetivo a educação, a interação e a proteção, pode se caracterizar como um espaço de violências cotidianas para crianças e adolescentes (Fonseca et al., 2013). Ao citar a escola, não estamos nos referindo a um espaço fixo e universal, mas sim em espaços plurais que devem ser pensados a partir de suas singularidades (Seffner, 2014). No Brasil, 14, 8% das/os adolescentes brasileiras/os entre 15 e 17 anos não estão nas escolas, ou seja, 1.539.811 não frequentam o ensino médio. Um dos principais motivos que as/os afasta da escola é a convivência com as violências e as humilhações dentro do contexto escolar (UNICEF, 2012). Considera-se que as violências que ocorrem no interior das escolas são um problema social plurifacetado e complexo; da mesma forma, individual, político e social (Giordani, Seffner & Dell'Aglio, 2017).

Uma pesquisa realizada com 60 adolescentes e 16 professoras/es em uma escola pública de Porto Alegre tinha como objetivo investigar as experiências de violências no contexto escolar. A maioria das/os participantes relatou situações de ofensas e de exclusão fundamentadas em características que diferenciam as pessoas (fenótipo/sexualidade). Além disso, as/os alunas/os de ensino médio não focaram nas violências físicas, e sim, em preconceitos já naturalizados entre as/os colegas (Giordani, Seffner & Dell'Aglio, 2017). As/os adolescentes demonstraram sentir falta de apoio da direção da escola na resolução dos conflitos causados pelas violências. A apatia e a falta de apoio são alguns dos incômodos evidenciados na pesquisa. Além disso, as/os professoras/es mencionaram a importância da participação de toda a comunidade escolar (pais, mães, aluna/os, professoras/es, direção) para evitar situações de violências (Giordani, Seffner, Dell'Aglio, 2017).

Em geral, as/os professoras/es possuem carência de qualificação para prevenir e solucionar questões de violências que ocorrem nas salas de aula (Seffner, 2014). A prevenção de violências pode ocorrer a partir de diálogos e de problematizações sobre algumas letras de músicas, que objetivam o corpo da mulher e naturalizam desigualdades de gênero (Bernardes & Accorssi, 2015). Porém, ao negar trabalhar as questões de diversidade sexual e de gênero, a escola não cria espaço para compreender a pluralidade e para promover o respeito e a diferença no contexto escolar, gerando mais violências (Giordani, Seffner & Dell'Aglio, 2017). É

necessário articular as diferentes interpretações do que é a sexualidade; alguns acreditam que ela ocorra com mais frequência em determinado momento da vida, mas não compreendem a amplitude do que é sexualidade. A sexualidade pode ocorrer em todos os momentos, de diferentes maneiras e envolvendo variados sentimentos. A ideia do binarismo é um exemplo de como interpretamos a sexualidade e de como a reduzimos a categorias como homem-mulher, heterossexual-homossexual, ativo-passivo, branco-negro e rico-pobre (Giordani, Seffner & Dell’Aglío, 2017).

A hierarquia de poder entre os polos, que privilegia uns em detrimento de outros, é um marco de como a sexualidade é entendida pela sociedade. Diversas polêmicas estão ao redor do tema “sexualidade na escola”; alguns preferem falar em educação sexual, orientação sexual ou educação para a sexualidade. A polêmica gira ao redor de entraves em inserir ou não tal assunto nas grades curriculares, que conta com as opiniões de padres, de médicas/os, de advogadas/os, de psicólogas/os, de pais, de mães e comunicadoras/es. Ademais, a pressão social que tenciona a escola a ter uma postura rígida e disciplinar também desautoriza práticas mais democráticas de compreender interação, participação, educação e disciplina (Giordani, Seffner & Dell’Aglío, 2017).

A sexualidade é um campo de conhecimento e de disputa política que estabelece o que é normal e o que é patológico. Tendo em vista que a educação possui diversas políticas públicas que promovem o respeito e a inclusão das diferenças, a escola deveria discutir mais a norma do que reforçar diferenças e “desvios” (Seffner, 2014). Tais considerações nos fazem atentar para as sugestões de Seffner (2014) ao pensar sobre esses temas na escola: 1) trazer pessoas de fora da escola para falar sobre sexualidade é positivo, pois oportuniza trocas de experiências. todavia, isso passa a ideia de que as/os professoras/es não sabem dialogar com as/os alunas/os sobre o assunto em questão, pois em geral são outras pessoas que falam acerca da sexualidade. O ideal é que algumas/ns professoras/es se apropriem do tema para dialogar com as/os alunas/os; 2) a escola deve trabalhar com as/os alunas/os sobre como as normas de gênero e de sexualidade são geradas pela sociedade e evitar o uso excessivo do termo “diferente” para tratar a temática; 3) a escola não deve trabalhar a sexualidade com base na religião, visto se tratar de um lugar público e que, justamente por isso, deve incluir a diversidade que a ocupa. Todavia, todas as pessoas têm o direito em expressar sua religião, então a escola só não deve valorizar uma em detrimento de outras. Propiciar espaços para reflexões sobre o respeito e a tolerância é trabalhar as questões de gênero e de sexualidade; 4) a escola deve enfatizar que a sexualidade não é uma questão biológica e moral, mas que está ligada a cultura, saúde, afeto e política, entre outros arranjos; 5) é preciso promover projetos de longa duração sobre o assunto, e não apenas

medidas precipitadas e individuais.

Ao se fazer uma intervenção nas escolas, uma das problematizações deve ser o poder que as palavras ocupam no campo do preconceito. Em diversos relatos em pesquisas, foram apresentadas violências pelo preconceito expresso nas palavras. O modo como as palavras são ditas constitui fronteiras entre o “nós” e o “elas/es”, estabelecendo afastamentos ou aproximações. No contexto escolar, essas problematizações são necessárias na medida em que não é mensurado o que é autorizado ser dito nesse espaço nem quem está autorizado a dizer (Ferrari, 2011). A escola deve estar disposta a adequar-se a uma escolarização disponível, que propicie um ambiente facilitador de superação de qualquer tipo de discriminação. Isto é, para uma educação inclusiva, é necessário que a escola esteja acessível às reflexões relativas à rigidez do ensino, dos currículos e à carência de qualificação das/os professoras/es (Hernandez, Assis & Santos, 2013).

Ao encontro disso, o Estatuto da Juventude (Lei n. 12.852/2013) apresenta uma seção específica sobre o Direito à Diversidade e à Igualdade, na qual é estabelecido que as/os jovens não sejam discriminadas/os com base em sexo e em orientação sexual. As questões de orientação sexual e de equidade de gênero estão inseridas no campo dos direitos humanos e da educação (Brasil, 2013; Reis & Eggert, 2017). Além disso, a Constituição Federal de 1988 também prevê o exercício dos direitos sociais e individuais, de uma sociedade livre, justa e solidária, com a promoção do bem de todas as pessoas, sem preconceitos de origem, de raça, de cor, de idade e de qualquer outra forma de discriminação. Também o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBT (Brasil, 2009) tem como objetivos ampliar e estender a temática de gênero e sexualidade nas escolas, a fim de contribuir com a criação de políticas públicas para a superação de preconceitos, da discriminação e das violências.

Apesar da existência de todos esses documentos, vivemos um momento histórico no qual a intolerância se instala e se repete nos espaços da vida privada. Nesse sentido, cada vez mais entraves são colocados em nossa relação com o outro (Dinis, 2008). Entende-se que o ideal seria a comunicação entre escola, família e profissionais de diferentes áreas na escola, o que facilitaria o diálogo entre eles, levando em consideração que, em muitas situações de violência e de preconceito, as/os alunas/os não sabem a quem pedir apoio (Soares, Lopes & Njaine, 2013). O envolvimento das/os alunas/os e de suas famílias é fundamental para que a naturalização dos modelos hegemônicos e das expectativas binárias de gênero seja pensada, discutida e ressignificada. Tratar de assuntos como crenças, valores, intimidade e possibilidade de mudança auxilia para o debate da violência, da prevenção e da democratização das relações

de gênero para adolescentes e adultos (Schleiniger & Strey, 2015).

Com isso, precisamos mencionar o termo “ideologia de gênero”, que tem sido divulgado frequentemente por quem defende ideias tradicionais, reacionárias e até fundamentalistas acerca das questões de gênero. O termo foi debatido em torno dos Planos Nacionais de Educação e, posteriormente, em torno dos Planos Municipais e Estaduais de Educação. O termo “ideologia de gênero” tem sido associado erroneamente às questões de gênero, ao feminismo e ao combate à discriminação contra a diversidade sexual. Ressalta-se que nenhum dos Documentos Finais das Conferências de Educação dos anos de 2008, 2010 e 2014, assim como a versão final do Plano Nacional de Educação faziam menções ao termo “ideologia de gênero”, e sim à busca pela garantia de respeito pela diversidade sexual e pela equidade de gênero (Reis & Eggert, 2017).

De acordo com o autor Reis e a autora Eggert (2017), a ampla divulgação da falsa ideia de “ideologia de gênero”, vista como desconstrução de normas de gênero tradicionais e da família dentro do contexto escolar, gerou pânico moral e retrocesso na sociedade. Entretanto, o que se pretende ao falar de gênero é promover a equidade de gênero, o respeito e a superação das violências e das desigualdades. Os argumentos utilizados pelos que amplamente discursam sobre a “ideologia de gênero”, contudo, manipulam as pessoas sem senso crítico, disseminando ideias que estimulam a desigualdade de meninas e de mulheres em comparação aos meninos e aos homens. Além disso, as mídias sociais são utilizadas para promover argumentos fundamentalistas e sem fundamentos científicos aos fiéis acríticos, que tomam como verdades inquestionáveis os conteúdos divulgados. Desse modo, atribuem *status* depreciativo a quem luta pelo combate às violências de gênero e pela busca de equidade de gênero (Reis & Eggert, 2017).

Tais apontamentos nos levam a comentar o Projeto de Lei n. 867, chamado Programa Escola sem Partido, que foi proposto no ano de 2015 no Brasil e que, atualmente, está em processo de arquivamento/desarquivamento, conforme publicação no *site* Exame no dia 8 de dezembro de 2017 (Calegari, 2017). Apesar de não sabermos se o projeto de lei será definitivamente arquivado ou não, apresentaremos alguns pontos que estavam presentes em seu texto. As principais pautas eram a neutralidade política, ideológica e religiosa na educação nacional. Entre os princípios, estava o de que não poderia haver em sala de aula nenhum tipo de prática que pudesse doutrinar politicamente e ideologicamente atividades e/ou conteúdos que não estivessem de acordo com as ideias religiosas e/ou morais de pais/mães/responsáveis das/os alunas/os. Além disso, pais/mães/responsáveis deveriam autorizar, no ato da matrícula, as escolas com vínculos religiosos e com valores morais a apresentarem seus princípios aos

estudantes. Da mesma forma, o projeto pretendia tipificar como crime qualquer prática que pudesse condicionar posicionamentos político, partidário, ideológico ou qualquer tipo de constrangimento na escola. Caso o projeto de lei fosse aprovado, tais práticas seriam consideradas assédio ideológico e haveria detenção de três meses a um ano e multa para as/os profissionais que as realizassem. Falar sobre a temática de diversidade sexual, de gênero e de feminismo seria, portanto, considerado crime no Brasil.

Atualmente, além de tentativas em desarquivar o projeto Escola Sem Partido, que foi arquivado em dezembro de 2017, o Ministério da Educação do Governo de Michel Temer excluiu as menções ao combate às discriminações de gênero na nova versão da Base Nacional Comum Curricular, conforme notícia publicada pela Folha de São Paulo (Saldaña, 2017). Ou seja, as concepções de gênero e de sexualidade devem ser discutidas de acordo com as tradições religiosas. Até o momento em que este texto foi escrito, o documento ainda não havia sido publicado. O documento da Base Nacional Comum Curricular define o que será aprendido pelas/os alunos em cada ano da educação básica.

Com o exposto, demonstramos o quanto o momento histórico, político e social do Brasil está recuando nas discussões sobre a importância em combater as discriminações de gênero e de sexualidade, assim como em disseminar o conhecimento sobre os feminismos e as violências. Tais fatos nos fazem entender a importância de se defender a erradicação das iniquidades de gênero, as quais diferenciam de forma binária o que é ser homem e o que é ser mulher, o que reforça as desigualdades na sociedade (Reis & Eggert, 2017).

2.09 As percepções acerca das ruralidades

A população rural é formada por 29.829.995 pessoas no Brasil (IBGE, 2010), o que significa que 15,6% da população brasileira está em âmbito rural. Dessa parcela, 14,9% são habitantes rurais no Rio Grande do Sul. Conforme o IBGE (2017), o Decreto-lei n. 31, de 2 de março de 1938, instituiu o marco legal das divisões entre o espaço urbano e rural. No documento, os critérios para a diferenciação de cidades e de vilas são apresentados. Para ser considerada cidade, era necessária a existência de população mínima de mil pessoas e de, no mínimo, 200 domicílios. A Lei Complementar à Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 9 de novembro de 1937, modificou esses critérios, indicando como patamar inferior a 10.000 habitantes, mantendo a referência de 200 domicílios, 10,0% deveriam ser eleitoras/es e representar cinco milésimos da receita estadual de impostos. Em 1988, a Constituição Federal

do Brasil concedeu aos Estados a atribuição em decidir quais seriam os critérios para a criação de novos municípios. Portanto, a homogeneidade nacional foi alterada, havendo modificações nas porcentagens e nos números de cada um (IBGE, 2017).

A política pública “Territórios de Cidadania” do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) é um programa de desenvolvimento regional sustentável e de garantia de direitos sociais. De acordo com seu documento, um território rural é definido por sua identidade social, econômica e cultural, tendo os seguintes aspectos como requisitos: conjunto de municípios com população até 50 mil habitantes; densidade populacional menor que 80 habitantes/km²; organizados em territórios rurais de identidade; integrados com os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad), do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e/ou Mesorregiões, do Ministério da Integração Nacional (MI). Além disso, os critérios para identificação dos territórios foco para a atuação do Programa Territórios da Cidadania foram definidos pelos critérios técnicos: menor IDH; maior concentração de agricultores familiares e assentamentos da Reforma Agrária; maior concentração de populações quilombolas e indígenas; maior número de beneficiárias/os do Bolsa Família (PBF); baixo dinamismo econômicos; maior organização social; pelo menos um território por estado da federação (Brasil, 2008b).

As pesquisas que contemplam a temática rural contribuem para a valorização e para o conhecimento mais aprofundado da área (Ávila, 2013). A partir da dimensão relacional entre os campos rural e urbano, aponta-se a produção discursiva sobre ruralidades no Brasil. Novas abordagens e temáticas têm criado reflexões sobre o conceito da ruralidade. O rural não é mais pensado de forma singular, a releitura de ruralidade dilui ainda mais as fronteiras entre os espaços urbano e rural. As ruralidades abrem novos sentidos a partir das transformações do espaço-tempo, que modificam as identificações dos espaços. Entende-se uma sociabilidade mais complexa não limitada apenas ao local, mas a redes regionais, nacionais e transnacionais (Silva & Macedo, 2017). Historicamente, quando os temas de urbanidade e de ruralidade são pesquisados, a maioria dos discursos os coloca como contrastantes e contraditórios, a primeira sendo lembrada pelos atributos da modernidade, da civilidade e do primor, enquanto a segunda com compreensões de sentidos pejorativos, que a colocam como atrasada e rústica. As visões distintas sustentam a dicotomia, como se dois mundos ou duas realidades fossem divididas por um muro invisível. As diferenças dos espaços devem ser vistas como particularidades e especificidades dos locais (Kieling & Silveira, 2015).

No final do século XX, as pessoas que moravam em espaços rurais tiveram uma importante participação na cena política e cultural do Brasil. Fizeram reivindicações e

exigências de que fossem tratadas com respeito, pois se sentiam esquecidas e silenciadas em suas especificidades. Acreditavam que era relevante a criação de escolas do campo pelos órgãos governamentais, nas quais fossem tratados temas que representassem a região que habitavam, não sendo apenas uma cópia da escola urbana (Tonini & Lopes, 2016).

O principal objetivo ao se estudar sobre esse assunto deve ser, portanto, a desnaturalização da dicotomia tão presente entre o rural e o urbano (Pizzinato et al., 2015), até pelo fato de haver uma divisão que reforça a ideia de que é rural tudo o que não é urbano. É necessário ir além do entendimento tradicional, ter uma visão multifuncional dos espaços rural e urbano (Kieling & Silveira, 2015). Uma pesquisa realizada em 2017 em nove municípios na zona rural Sul do Rio Grande do Sul teve a participação de 238 famílias. Como resultados, 46,2% da população têm uma percepção boa e 35,7% regular em relação à importância da escolaridade. Contudo, apesar de perceber a importância da escolarização, a maioria das/os participantes possuía o ensino fundamental incompleto e o consideravam suficiente para sobreviver em sua região. Ou seja, apesar de perceber a relevância do estudo, não era necessário tê-lo para suprir suas necessidades (Toigo & Conterato, 2017).

Os dados da pesquisa realizada no Rio Grande do Sul vão ao encontro da compreensão das autoras Souza, Doula e Carmo (2016), que entendem ser fundamental conhecer as perspectivas e os planos das/os adolescentes no que concerne às condições de vida, de trabalho e de estudos. Além disso, a compreensão de possíveis insatisfações é fundamental para a criação de políticas públicas que amparem os anseios de quem pretende ou não permanecer no meio rural. Como muitas situações de discriminação ocorrem dentro do contexto escolar, atentar para essa temática com as/os adolescentes é propiciar reflexões sobre intolerâncias e violências relativas às diferenças.

Refletir sobre o meio rural é, também, elucidá-lo como cenário de diversos tipos de violências. Em estudo realizado no Norte do Rio Grande do Sul, participaram 26 profissionais da rede de serviço e de apoio ao enfrentamento da violência contra mulheres rurais. Os resultados da pesquisa apontaram que, entre mulheres urbanas e rurais que vivem em situação de violência, a mulher urbana possui mais acessibilidade às informações e aos serviços da rede de atenção. Ademais, as/os profissionais citaram a pouca disponibilidade de transporte público para deslocamentos aos meios urbanos que possuem serviços especializados para o atendimento a mulheres em situação de violência. Além disso, a carência da articulação entre os serviços prejudica a segurança e a prevenção dos direitos das mulheres rurais (Costa et al., 2017).

Tais considerações nos levam a citar um estudo realizado em 2015 que demonstrou que, ainda hoje, os homens rurais são percebidos como os detentores do poder, da autoridade de

provedor e de chefe da casa. As mulheres são vistas como cuidadoras do lar, reprodutoras, obedientes e subordinadas. Assim sendo, a violência contra as mulheres rurais permanece e se mantém pelas assimetrias de poder, que as colocam em situação de desigualdade e exclusão com a justificativa de uma “natureza feminina” que circunscreve diferenças físicas, sexuais e biológicas (Costa, Lopes & Soares, 2015).

A maioria das pesquisas sobre as violências contra as mulheres tem o meio urbano como base, o que propicia uma visão ilusória, pacífica e romântica da vida no campo (Silva, Silva & Pinto, 2017). Tal entendimento negligencia as situações de violência de gênero que são frequentes no meio rural. As mulheres rurais citam que os principais empecilhos para a prevenção e para sair da situação de violência são a dificuldade de deslocamento e de acesso ao poder público e aos serviços sociais especializados em assistência social, em psicologia e em políticas públicas (Silva, Silva & Pinto, 2017).

3 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Este capítulo tem como objetivo apresentar o percurso metodológico realizado ao longo da pesquisa. Embora seja delineado também nos artigos científicos que se seguem, compreende-se que, nos artigos, haja uma delimitação que impede o aprofundamento acerca dos recursos metodológicos realizados.

3.01 Delineamento da pesquisa

A pesquisa teve como objetivo investigar a violência de gênero nas relações afetivas na adolescência e o modo como as questões de gênero são apresentadas nas narrativas de adolescentes de duas escolas municipais em contexto rural e urbano no interior do Rio Grande do Sul. Para tanto, buscou-se: analisar o que são as relações afetivas entre adolescentes de duas escolas municipais em contexto rural e urbano no interior do Rio Grande do Sul; identificar como são apresentadas as questões de gênero nas relações afetivas entre adolescentes de duas escolas municipais em contexto rural e urbano no interior do Rio Grande do Sul; verificar se a violência de gênero está presente nas narrativas sobre as relações afetivas entre adolescentes de duas escolas municipais em contexto rural e urbano no interior do Rio Grande do Sul; analisar as percepções de adolescentes sobre o contexto rural de uma cidade no interior do Rio Grande do Sul.

Tratou-se de uma pesquisa qualitativa e do tipo exploratória (Minayo, 2011b; Marconi & Lakatos, 2009). Qualitativa porque se acredita que contempla uma realidade social que, segundo Minayo (2011b, p. 21), “não pode ou não deveria ser” quantificada. O objetivo da pesquisa qualitativa não é calcular as opiniões ou as pessoas, mas, em vez disso, analisar como um todo a visão das diferentes impressões sobre o estudo (Gaskell, 2002, p. 68). Foi privilegiado o campo dos significados, das perspectivas e das expressões. Exploratória porque se busca conhecer uma área que merece estudos e ter mais familiaridade com o tema escolhido (Marconi & Lakatos, 2009).

O posicionamento epistemológico desta pesquisa baseia-se na perspectiva dos Estudos Feministas de Gênero, na Psicologia Social Crítica e na perspectiva dos Saberes Localizados. No Brasil, os Estudos de Gênero tiveram início com o movimento feminista no final dos anos 1970. Ainda hoje os estudos feministas continuam a propiciar perspectivas teóricas comprometidas com a busca por mudanças coletivas, a partir de suas diversas vertentes (Strey, 2013). A perspectiva da Psicologia Social Crítica possibilita um olhar voltado ao ser humano

como um agente histórico-social. Percebe-se que o ser humano está em contínua modificação e transformação. Ou seja, para entendermos determinado fenômeno, é necessário olhar para a história, para a nossa sociedade e avaliar como o passado foi constituído (Berni & Roso, 2014). A Psicologia Social Crítica atenta em compreender o sujeito a partir do contexto social no qual se localiza. Levam-se em conta as relações de poder, a indiferença e as inquietações sociais para que possa ser realizada uma leitura singular dos fenômenos que são tidos como naturalizados pela sociedade (Borges, 2014). Por esse motivo, entende-se que a Psicologia Social Crítica possa auxiliar os Estudos Feministas de Gênero por dedicar seu olhar para a história, para a sociedade e para a cultura.

A perspectiva dos saberes localizados da autora Donna Haraway (1995) acredita que todo o conhecimento é situado e localizado; isto é, não há possibilidade da existência de algum saber que seja imutável, universal ou neutro. Torna-se necessário olhar para a pluralidade de todos os conceitos, os conhecimentos já preconcebidos e o contexto em que isso ocorre. A reflexividade é conduzida como questão ética e política, possibilitando uma rejeição dos discursos que são universalizantes e generalizantes. Produzir estudos científicos está relacionado diretamente com o campo político. Nesse sentido, novas leituras a respeito do que nos é imposto como natural precisam ser propostas, envolvendo temas como identidade, sujeito, sexualidade, gênero e ciência. Esses processos sociais estão intrinsecamente relacionados ao poder e à política (Borges, 2014).

3.02 Participantes do estudo

A cidade onde ocorreu a pesquisa está localizada a 67 km da capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Possui 25.793 habitantes (IBGE, 2015), distribuídos em uma área de 818.799 km² (IBGE, 2016). Conta com 7 escolas de ensino médio, 21 escolas de ensino fundamental e 17 pré-escolas. Na cidade não há escolas particulares. Interessa explicitar que a cidade está localizada no interior do Rio Grande do Sul e possui uma área urbana e outra rural. Participaram da pesquisa duas escolas, uma na extensão urbana e outra localizada na zona rural. A distância entre uma escola e outra é de, aproximadamente, 25km.

Foram 11 as/os participantes do estudo, 7 moças e 4 rapazes, que tinham entre 15 e 16 anos, sendo a idade considerada um fator de inclusão. O contato com as/os adolescentes foi possível a partir de contatos prévios com a Secretaria de Educação da cidade e com as diretoras das escolas, a fim de que possíveis dúvidas fossem elucidadas até o aceite final para a participação. Após a aprovação, os convites foram feitos presencialmente aos/as adolescentes

em suas respectivas escolas, em horário que fora agendado. Apesar de aproximadamente 30 alunas/os terem sido convidadas/os, apenas 10 adolescentes de cada escola tiveram interesse em participar. Algumas/ns delas/es relataram que moravam longe ou que estariam trabalhando no momento em que os grupos aconteceriam.

Após serem apontadas as questões éticas e retiradas as dúvidas das/os alunas/os, foi entregue a ficha demográfica¹ para preenchimento dos dados das/os interessadas/os. A entrega do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido² e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido³ foi realizada as/aos interessadas/os e, em data combinada, seriam recolhidos nas escolas. Apesar de 20 adolescentes terem revelado entusiasmo, apenas 11 termos foram assinados e entregues pelas/os participantes. Embora a Secretaria de Educação e as diretoras das escolas terem tido interesse em participar, as/os alunas/os, principalmente na escola urbana, monstavam-se retraídas/os em conhecer e em aceitar participar de grupos na escola. A escola rural teve maior flexibilidade em disponibilizar os horários das aulas das/os alunas/os para a participação.

O Estatuto da Juventude (Lei n. 12.852/2013) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei n. 8.069/1990) estabelecem diferentes diretrizes que auxiliam na criação de políticas públicas para as diferentes faixas etárias. Em 2013, foi criado o Estatuto da Juventude, que apregoa como jovem a pessoa entre 15 e 29 anos de idade. Nesse sentido, o estatuto engloba parte do público alvo de outra lei, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/1990), que compreende adolescência entre 12 e 18 anos de idade. Como as/os participantes desta pesquisa possuem entre 15 e 16 anos (conforme mostra a Tabela 1), preferimos utilizar o ECA como referência. Com isso, a maioria das menções realizadas neste estudo será ao termo “adolescente” e “adolescência”, mas compreendemos que tais conceitos estão englobados em “juventude”.

A idade foi considerada um fator de inclusão, bem como as/os jovens estarem devidamente matriculadas/os no 1º ou 2º ano do Ensino Médio das escolas. Foram as próprias diretoras das escolas que solicitaram que os grupos fossem realizados com tais turmas. Não foi solicitada a experiência de namorar/ficar/casar/noivar para que as moças e os rapazes participassem da pesquisa. Entendemos que, de alguma maneira, elas/es possuíam percepções sobre as relações afetivas a partir da mídia, da família e/ou das/os amigas/os com que convivem. Os processos de apresentação e de aprovação foram necessários para que a realização dos

¹ A ficha demográfica está localizada no apêndice C para apreciação.

² O Termo de Assentimento Livre e Esclarecido está localizado no apêndice B para apreciação.

³ O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido está localizado no apêndice A para apreciação.

grupos ocorresse. No próximo tópico, será apresentado o instrumento utilizado para o desenvolvimento dos encontros.

3.03 Instrumento de coleta de dados

Foram realizados grupos focais com adolescentes de duas escolas municipais em contexto rural e urbano no interior do Rio Grande do Sul. Entende-se que a utilização dos grupos focais auxilia no alcance de um nível mais profundo de conhecimento, porquanto facilita o espaço do diálogo e da construção da aprendizagem coletiva (Dall'Agnol, 2012). Para Backes, Colomé, Erdmann, e Lunardi (2011), é a partir da interação grupal que problematizações específicas são produzidas e ampliadas. Nesse sentido, o grupo se destaca como um instrumento que ultrapassa a característica de apenas coletar dados, porquanto proporciona espaços que permitem mais reflexões acerca de uma temática do que de uma situação individual. Isto é, as informações obtidas são mais intensas em âmbito grupal (Backes et al., 2011). O grupo, portanto, é visto como um procedimento que desenvolve estratégias para investigar soluções para os problemas e transformações de realidades (Dall'Agnol, 2012).

O grupo focal permite que as/os participantes argumentem, critiquem e elucidem seus pontos de vista no tocante às temáticas debatidas (Rego, 2003). As/os participantes mais tímidas/os podem promover debates, mesmo em meio a assuntos críticos, com o auxílio das/os mais extrovertidas/os do grupo. É comum que o grupo seja estimulado a partir do momento em que as discussões e os debates são construídos (Backes et al., 2011). Os posicionamentos e as colocações coletivas proporcionam uma gama de benefícios para a coleta e para a análise dos dados em pesquisas qualitativas (Rego, 2003). O acesso às informações sobre como as relações sociais são vivenciadas pela “vida real” é privilegiado no grupo focal (Barbour, 2009). Podemos considerá-lo uma entrevista grupal, que tem a interação como característica fundamental (Backes et al., 2011).

Para o instrumento atingir todo o seu potencial e haver entendimento do processo grupal, a atenção e o cuidado da pesquisadora às expressões verbais e não verbais foram vistos como fundamentais. Além disso, vale salientar que a pesquisadora é mulher e psicóloga; destarte, sua implicação é inegável e será considerada no decorrer da análise dos dados (Dall'Agnol, 2012). Porém, são os diálogos, as dúvidas, as aprendizagens e as participações em grupo que tornam as/os participantes intérpretes do estudo (Dall'Agnol, 2012). Após a realização dos grupos, foram registrados os dados observados em diário de pesquisa, para o auxílio no processo de análise dos dados (Castro, Abs & Sarriera, 2011).

Foram realizados seis grupos focais, sendo três em cada escola. Em consonância com Gaskell (2002), é apropriada a participação de até dez pessoas nos encontros. Ademais, foi organizado o período entre 1 hora e 30 minutos e 2 horas de duração. Os encontros foram gravados em áudio para a transcrição dos dados. Os grupos foram compostos por participantes mistos (moças e rapazes), pois se entendeu que o conjunto possibilitaria maiores discussões sobre o tema aqui exposto. Além disso, a escola urbana disponibilizou o horário apostado ao das aulas, enquanto a escola rural possibilitou o mesmo turno das aulas. Nesse sentido, faremos uma breve explanação de como ocorreu cada grupo focal neste estudo.

Primeiro grupo na escola urbana

O primeiro grupo ocorreu na escola urbana com a participação de três adolescentes (Amanda, Henrique e Miguel). Nesse dia, faltando menos de uma hora para iniciar o grupo, a intensa quantidade de chuva atrasou o encontro. O adolescente Miguel relatou que outro aluno desistiu de participar, pois morava longe e a chuva dificultou sua ida até a escola. Interessa informar que a escola disponibilizou o horário da tarde, turno inverso ao que as/os adolescentes estudavam (manhã). Ao iniciar o encontro, quem estava presente apresentou-se com a identificação do nome, da idade e do motivo de estar ali. Em suas apresentações, Amanda comentou que gostaria de saber mais sobre o assunto da pesquisa, Miguel mencionou ser tímido e pouco falante e Henrique afirmou que cumpriu com sua palavra e por isso estava ali naquele dia chuvoso. O adolescente Henrique era o único do primeiro ano do ensino médio; Amanda e Miguel eram colegas do segundo ano, mas todos se conheciam da escola.

A atividade proposta pela pesquisadora foi o recorte de imagens que simbolizassem os relacionamentos afetivos na adolescência. Com o apoio de diversos tipos de revistas, as/os adolescentes foram convidadas/os a recortar quantas imagens fossem necessárias para expressar essas relações. Em média, a busca pelas figuras demorou 25 minutos e cada adolescente recortou três imagens⁴, as quais foram apresentadas para o grande grupo. As imagens recortadas pelas/os adolescentes guiaram as discussões nesse encontro, que durou aproximadamente 1 hora e 50 minutos.

Segundo grupo na escola urbana

Esse grupo teve a participação de três adolescentes (Miguel, Olga e Maria Paula). Miguel comentou que a adolescente Amanda, a qual havia participado na semana anterior, teria

⁴ As imagens recortadas pelas/os adolescentes estão localizadas no apêndice D para apreciação.

um problema de saúde e que não conseguiria participar dos encontros seguintes. Como todas/os as/os participantes tinham o contato da pesquisadora, o adolescente Henrique enviou uma mensagem informando que teria de trabalhar no horário dos grupos, tornando-se inviável a sua participação. Desse modo, não foi realizado novo contato com esses adolescentes.

Dando seguimento ao segundo encontro, no momento em que se apresentou, a adolescente Maria Paula esclareceu que não havia participado na semana anterior por motivo de trabalho e que só teria liberação para participar naquele dia. Já a adolescente Olga comentou que se esqueceu do grupo, mas que tentaria participar também na semana seguinte. O participante Miguel foi o único a participar do primeiro e do segundo encontros.

A atividade proposta nesse dia foi responder a pergunta “O que vocês consideram violência nos relacionamentos afetivos na adolescência?”. O encontro foi guiado pelas respostas que as/os adolescentes deram à pergunta. As reflexões relativas às violências duraram aproximadamente 20 minutos. Após isso, com o auxílio de algumas reportagens de revistas e de jornais⁵, cada adolescente escolheu uma reportagem e apresentou para o grupo. Assim, o encontro foi guiado pelas percepções das/os participantes sobre as reportagens que tinham conexão com os temas da violência e de relacionamentos afetivos na adolescência. Esse grupo foi considerado bastante tímido, e sua duração foi de 1 hora e 15 minutos.

Terceiro grupo na escola urbana

Esse encontro teve a participação de somente um adolescente (Miguel). Nesse dia, o rapaz demonstrou estar insatisfeito com o horário disponibilizado pela escola para a realização dos grupos. Tendo em vista que muitas/os adolescentes trabalham e moram longe, seria difícil a participação de todas/os. Miguel mencionou que não trabalha e que mora próximo à escola, o que facilitou sua participação em todas as semanas. Desse modo, a pesquisadora aproveitou para conversar com o adolescente sobre os temas debatidos nos encontros anteriores e, como estava planejado para aquele dia, apresentou dois vídeos disponíveis no *site* YouTube: “Acorda, Raimundo... Acorda!” e “O sonho impossível”. Os vídeos auxiliaram na reflexão sobre os temas da violência de gênero e das relações de gênero nos relacionamentos afetivos na adolescência. Em todos os encontros, o rapaz justificou que falava pouco por conta de sua timidez. Nesse sentido, o encontro individual contribuiu para um melhor diálogo entre a pesquisadora e o adolescente. O rapaz comentou a desigualdade percebida entre a mulher e o homem nos vídeos,

⁵ As reportagens apresentadas neste grupo estão localizadas no apêndice E para apreciação.

como também teve dificuldade em perceber violências verbais como sendo violências. O encontro durou, aproximadamente, 50 minutos de duração.

Primeiro grupo na escola rural

O primeiro encontro na escola rural aconteceu com a participação de seis adolescentes (Júlia, Eliane, Samanta, Bianca, Diego e João). A adolescente Samanta era a única do primeiro ano do ensino médio; as/os demais eram alunas/os do segundo ano, porém todas/os se conheciam, independentemente de serem colegas de sala de aula ou não. Assim como realizado na escola urbana, todas/os foram convidadas/os a apresentarem o nome, a idade e o motivo de estarem ali. No primeiro momento, estavam bastante tímidos e falaram apenas seus nomes e suas idades.

Conforme o planejamento, a atividade proposta pela mediadora foi a mesma realizada na escola urbana, o recorte de imagens que simbolizasse os relacionamentos afetivos na adolescência. Diversas revistas foram disponibilizadas para recortar quantas imagens fossem necessárias para expressar essas relações. Em média, a busca pelas figuras demorou 30 minutos e a quantidade de imagens⁶ variou entre três e seis por adolescente. As imagens encontradas foram apresentadas por quem as escolheu, o que gerou debates a respeito dos relacionamentos. Esse grupo teve duração de 1 hora e 37 minutos.

Segundo grupo na escola rural

O segundo grupo na escola rural iniciou com o mesmo número de participantes da semana anterior (Júlia, Eliane, Samanta, Bianca, Diego e João). Todas/os estavam sorridentes e pareciam estar satisfeitas/os com a participação nos grupos. Como já se conheciam e não havia nenhuma/m nova/o integrante, iniciamos o planejamento do segundo encontro, e como elas/es não tinham acesso ao cronograma dos grupos focais, não sabiam qual tema seria proposto para aquela data. A pesquisadora, então, fez uma introdução, seguiu comentado que na semana anterior o tema era relacionamentos afetivos na adolescência e que no encontro daquela semana a temática seria a violência nos relacionamentos afetivos. A pesquisadora percebeu que, no momento em que o tema foi apresentado, todas/os as/os participantes ficaram quietas/os e sérias/os.

A pergunta “O que vocês consideram violência nos relacionamentos afetivos na adolescência?” obteve como resposta o silêncio das/os participantes. Destarte, foi explicado

⁶ As imagens recortadas pelas/os adolescentes estão localizadas no apêndice D para apreciação.

que algumas reportagens estariam disponíveis e cada adolescente poderia escolher, no mínimo, duas reportagens para refletir com o grande grupo. Logo após a explicação, a adolescente Bianca pediu para conversar com a pesquisadora fora da sala. Ao obter maior privacidade, Bianca disse que gostaria de desistir de sua participação no grupo, afirmando que sentia vergonha em participar e que não gostaria mais de falar sobre o assunto. A mediadora cumpriu com o que estava proposto nos termos de Assentimento e de Consentimento Livre e Esclarecido, os quais preveem a possibilidade de desistência do estudo a qualquer momento, sem nenhum prejuízo às/aos participantes. Todavia, no mesmo instante em que Bianca e a mediadora conversavam, o adolescente Diego saiu da sala e pediu para abandonar a pesquisa também. Quando foi questionado sobre o motivo pelo qual desejava deixar o estudo, argumentou que poderia desistir a qualquer momento e que estava com vontade de voltar para a aula. Assim, as duas desistências se confirmaram e o grupo continuou com quatro integrantes. Quando retomadas as atividades, as/os participantes perguntaram se os dois haviam desistido de participar e pesquisadora confirmou, aproveitando para esclarecer que, a qualquer momento do estudo, a desistência em participar seria permitida. Esse encontro teve a duração de 1 hora e 43 minutos.

Terceiro grupo na escola rural

Esse grupo teve a participação de quatro adolescentes (Júlia, Eliane, Samanta e João), as/os mesmas/os da semana anterior. Nesse dia, as/os adolescentes falaram sobre suas percepções acerca das violências nos relacionamentos afetivos na adolescência e o quanto passaram a pensar sobre os temas depois que participaram dos grupos. Seguindo o planejamento, os vídeos do YouTube “Acorda, Raimundo... Acorda!” e “O sonho impossível” contribuíram para a continuidade do debate relativo às temáticas.

Nesse encontro, as/os adolescentes relataram suas experiências acerca de como era morar em uma cidade no interior do Rio Grande do Sul e, além disso, em uma região rural do rural. Elucidaram o quanto o preconceito ocorre dentro e fora da cidade onde moram, apenas pelo motivo de serem de zona rural. O grupo estava à vontade para compartilhar suas experiências e seus planejamentos futuros. O encontro foi o mais longo dos seis grupos realizados, totalizando 1 hora e 59 minutos.

3.04 Questões éticas

O presente estudo respeitou as normativas da Resolução 466/12 (2012) e da 510/16 (2016), que preveem os cuidados a serem tomados com seres humanos em pesquisas científicas. Os procedimentos desta pesquisa somente foram aplicados após a aprovação do Projeto de Pesquisa “Violência e gênero nas relações afetivas: investigações entre adolescentes de duas escolas em contexto rural e urbano no interior do Rio Grande do Sul” pelo Comitê de Ética da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, CAAE 60884316.2.0000.5336.

Durante o processo de elaboração da pesquisa, tanto no contato com as profissionais da Secretaria de Educação e das escolas quanto ao realizar os convites às/aos adolescentes, respeitou-se a disponibilidade e o interesse em participar. Os objetivos da pesquisa foram elucidados, e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (para pais/mães/responsáveis) e o Termo de Assentimento (para as/os adolescentes menores de idade) foram assinados.

Informamos que a pesquisa não traria um benefício direto aos participantes, mas que, com a participação, estariam colaborando com a temática da violência e das relações de gênero nos relacionamentos afetivos entre adolescentes. Da mesma forma, em relação aos possíveis riscos, caso o estudo mobilizasse algum mal-estar ou desconforto, a qualquer momento a participação poderia ser suspensa. Nosso critério de exclusão foi a recusa dos/as pais/mães/responsáveis em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e/ou, no caso das/os adolescentes, o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido.

Buscando manter o anonimato das/dos participantes, as falas foram apresentadas com nomes fictícios. Os recortes das narrativas dos grupos nas escolas serão apontados como sendo da escola urbana ou da escola rural.

3.05 Análise dos dados

Em nossa análise, buscamos explorar o conjunto de significados e de sentidos atribuídos ao fenômeno estudado. Isso foi possível por meio da análise de conteúdo do tipo temática (Bardin, 1979) das falas provenientes dos grupos focais. Foram considerados os conteúdos manifestos nas transcrições dos dados, bem como os conteúdos latentes: silêncio, sinais, posturas e sorrisos. Ou seja, a comunicação não verbal foi importante para a investigação.

A análise de conteúdo caracteriza-se por tomar o tema como elemento central: “O tema é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura” (Bardin, 1979, p. 105). Tratar os

dados a partir da análise de conteúdo temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que formam a fala analisada. É possível investigar o que está por trás dos discursos de entrevistas e de observações (Silva & Fossá, 2013).

Neste estudo, foram organizadas as seguintes etapas propostas por Bardin (1979): 1) pré-análise; 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A primeira etapa foi a pré-análise, que está relacionada com a leitura exaustiva do material coletado. É o primeiro contato com as transcrições dos grupos focais e com os registros das observações efetuados no diário de pesquisa. Essa aproximação auxiliou em prévias interpretações e na elaboração de indicadores que contribuiram para a compreensão dos dados.

A exploração do material foi a segunda etapa a ser seguida. O material foi examinado, e recortes do texto foram realizados a partir de unidades de registros que foram agregadas por categorias temáticas (como mostra a Tabela 2). As características representativas do conteúdo contribuíram para a construção das categorias. Do mesmo modo, temas relacionados encontrados nas unidades de registro possibilitaram a criação das categorias iniciais. As categorias iniciais deram origem às intermediárias e às finais (Bardin, 1979).

A terceira e última fase foi o tratamento dos resultados, inferência e interpretação, que compreende em identificar questões latentes e expressas no material estudado. Foi necessário observar as categorias criadas e considerar os aspectos diferentes e semelhantes encontrados. Tal análise foi possível a partir das diferentes impressões e dos vários registros do diário de pesquisa. O processo interpretativo, nessa fase, esteve embasado nos Estudos Feministas de Gênero, nos pressupostos da Psicologia Social Crítica e na perspectiva dos Saberes Localizados. Ao fim, foi formulada uma análise que agrega tanto a fala das/os adolescentes quanto as teorias que nos orientam à compreensão do fenômeno analisado. De igual modo, foram elaboradas as percepções acerca da violência e das relações de gênero nas relações afetivas encontradas entre adolescentes da escola rural e da escola urbana. Foram realizados dois estudos provenientes dos dados desta pesquisa (como mostra a Tabela 3).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que possibilitou a origem desta dissertação foi qualitativa e exploratória, com o objetivo de investigar a violência de gênero nas relações afetivas na adolescência e o modo como as questões de gênero são apresentadas nas narrativas de adolescentes de duas escolas municipais em contexto rural e urbano no Sul do Brasil. Os estudos feministas de gênero, a psicologia social crítica e a perspectiva dos saberes localizados auxiliaram na visão ampliada do tema dos relacionamentos afetivos na adolescência. Pelo fato de a pesquisa ter ocorrido no espaço rural, contribuiu para a potencialização das singularidades dos espaços, tendo em vista que a Psicologia tem explorado pouco a subjetividade do meio rural em comparação ao contexto urbano (Pizzinato et al., 2015; Vasquez, 2009). A autora Vasquez (2009) acredita que essa população possui menos acesso aos profissionais da Psicologia e reflete a importância da profissão em contemplar esse campo que abrange milhares de estudantes no território brasileiro (Ávila, 2013).

Os objetivos específicos do estudo foram: analisar o que são as relações afetivas entre adolescentes de duas escolas municipais em contexto rural e urbano no interior do Rio Grande do Sul; identificar como são apresentadas as questões de gênero nas relações afetivas entre adolescentes de duas escolas municipais em contexto rural e urbano no interior do Rio Grande do Sul; verificar se a violência de gênero está presente nas narrativas sobre as relações afetivas entre adolescentes de duas escolas municipais em contexto rural e urbano no interior do Rio Grande do Sul; analisar as percepções de adolescentes sobre o contexto rural de uma cidade no interior do Rio Grande do Sul. Para responder aos objetivos, dois estudos foram realizados: o primeiro artigo centrou-se nos relacionamentos afetivos na adolescência; o segundo, nas percepções das/os adolescentes que moram no contexto rural.

A investigação forneceu dados que demonstraram o quanto a violência de gênero pode se apresentar de forma simbólica nas relações entre adolescentes. A violência de gênero foi percebida nas narrativas que colocavam a mulher em situação de desigualdade perante o homem no momento de se relacionar. Enquanto os rapazes são autorizados e incentivados a “ficar” e a namorar quantas pessoas quiserem, as moças são classificadas por termos pejorativos e difamatórios se tiverem tais comportamentos. Ademais, a violência de gênero está presente no controle e na vigilância do comportamento do outro nas redes sociais, no celular e no computador. Embora não considerem como violências, as/os adolescentes se incomodam quando as combinações entre o casal não são cumpridas. Algumas narrativas, ainda, sugerem o ciúme como uma demonstração de amor e dificultam o reconhecimento das situações violentas.

Percebemos que o líquido cenário moderno impacta no modo como as/os adolescentes percebem as relações. Por um lado, o amor romântico idealiza os relacionamentos e dificulta o reconhecimento de condutas que geram as iniquidades de gênero; por outro, o amor líquido gera a fluidez e a possibilidade de independência em vivenciar novos vínculos com liberdade. Em alguns estudos, verificamos conceitos sobre o “pegar”, o “ficar”, o namorar, o noivar e o casar na adolescência. Entretanto, nesta pesquisa, as/os participantes sentiram dificuldades em segregar as relações. São os acordos entre o casal que determinarão o futuro do relacionamento, independentemente do tipo de relação. Tais considerações nos auxiliam a entender a dificuldade em nomear as relações afetivas e em identificar a violência de gênero que é, silenciosa e simbolicamente, introduzida nos relacionamentos. Por não ser reconhecida, a violência simbólica banaliza e reproduz situações tidas como naturais, não sendo contestada.

Apesar de a maioria dos estudos apresentados nesta pesquisa terem os relacionamentos heterossexuais como centrais, as/os participantes do estudo reconheceram a diversidade sexual nas diferentes configurações de relacionamentos na adolescência. Porém, a orientação sexual homossexual é vista como inadequada por algumas/ns adolescentes que, inclusive, patologizam os relacionamentos não heterossexuais, tendo a idealização do modelo nuclear heterossexista. Ao situarem a heterossexualidade como o ideal de relacionamento afetivo, reforçam situações de preconceitos e de práticas violentas contra as pessoas homossexuais. As narrativas apresentadas na escola urbana revelaram-se mais preconceituosas e conservadoras ao não considerarem a equidade de direitos entre mulheres e homens, independentemente de orientação sexual. Dessa maneira, relembra-se a importância dos saberes localizados (Haraway, 1995), enquanto algumas participantes se apresentavam como feministas, mas em seguida, paradoxalmente, pronunciavam discursos de ódio e de intolerância contra a diversidade sexual e de gênero.

A partir da realização deste trabalho, foi possível comprovar o quanto a adolescência deve ser vista de forma plural, tendo em vista a multiplicidade de conceituações pelas quais é permeada. Do mesmo modo, a diversidade se reflete na maneira como as/os adolescentes se relacionam, não existindo o certo e o errado em suas concepções quando o assunto é relacionar-se. A flexibilidade, porém, é contraditória quando algumas adolescentes relatam se orientar pela astrologia como detentora de uma verdade acerca de comportamentos e de sentimentos relativos às pessoas, tornando-se engessadas as possíveis relações.

Além disso, a partir das narrativas das/os adolescentes, a temática das ruralidades teve relevante espaço na construção deste estudo. Cabe salientar que se observa uma carência da Psicologia com os conhecimentos teóricos e metodológicos que analisem os estudos rurais e a

atuação das/os psicólogas/os nesses campos. A Psicologia permanece com a visão urbana, ao estudar o rural. Na década de 2000 pode-se perceber o início das publicações sobre o rural na Psicologia Social em âmbitos nacional e internacional. Foram 41 artigos publicados no período de 2000 a 2010, com maior destaque para as produções a partir de 2006, e 28 textos foram realizados de 2010 até 2015. Os temas que marcaram o percurso da produção psicológica brasileira foram: o trabalho rural; a organização das/os trabalhadoras/es rurais e suas consequências nas categorias da Psicologia Social; militância e movimentos sociais de luta pela terra; cooperativas agrárias e associativismo rural; avaliação de programas e políticas sociais. O compromisso social da Psicologia torna necessária a apropriação das/os profissionais com os estudos rurais no Brasil (Silva & Macedo, 2017).

Nossa pesquisa destacou a importância em observar o preconceito geográfico e de lugar que ocorre nas cidades do interior. O impacto desse preconceito prejudica os planos futuros de diversas/os adolescentes pelo Brasil e pelo mundo. As divisões geográficas entre o rural e o urbano se reproduzem nas cidades do interior e reforçam as relações de poder e de violência simbólica entre as pessoas. Outra questão presente na ruralidade é a ideia do preconceito linguístico, um tipo de preconceito que acontece no cotidiano e que segrega o “certo” e o “errado” no que diz respeito ao português falado e escrito no Brasil. Esse entendimento universaliza a linguagem, rejeita sua pluralidade e não considera todos os contextos em que ela ocorre (Bagno, 1999). Nesse aspecto, a análise das percepções das/os adolescentes sobre o contexto rural evidenciou narrativas acerca de preconceitos vivenciados na cidade. Há uma relação de poder entre quem estuda e quem não estuda na escola urbana, na região central da cidade, pois simboliza ter o melhor ensino do município. Ou seja, quem estuda na escola rural convive com o preconceito na cidade onde mora e, ao mesmo tempo, tem apreensão de vivenciar essas situações em outros locais no futuro.

As interlocuções entre adolescência, ruralidade e preconceito alertam para a prática de violências de diversos tipos. Nesse sentido, percebemos o compromisso que o contexto escolar deveria ter em priorizar a mudança de paradigmas naturalizados sobre os espaços (Pizzinato, et al., 2015). Além disso, a aproximação da Psicologia Social com a temática das ruralidades possibilita o incentivo em evidenciar as subjetividades e as vivências da população adolescente, além de problematizar temas que englobam desigualdade social, preconceito e violências no meio rural e urbano (Vasquez, 2009). Tais reflexões apontam a necessidade de se discutir o preconceito nas escolas e a prevenção das desigualdades sociais e da banalização de diversos tipos de violências (Parker, 2012).

Tais considerações nos levam a apresentar algumas limitações do estudo. Tínhamos a intenção de diferenciar os tipos de relacionamentos encontrados na escola rural e na escola urbana; os dados, todavia, demonstraram a complexidade das/os próprias/os interlocutoras/es em delimitar tais relações. Destarte, não insistimos em novas divisões. Outra questão foi a amplitude dos dados coletados, que não foi contemplada em sua totalidade, incitando novas e contínuas discussões. Além disso, a idade das/os adolescentes (15 e 16 anos) criou um entrave para os assuntos de relações sexuais e de casamento. Além de achar que o casamento é incomum na adolescência, a maioria não quis falar sobre sexo, que é considerado um assunto íntimo. Ainda em relação aos grupos, a disponibilidade de horários da escola urbana dificultou a participação de todas/os as/os alunas/os que estavam interessados na pesquisa.

Referências

- Abreu, J. J. V. de., & Andrade, T. R. de. (2010, Dezembro). *A compreensão do conceito e categoria gênero e sua contribuição para as relações de gênero na escola*. Artigo apresentado no VI Encontro de Pesquisa em Educação, Universidade Federal do Piauí, Brasil. Artigo recuperado de http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.10/GT_10_01_2010.pdf
- Ávila, V. P. S. (2013). *História do ensino primário rural em São Paulo e Santa Catarina (1921-1952): uma abordagem comparada* (Tese de Doutorado). Recuperado de <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/101504>
- Backes, D. S., Colomé, J. S., Erdmann, R. H., & Lunardi, V. L. (2011). Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. *O mundo da saúde*, 35(4), 438-442. Recuperado de http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/artigos/grupo_focal_como_tecnica_coleta_analise_dados_pesquisa_qualitativa.pdf
- Baggio, M. A., Carvalho, J. N., Backes, M. T. S., Backes, D. S., Meirelles, B. H. S., & Erdmann, A. L. (2009). O significado atribuído ao papel feminino por adolescentes de periferia. *Revista de Enfermagem*, 13, 872-878. doi:101590/S1414-81452009000400025
- Bagno, M. (1999). *Preconceito linguístico o que é, como se faz*. São Paulo: Edições Loyola.
- Barbour, R. (2009). Projeto de pesquisa. In Barbour, R. (Ed.). *Grupos Focais* (pp. 67-85). Porto Alegre, RS: Artmed.
- Bardin, L. (1979). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bauman, Z. (2004). *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Beauvoir, S. (1949). *O segundo sexo: fatos e mitos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro. Vol I e Vol II.
- Bernardes, J. G., Carlos, P. P. de., & Accorssi, A. (2015). Funk: engajamento juvenil ou objetivação Feminina?. *Inter-ação*, 40, 355-368. doi: 10.5216/ia.v40i2.32808

- Berni, V. L., & Roso, A. (2014). A adolescência na perspectiva da psicologia social crítica. *Psicologia & Sociedade*, 26, 126-136. doi:10.1590/S0102-71822014000100014
- Borges, L. S. (2014). Feminismos, teoria queer e psicologia social crítica: (re)contando histórias. *Pesquisa & Sociedade*, 26, 280-289. doi:10.1590/S0102-71822014000200005
- Bourdieu, P. (1999). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Brasil. (2006b). Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Recuperado de <http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/politica-nacional>
- Brasil. (2008a). Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Recuperado de http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional_politicamulheres.pdf
- Brasil. (2008b). Territórios da cidadania. Recuperado de <http://www.cultura.gov.br/documents/10883/38605/1574015804-1.pdf/45147403-6dce-4cf3-a9e0-8c18ecc66803>
- Brasil. (2009). Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBT. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Recuperado de <http://www.arco-iris.org.br/wp-content/uploads/2010/07/planolgbt.pdf>
- Brasil. (2013). Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Recuperado de <http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/publicacoes/pnpm-2013-2015-em-22ago13.pdf>
- Calegari, L. (2017, dezembro 8). Projeto “Escola Sem Partido” é arquivado do Senado. *Exame*. Recuperado de <https://exame.abril.com.br/brasil/projeto-escola-sem-partido-e-retirado-da-pauta-do-senado/>
- Campos, P. L. & Silva, E. P. Q. (2014). Modos de ensinar e aprender a ser menina e a ser menino. *Educação*, 19, 215-225. doi: 10.24220/2318-0870v19n3a2855
- Caridade, S., & Machado, C. (2006). Violência na intimidade juvenil: da vitimação à perpetração. *Análise psicológica*, 4(24), 485-493. Recuperado de <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aps/v24n4/v24n4a04.pdf>

- Carlos, P. P. de. (2011). “Sou para casar” ou “Pego, mas não me apego”? : *Práticas afetivas e representações de jovens sobre amor, sexualidade e conjugalidade* (Tese de Doutorado). Recuperada de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/95583>
- Carloto, C. M. (2001). O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. *Serviço Social em Revista*, Londrina, 3(2), 201-213. Recuperado de http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v3n2_genero.htm
- Castro, R. J. de. S. (2009). *Violência no namoro entre adolescentes da cidade do Recife: em busca de sentidos* (Dissertação de Mestrado). Recuperado de <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/13609>
- Castro, T. G. de., Abs, Daniel., & Sarriera, J. C. (2011). Análise de Conteúdo em Pesquisas de Psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31, 814-825. doi:10.1590/S1414-98932011000400011
- Colling, A. M. (2004). *Gênero e história. Um diálogo possível?. Contexto e educação*, 19, 29-43. doi: 10.21527/2179-1309.2004.71-72.29-43
- Cortez, M. B., Cruz, G. V., & Souza, L. de. (2013). Violência conjugal: desafios e propostas para a aplicação da Lei Maria da Penha. *Psico*, 44(4), 499-507. Recuperado de <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/11542>
- Costa, M. C. da., Silva, E. B. da., Soares, J. dos. S. F., Borth, L. C., & Honnef, F. (2017). Mulheres rurais e situações de violência: fatores que limitam o acesso e a acessibilidade à rede de atenção à saúde. *Revista gaúcha de enfermagem*, 2, 1-8. doi: 10.1590/1983-1447.2017.02.59553
- Costa, M. C. da., Lopes, M. J. M., & Soares, J. dos. S. F. (2015). Violência contra mulheres rurais: gênero e ações de saúde. *Revista de enfermagem*, 19, 162-168. doi: 10.5935/1414-8145.20150022
- Dall’Agnol, C. M., Magalhães, A. M. M. de., Mano, G. C. de. M., Olschowsky, A., & Silva, F. P. da. A noção de tarefa nos grupos focais. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 33(1), 186-19. Recuperado de: <http://seer.ufrgs.br/RevistaGauchadeEnfermagem/article/view/13302/17016>
- Del Priore, M. (2005). *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contextos.
- Descarries, F. (1994). A Contribuição das Mulheres à Produção de Palavras e Saberes. *Estudos feministas*, n. especial, 2ª sem. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16093/14820>
- Dinis, N. F. (2008). Educação, relações de gênero e diversidade sexual. *Educação e sociedade*, 29(103), 477-492. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n103/09.pdf>

- Facio, A., & Fries, L. (2005). Feminismo, género y patriarcado. *Revista sobre enseñanza del Derecho de Buenos Aires*, 6(3), 259-294. Recuperado de http://www.derecho.uba.ar/publicaciones/rev_academia/revistas/06/feminismo-genero-y-patriarcado.pdf
- Farah, M. F. S. (2004). Gênero e políticas públicas. *Estudos Feministas*, 12(1), 47-71. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21692>
- Farmer, P. (2004). An Anthropology of Structural Violence. *Current Anthropology*, 45(3), 305-325. Recuperado de <http://socanth.tu.ac.th/wp-content/uploads/2011/12/farmer1.pdf>
- Ferrari, A. (2011). Reflexões sobre a homofobia na escola. In Casagrande, L. S., Luz, N. S. da., & Carvalho, M. G. de. (Eds.). *Igualdade na diversidade enfrentando o sexismo e a homofobia* (pp. 69-88). Curitiba, PR: UTFPR.
- Fiol, E. B., Pérez, V. A. F., Buades, M. E. G., Palmer, M. C. R. Tous, M. C. M., Guzmán, C. N., & Espinosa, G. T. (2007). Del mito del amor romántico a la violencia contra las mujeres en la pareja. España: Universidad de les Illes Balears. Recuperado de <http://centreantigona.uab.cat/izquierda/amor%20romantico%20Esperanza%20Bosch.pdf>
- Flach, R. M. D., & Deslandes, S. F. (2017). Abuso digital nos relacionamentos afetivo-sexuais: uma análise bibliográfica. *Caderno de saúde pública*, 33, 1678-4464. doi: 10.15090/0102-311X00138516
- Fonseca, F. F., Sena, R. K., Santos, R. L., Dias, O. V., & Costa, S. M. (2013). As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção. *Revista Paulista de Pediatria*, 31, 258-264. doi: 10.1590/S0103-05822013000200019
- Fonseca, R. M. G. S. da. (2005). Equidade de gênero e saúde das mulheres. *Escola de enfermagem*, 39, 450-459. doi: 10.1590/S0080-62342005000400012
- Gaskell, G. (2002). Entrevistas individuais e grupais. In Bauer, M. W., & Gaskell, G. (Eds.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (pp.64-89). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Giddens, A. (1993). *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Unesp.
- Giordani, J. P., Seffner, F., & Dell'Aglio, D. D. (2017). Violência escolar: percepções de alunos e professores de uma escola pública. *Psicologia escolar e educacional*, 21, 103-111. doi: 10.1590/2175-3539/2017/02111092
- Gomes, R. (2008). A dimensão simbólica da violência de gênero: uma discussão introdutória. *Athena Digital*, (14), 237-243. Recuperado de <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=53701415>

- Gómez, M. P., Delgado, A. O., & Gómez, A. H. (2014). Violencia en relaciones de pareja de jóvenes y adolescentes. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 46, 148-159. doi: 10.1016/S0120-0534(14)70018-4
- Granja, E. & Medrado, B. (2009). Homens, violência de gênero e atenção integral em saúde. *Psicologia & Sociedade*, 21, 25-34. doi:10.1590/S0102-71822009000100004
- Guerreiro, A., Teixeira, A. M., Dias, A. T., Pontedeira, C., Cordeiro, J., Magalhães, M. J., Silva, M., Ribeiro, P., & Mendes, T. (2016). *Relatório de Imprensa Dados Violência no namoro 2016*. Portugal: UMAR. Recuperado de <http://docplayer.com.br/19509039-Apresentacao-da-umar.html>
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5, 07-42. Recuperado de <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>
- Haynie, D. L., Farhat, T., Brooks-Russel, A., Wang, J., Barbieri, B., & Iannotti, R. J. (2013). Dating violence perpetration and victimization among U.S. adolescents: prevalence, patterns, and associations with health complaints and substance use. *Journal of adolescent health*, 53, 194-201. doi: 10.1016/j.jadohealth
- Hernandes, A. N. (2013). Gênero e literatura: a poesia erótica de Maria Teresa Horta. In Mattioli, O. C., Araújo, M. de F., & Resende, V. da R. (Eds.), *Violência e relações de gênero: o desafio das práticas institucionais* (pp.47-54). Curitiba, PR: CRV.
- Hernandez, A. R. C., Assis, M., & Santos, S. S. dos. (2013). Rompendo as fronteiras da exclusão: educando e formando para a diversidade e educação inclusiva. *Revista extensão*, 4(1), 96-112. Recuperado de <https://www2.ufrb.edu.br/revistaextensao/images/revista/Revista%20Extensao%20V4.pdf#page=96>
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2016). *Área territorial oficial, consulta por município*. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Sinopse do Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2015). *Cidades*. Rio de Janeiro: IBGE
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2017). *Classificação e Caracterização dos Espaços Rurais e Urbanos do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE. Recuperado de <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100643.pdf>

- Justo, J. S. (2005). O "ficar" na adolescência e paradigmas de relacionamento amoroso da contemporaneidade. *Revista do departamento de psicologia*, 17, 61-77. doi: 10.1590/S0104-80232005000100005
- Kieling, R. I., & Silveira, R. L. L. da. (2015). O rural, o urbano e o continuum urbano-rural no contexto do desenvolvimento regional. *Perspectiva*, 39(148), 133-143. Recuperado de https://www.researchgate.net/publication/309175620_O_RURAL_O_URBANO_E_O_CONTINNUM_URBANO-RURAL_NO_CONTEXTO_DO_DESENVOLVIMENTO_REGIONAL_The_rural_the_urban_and_the_rural-urban_continuum_in_the_context_of_the_regional_development
- Kovaleski, N. V. J., Tortato, C. de S. B., & Carvalho, M. G. de. (2011). Gênero: flashes de uma construção. In Casagrande, L. S., Luz, N. S. da., & Carvalho, M. G. de. (Eds.). *Igualdade na diversidade enfrentando o sexismo e a homofobia* (47-68). Curitiba, PR: UTFPR.
- Lei. n. 8.069. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). (1990). Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm
- Lei n. 11.340, § 8o do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. (2006). Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm
- Lei. n. 12.852. Estatuto da Juventude. (2013). Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm
- Lei. n. 13.104, Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1o da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. (2015). Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm
- Machado, D. de A., & Araújo, M. de F. (2004). Violência de gênero: quando o homem é a vítima. In Araújo, M. de F., & Mattioli, O. C. (Eds.), *Gênero e violência* (pp.37-52). São Paulo: Arte & Ciência.
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2009). *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. São Paulo: Atlas.

- Minayo, M. C. de S. (1994). A violência social sob a perspectiva da saúde pública. *Caderno de saúde pública*, 10(1), 7-18. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/csp/v10s1/v10supl1a02.pdf>
- Minayo, M. C. de S. (2011a). A condição juvenil no século XXI. In Minayo, M. C. de S., Assis, S. G. de., & Njaine, K. (Eds.), *Um paradoxo das relações de namoro e do “ficar” entre jovens brasileiros* (pp.17-44). Rio de Janeiro: FIOCRUZ.
- Minayo, M. C. de S. (2011b). O desafio da pesquisa social. In Minayo, M. C. de S., Delandes, S. F., & Gomes, R. (Eds.), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (pp. 9-29). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Minayo, M. C. de S., Assis, S. G. de., & Njaine, K. (2011). *Um paradoxo das relações de namoro e do ‘ficar’ entre jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Murta, S. G., Santos, B. R. P. dos., Martins, C. P. S., & Oliveira, B. de. (2013). Prevenção primária à violência no namoro: uma revisão de literatura. *Contextos Clínicos*, 6, 117-131. doi:10.4013/ctc.2013.62.05
- Nascimento, F. S., & Cordeiro, R. de L. M. (2011). Violência no namoro para jovens moradores de Recife. *Psicologia & Sociedade*, 23, 516-525. doi:10.1590/S0102-71822011000300009
- Oliveira, K. L. C. de. & Gomes, R. (2011). Homens e violência conjugal: uma análise de estudos brasileiros. *Ciência e Saúde Coletiva*, 16, 2401-2413. doi:10.1590/S1413-81232011000500009
- Oliveira, Q. B. M., Assis, S. G. de., Njaine, K. & Oliveira, R. V. C. de. (2011). Violência nas relações afetivo-sexuais. In Minayo, M. C. de S., Assis, S. G. de., & Njaine, K. (Eds.), *Um paradoxo das relações de namoro e do “ficar” entre jovens brasileiros* (pp.87-139). Rio de Janeiro: FIOCRUZ.
- Oliveira, R. N. G., Gessner, R., Brancaglioni, B. C. A., Fonseca, R. M. G. S., & Egry, E. Y. (2016). A prevenção da violência por parceiro(a) íntimo(a) na adolescência: uma revisão integrativa. *Revista da Escola de Enfermagem*, 50, 137-147. doi: 10.1590/S0080-623420160000100018
- Parker, R. (2012). Stigma, prejudice and discrimination in global public health. *Caderno de saúde pública*, 28, 164-168. doi: 10.1590/S0102-311X2012000100017
- Piastro, J. (2014). Feminismo y género en el siglo XXI. *Psicologia, Ciències de l'Educació i de l'Esport*, 32(1), 9-10. Recuperado de <http://www.raco.cat/index.php/Aloma/article/view/276717/364649>

- Pizzinato, A., Hamann, C., Machado, R. de O. & Strey, M. N. (2015). Relações de gênero e ruralidade nos projetos vitais e noções de si de jovens mulheres. *Fractal: Revista de Psicologia*, 27, 247-255. doi:10.1590/1984-0292/1484
- Rego, T. C. F. (2003). Utilização de grupos focais em teses e dissertações do programa de pós-graduação em educação da Universidade Federal de Uberlândia. *Multitexto*, 2(1), 61-68. Recuperado de www.scielo.br/pdf/paideia/v12n24/04.pdf
- Reis, C. B., & Santos, N. R. (2011). Relações desiguais de gênero no discurso de adolescentes. *Ciencia e Saúde Coletiva*, 16, 3979-3984. <http://doi.org/10.1590/S1413-81232011001100002>
- Reis, T. & Eggert, E. (2017). Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. *Educação & saúde*, 38, 9-26. doi: 10.1590/es0101-73302017165522
- Resolução do Plenário do Conselho Nacional de Saúde de 2012. 466. (2012). Recuperado de <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>
- Resolução do Plenário do Conselho Nacional de Saúde de 2016. 510. (2016). Recuperado de <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/reso510.pdf>
- Ribeiro, F. M. L., Avanci, J. Q., Carvalho, L., Gomes, R., & Pires, T. de O. (2011). Entre o 'ficar' e o namorar: Relações Afetivo-sexuais. In Minayo, M. C. de S. (Ed.), *Um paradoxo das relações de namoro e do 'ficar' entre jovens brasileiros* (pp.55-86). Rio de Janeiro: FIOCRUZ.
- Rosa, A. R., & Brito, M. J. de. (2009). Ensaio sobre violência simbólica nas organizações. 16(51), 629-646. Recuperado de <http://www.redalyc.org/pdf/4006/400638319003.pdf>
- Saldaña, P. (2017, dezembro 6). Governo Temer esvazia gênero na base curricular e mistura tema com religião. *Folha de S. Paulo*. Recuperado de <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/12/1940989-governo-temer-esvazia-genero-na-base-curricular-e-mistura-tema-com-religiao.shtml>
- Santos, K. B. dos., & Murta, S. G. (2016). Influência dos pares e educação por pares na prevenção à violência no namoro. *Psicologia: ciência e profissão*, 36, 787-800. doi: 10.1590/1982-3703000272014
- Sarti, C. A. (2004). O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Estudos feministas*, 12(2), 35-50. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23959.pdf>
- Schleiniger, C. dos. S., & Strey, M. N. (2015). *Namoro e violência não combinam*. Guia de conteúdo didático – pedagógico do/a educador/a social. Grupo de Pesquisa Relações de Gênero, FAPERGS, Projeto Pescar. Porto Alegre.

- Schleiniger, C. S. (2013). *Violência & Gênero nas relações afetivo-sexuais entre adolescentes* (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 20(2), 71-99. Recuperado de http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf
- Seffner, F. (2014). Sexualidade: isso é mesmo matéria escolar?. *Teoria e prática da educação*, 17(2), 67-81. Recuperado de http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/27750/pdf_55
- Shorey, R. C., Strauss, C. V., Haynes, E., Cornelius, T. L., & Stuart, G. L. (2016). The Impact of the Gender Differences Controversy of Female-Specific Physical Dating Violence. *Journal of Family Violence*, 31, 1025-1028. doi: 10.1007/s10896-016-9857-4
- Silva, A. H., & Fossá, M. I. T. (2013, Novembro). *Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos*. Artigo apresentado no IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Brasília. Artigo recuperado de <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnEPQ129.pdf>
- Silva, A. M., Silva, M. dos. S., & Pinto, U. S. de. C. (2017). Na cidade e no campo: a violência contra as mulheres do assentamento zumbi dos palmares (RJ). *Cadernos de gênero e de diversidade*, 2(2), 22-29. Recuperado de <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/17701>
- Silva, K. de. B. e., & Macedo, J. P. (2017). Psicologia e ruralidades no Brasil: contribuições para o debate. 37, 815-830. doi: 10.1590/1982-3703002982016
- Soares, J. S. F., Lopes, M., & Njaine, K. (2013). Violência nos relacionamentos afetivo-sexuais entre adolescentes de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. *Caderno de Saúde Pública*, 29, 1121-1130. doi:10.1590/S0102-311X2013000600009
- Souza, S. B. de., Doula, M. S., & Carmo, P. M. (2016). Jovens Rurais da Zona da Mata Mineira e projetos de vida profissional. *Redes*, 21, 233-249. doi: 10.17058/redes.v21i1.4673
- Strey, M. N. (2004). Violência de gênero: uma questão complexa e interminável. In Strey, M. N., Azambuja, M. P. R. de., & Jaeger, F. P. (Eds.), *Violência, gênero e políticas públicas* (pp. 13-43). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Strey, M. N. (2012). Gênero e ciclos vitais. In Strey, M. N., Botton, A., Cadoná, & E., Palma, Y. A. (Eds.), *Gênero e Ciclos Vitais: Desafios, problematizações e perspectivas* (pp.7-22).

- Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Strey, M. N. (2013). Gênero. In Strey, M. N. (Ed.). *Psicologia Social Contemporânea* (pp.180-197). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Strey, M. N., & Werba, G. C. (2001). Longe dos olhos, longe do coração: ainda a invisibilidade da violência contra a mulher. In Grossi, P., & Werba, G. (Eds.). *Violência e gênero: coisas que a gente não gostaria de saber* (pp. 47-69). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Strey, M. N., Neto, J. N., Kohn, K. C., Fasolo, L. R., & Teixeira, M. A. (2007). Violência e vida conjugal: recursos para os momentos críticos. In Strey, M. N. (Ed.). *Mulher: estudos de gênero* (pp.79-95). São Leopoldo: Unisinos.
- Toigo, C. H., & Conterato, M. A. (2017). Pobreza, Vulnerabilidade e Desenvolvimento no Território Rural Zona Sul: o que aponta o Índice de Condição de Vida?. *RESR*, 55, 267-284. doi: 10.1590/1234-56781806-94790550204
- Tonini, H., & Lopes, M. J. M. (2016). Pessoas com deficiência em áreas rurais da metade sul do RS. *Redes*, 21, 180-195. doi: 10.17058/redes.v21i3.5744
- UNICEF. (2012). Acesso, permanência, aprendizagem e conclusão da educação básica na idade certa – Direito de todas e de cada uma das crianças e dos adolescentes. Brasília: Autor. Recuperado de http://www.unicef.org/brazil/pt/br_oosc_ago12.pdf
- Vagi, K. J., Olsen, E. O. O., Basile, K. C., & Vivolo-Kantor, A. M. (2015). Teen Dating Violence (Physical and Sexual) Among US High School Students. *JAMA pediatr.*, 169, 474-482. doi:/10.1001jamapediatrics.2014.3577
- Vasquez, G. C. F. (2009). A Psicologia na área rural: os assentamentos da reforma agrária e as mulheres assentadas. *Psicologia ciência e profissão*, 29(4), 856-867. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v29n4/v29n4a15.pdf>
- Waiselfisz J. J. (2015). *Mapa da violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil*. Brasília: Flacso. Recuperado de http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2015_mulheres.php
- WHO - World Health Organization. (2013). *World health statistics*. Recuperado de http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/81965/1/9789241564588_eng.pdf

Tabela 1

Dados das/os participantes

Adolescente	Idade	Gênero	Orientação Sexual	Estado Civil	Escola
Amanda	16	Mulher	Heterossexual	Solteira	Urbana
Henrique	15	Homem	Heterossexual	Solteiro	Urbana
Miguel	16	Homem	Heterossexual	Solteiro	Urbana
Olga	16	Mulher	Heterossexual	Namorando	Urbana
Maria Paula	16	Mulher	Heterossexual	Solteira	Urbana
Júlia	15	Mulher	Heterossexual	Namorando	Rural
Eliane	16	Mulher	Heterossexual	Namorando	Rural
Samanta	16	Mulher	Homossexual	Namorando	Rural
Bianca	16	Mulher	Heterossexual	Namorando	Rural
Diego	16	Homem	Heterossexual	Namorando	Rural
João	16	Homem	Heterossexual	Namorando	Rural

Tabela 2
 Categorização dos dados

Temas-eixo			
Ficar	Namorar	Casar	Diversidade sexual
<ul style="list-style-type: none"> - A palavra “eu te amo” tem um peso muito forte. - O sexo pode ocorrer no ficar com curias “mais atiradas”. - Algumas/ns adolescentes percebem-no como “sem compromisso”, outras/os já acham que depende do casal. - É necessário estabelecer as combinações entre o casal. - Para virar um namoro, é necessário cumprir os acordos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Apesar da confiança, o ciúme está presente. - No namoro se conhece e compartilha mais com a outra pessoa. - Heterossexualidade é associada aos relacionamentos na adolescência. - Namorar é poder vivenciar situações de risco, por isso deve haver maturidade e responsabilidade. - Acreditam que o controle atrapalha o relacionamento, mas não consideram como uma violência. 	<ul style="list-style-type: none"> - É entendido como um relacionamento raro na adolescência. - Casa-se quando ocorre gravidez na relação. - Apesar de ser visto como distante para elas/es, percebem que a violência também ocorre no casamento. 	<ul style="list-style-type: none"> - Heterossexualidade seria normal e a homossexualidade anormal. - Um dos adolescentes acredita que o respeito deve vir dos homossexuais, e não dos heterossexuais. - Mesmo as adolescentes que se apresentaram como feministas ou que demonstravam preocupação com a equidade de gênero entre homens e mulheres apresentaram narrativas intolerantes e preconceituosas em relação aos casais homossexuais.
Principais falas			
<p>“O ficar é tu tá indo pra uma festa, fica com aquela pessoa. No outro dia tu não lembra quem é e nem vai atrás, ou se não vai só ficando, não leva como namorado. Depende, tem várias maneiras da pessoa falar ficar.” (Amanda)</p> <p>“É tipo um namoro sem compromisso.” (Miguel)</p> <p>“E vai ficando... até que dá certo.” (Diego)</p>	<p>“No namoro, tu tem que ter uma privacidade.” (Eliane)</p> <p>“Não é porque tu tá namorando que pode ter a posse dela, que tem que saber de tudo, tudo.” (Samanta)</p> <p>“Namoro pega mais compromisso. Tem que ter responsabilidade. Tem que levar a sério aquilo ali.” (Amanda)</p> <p>“Principalmente não trair.” (Henrique)</p>	<p>“[A violência] tem no casamento também... bastante. Tanto no jovem quanto adulto.” (Júlia)</p> <p>“O que a gente vê aqui, no caso, são pessoas que casam com seus 17, 18, 19 anos de idade é porque alguma relação tiveram, ou tiveram filho, aí nesse caso, foram construir sua família.” (Amanda)</p>	<p>“Não é nada contra, mas também não tenho nada a favor.” (Amanda)</p> <p>“Eu sou [lésbica] e não me importo com a opinião dos outros [...]. “Eu não entendo as pessoas que não aceitam. Não muda nada na vida dessas pessoas.” “É o mesmo amor, a mesma coisa.” (Samanta)</p> <p>“O mais fácil de achar é um casal normal.” (Eliane)</p> <p>“É, tem uns que não respeitam [...] São meio abusados com as pessoas normais [...] Tem uns que ficam se fresqueando perto das pessoas... e pra tentar chamar atenção... e tipo, eu não gosto disso.” (Henrique)</p>

Temas-eixo

Gênero	Violência de gênero	Contexto rural e urbano
<p>- A diferença entre o feminismo e o machismo também foi frisada.</p> <p>- As meninas são privadas, enquanto os meninos estão com liberdade para namorar.</p>	<p>- Dificuldade em falar sobre o tema da violência.</p> <p>- Citam inúmeras vezes a violência verbal, mas a inferiorizam em comparação aos outros tipos de violências.</p> <p>- Foi citada por uma adolescente a desigualdade de gênero no trabalho.</p> <p>- O controle e a vigilância do comportamento do outro nas redes sociais foram bastante citados.</p> <p>- Quando não são respeitados os acordos entre o casal, é percebido um “incômodo”, mas não o reconhecimento de violência nos relacionamentos.</p>	<p>- Apesar de terem planejamentos futuros, sentem insegurança em mudar da cidade.</p> <p>- A cidade é segregada entre o rural e o urbano, assim como as pessoas do “centro” e das “grotas”.</p> <p>- A melhor escola é a do centro, considerada urbana.</p> <p>- O preconceito geográfico e de lugar está presente para quem mora no rural do rural e para quem é do interior e vem para cidades urbanas.</p> <p>- As relações de poder e a violência simbólica estão presentes em diversas narrativas.</p>
Principais falas		
<p>“A gente não quer ser mais, a gente quer ser igual [...] Receber o mesmo salário, pelo mesmo esforço.” (Samanta)</p> <p>“Ir num bar beber não é normal pra mulher [...] E pra homem, tem muitos que vão, né. O preconceito é preconceito.” (Miguel)</p> <p>“É tudo diferente pra homem e pra mulher mesmo. Por influência, talvez. Eu acho que a sociedade é assim.” (Miguel)</p>	<p>“Violência é gritar no rosto do outro.” (Maria Paula)</p> <p>“Um colega meu que trabalha comigo, mas ele não faz metade do que eu faço. Eu vou ser bem sincera, ele fica sentado a tarde inteira.” (Júlia)</p> <p>“Ainda existe se o homem trai uma mulher, ele é o garanhão, agora se a mulher trai o homem, ela é puta, vagabunda. Hoje em dia continua a mesma coisa. Isso não mudou.” (Maria Paula)</p> <p>“Ah, tem várias maneiras de ser violência, tipo, hã, no caso... falam muito de violentar verbalmente.” (Maria Paula)</p> <p>“A igualdade só vai se tornando ainda maior com a convivência, aceitando [...] Acho que cada dia que passa é um passo a mais pra isso.” (Olga)</p> <p>“Eu e ele a gente não tem ciúmes de curtida, assim, eu tenho ciúmes de amei. Não pode dar amei. Curtir pode.” (Eliane)</p>	<p>“Mas a maioria de quem é daqui não tem quase chance fora daqui.” (Eliane)</p> <p>“Eu, por exemplo, eu já considero que moro na grotá, né [...] É longe do centro.” (Henrique)</p> <p>“A gente não conseguiu colocar internet por causa das árvores.” (Júlia)</p> <p>“Até aqui na cidade, quem mora no centro fica falando os de fora.” (Samanta)</p> <p>“O colégio [do centro] tá no pedestal de todas as outras escolas.” (Samanta)</p> <p>“A gente não trabalha com agricultura.” (Eliane)</p> <p>“O cara pega vai fazer uma faculdade só tem riquinho... aí o cara chega de fora, ‘ai, esse aí é pobre’, ‘esse aí é, mora pra fora’.” (João)</p>

Tabela 3
Dados dos estudos realizados

Temas centrais		
Relações afetivas na adolescência	Percepções da ruralidade	
Percepções acerca dos relacionamentos afetivos	Entre o rural e o urbano	Preconceito contra origem geográfica
<p><u>Violência de gênero</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade em conceituar os tipos de relacionamentos e de violências que ocorrem na adolescência. - Enquanto os rapazes são os pegadores, as moças são depreciadas caso tenham a mesma conduta. - O ciúme pode ser considerado uma demonstração de amor ou um gerador de possíveis violências. 	<ul style="list-style-type: none"> - Interesse em continuar estudos fora da cidade. - Apenas uma adolescente das/os 11 participantes quer fazer Agronomia fora da cidade. - Alguns estudam na melhor escola da cidade em busca de um bom ensino e de um futuro melhor. 	<ul style="list-style-type: none"> - Insegurança e receio em sofrer preconceitos por morar em cidade rural. - A cidade, por ter um espaço rural e um urbano, propicia que quem more no espaço rural sofra preconceito de quem mora no “centro”.
<p><u>Diversidade sexual</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Diversas moças se consideram feministas e percebem a desigualdade de gênero nas relações entre homens e mulheres. - Relacionamentos normais e anormais considerados a partir da orientação sexual. - Apesar de se considerar feminista, cria-se um paradoxo pela intolerância com os relacionamentos não heterossexuais. 		
Principais falas		
<p>“Às vezes tu acha uma guria mais atirada. Ah, pegar o carro, vou sair com ela, vou levar pro camping, vou transar [...] Uma mulher que se atira para os outros, ela é menos que o homem.” (Henrique)</p>	<p>“[...] para mim esses são os relacionamentos anormais [homossexuais]. Ah, na minha opinião, não é nada contra, mas também não tenho nada montando uma corretora de seguro e a favor.” (Amanda)</p>	<p>“Faculdade só tem riquinho... aí o que eu sou que nem meu tio, hã, na cara chega de fora [...] Eles evitam de fazer amizade, falar com a gente.” (João)</p> <p>“É que eu sou que nem meu tio, hã, na cara chega de fora [...] Eles evitam de fazer amizade, falar com a gente vai sair da cidade pra expandir.” (Henrique)</p>

Apêndice A

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA A PARTICIPAÇÃO
DE ADOLESCENTE EM PESQUISA “VIOLÊNCIA E GÊNERO NAS RELAÇÕES
AFETIVAS: INVESTIGAÇÕES ENTRE ADOLESCENTES DE DUAS ESCOLAS EM
CONTEXTO RURAL E URBANO NO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL

Prezada/o responsável:

Sua/eu filho está sendo convidada/o como voluntária/o da pesquisa “Violência e Gênero nas Relações Afetivas: Investigações entre Adolescentes de duas Escolas em Contexto Rural e Urbano no interior do Rio Grande do Sul”, coordenada pela pesquisadora Prof(a). Dr(a). Marlene Neves Strey, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS. Esta pesquisa tem por objetivo investigar a violência de gênero nas relações afetivas na adolescência e o modo como as questões de gênero são apresentadas nas narrativas de adolescentes de duas escolas municipais em contexto rural e urbano no interior do Rio Grande do Sul.

Para tanto é necessário que ela/e participe de três entrevistas em grupo, que serão realizados em sua escola e serão gravados em áudio e em vídeo, se assim você permitir, com duração aproximada de 1 hora e 30 minutos a 2 horas. É possível que ocorram os seguintes desconfortos e riscos (constrangimentos e/ou mal estar em compartilhar experiências passadas ou atuais sobre a temática do estudo), sobre as quais medidas serão tomadas para sua redução, tais como encaminhamentos necessários. A pesquisa possivelmente trará benefícios, tais como contribuir para o desenvolvimento dos estudos científicos sobre violência e gênero nas relações afetivas entre adolescentes.

Como participante de pesquisa, sua privacidade será respeitada, seu nome e qualquer outro dado que possa te identificar serão mantidos em sigilo. As pesquisadoras se responsabilizam pela guarda e confidencialidade das informações, bem como a não exposição dos dados de pesquisa.

Rubrica da/o participante: _____

Rubrica da pesquisadora: _____

Será garantida assistência a você durante toda a pesquisa, assim como o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos sobre o estudo e suas consequências, ou seja, tudo o que queira saber antes, durante e depois de sua participação. Você pode se recusar a participar do estudo ou retirar seu consentimento a qualquer momento sem precisar se justificar, e, caso esta seja sua vontade, não sofrerá prejuízo algum na assistência recebida.

Quaisquer dúvidas relativas a esta pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável Marlene Neves Strey, fone (51) 98806070, ou pela entidade responsável, o Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS, que está localizado na Av. Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703, Porto Alegre /RS - Brasil - CEP: 90.619-900 Fone/Fax: (51) 3320.3345. E-mail: cep@pucrs.br. Horário de atendimento: De segunda a sexta-feira das 8h às 12h horas e das 13h30min às 17h. O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é composto por um grupo de pessoas que trabalham para garantir que seus direitos como participante de pesquisa sejam respeitados. O grupo tem a obrigação de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de maneira ética. Se você achar que a pesquisa não está sendo realizada de tal forma ou que está sendo prejudicado de alguma maneira, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (CEP-PUCRS). Declaro que li e entendi todas as informações presentes neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e tive a oportunidade de discutir as informações relacionadas à pesquisa. Todas as minhas perguntas foram respondidas e eu estou satisfeito com as respostas. Entendo que receberei uma via assinada e datada deste documento e que outra via assinada e datada será arquivada pela pesquisadora responsável do estudo.

Por fim, fui orientada/o a respeito do que foi mencionado neste termo e compreendo a natureza e o objetivo do estudo e manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico a receber ou a pagar por minha participação. Declaro que recebi uma via do presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura da/o participante de pesquisa

Assinatura da Pesquisadora

Assinatura da/o Responsável pela/o Participante de Pesquisa

Apêndice B

Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA A PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA “VIOLÊNCIA E GÊNERO NAS RELAÇÕES AFETIVAS: INVESTIGAÇÕES ENTRE ADOLESCENTES DE DUAS ESCOLAS EM CONTEXTO RURAL E URBANO NO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL

Prezada/o participante:

Você está sendo convidada/o a participar da pesquisa “Violência e Gênero nas Relações Afetivas: Investigações entre Adolescentes de duas Escolas em Contexto Rural e Urbano no interior do Rio Grande do Sul”, coordenada pela pesquisadora Prof(a). Dr(a). Marlene Neves Strey, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS. Esta pesquisa tem por objetivo investigar a violência de gênero nas relações afetivas na adolescência e o modo como as questões de gênero são apresentadas nas narrativas de adolescentes de duas escolas municipais em contexto rural e urbano no interior do Rio Grande do Sul.

Para tanto é necessário que você participe de três entrevistas em grupo, que serão realizados em sua escola e serão gravados em áudio e em vídeo, se assim você permitir, com duração aproximada de 1 hora e 30 minutos a 2 horas. Para participar deste estudo, o responsável por você deverá autorizar e assinar um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A participação nesse estudo é voluntária, e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-la/o. O maior desconforto para você será a possibilidade de sentir algum constrangimento e/ou mal estar em compartilhar experiências passadas ou presentes sobre a temática da pesquisa. O benefício será sua contribuição para o desenvolvimento dos estudos científicos sobre violência e gênero nas relações afetivas entre adolescentes.

Rubrica da/o participante: _____

Rubrica da pesquisadora: _____

Quaisquer dúvidas relativas a esta pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável Marlene Neves Strey, fone (51) 98806070, ou pela entidade responsável, o Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS, que está localizado na Av. Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703, Porto Alegre/RS - Brasil - CEP: 90.619-900 Fone/Fax: (51) 3320.3345. E-mail: cep@pucrs.br. Horário de atendimento: De segunda a sexta-feira das 8h às 12h horas e das 13h30min às 17h.

Eu,.....fui informada/o dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada. Recebi informações a respeito da pesquisa e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações, e a/o minha/meu responsável poderá modificar a decisão de participação se assim o desejar. Tendo o consentimento da/o minha/meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar desse estudo.

Declaro que recebi uma via do presente Termo de Assentimento.

_____	_____	_____
Assinatura da/o participante	Nome	Data
_____	_____	_____
Assinatura da pesquisadora	Nome	Data

Apêndice C

Ficha Demográfica

Ficha Demográfica para Grupo Focal

Nome:

Idade:

Com qual gênero se identifica?

Escolaridade:

Trabalha? Faz o quê?

Mora sozinha/o ou com alguém?

Com quem?

Onde mora?

É perto ou longe da sua escola?

Utiliza algum meio de transporte para vir até a escola?

Tem religião? Qual? É praticante?

Telefone para contato:

Obrigada por preencheres esta ficha.

Apêndice D⁷
Imagens desenvolvidas nos grupos

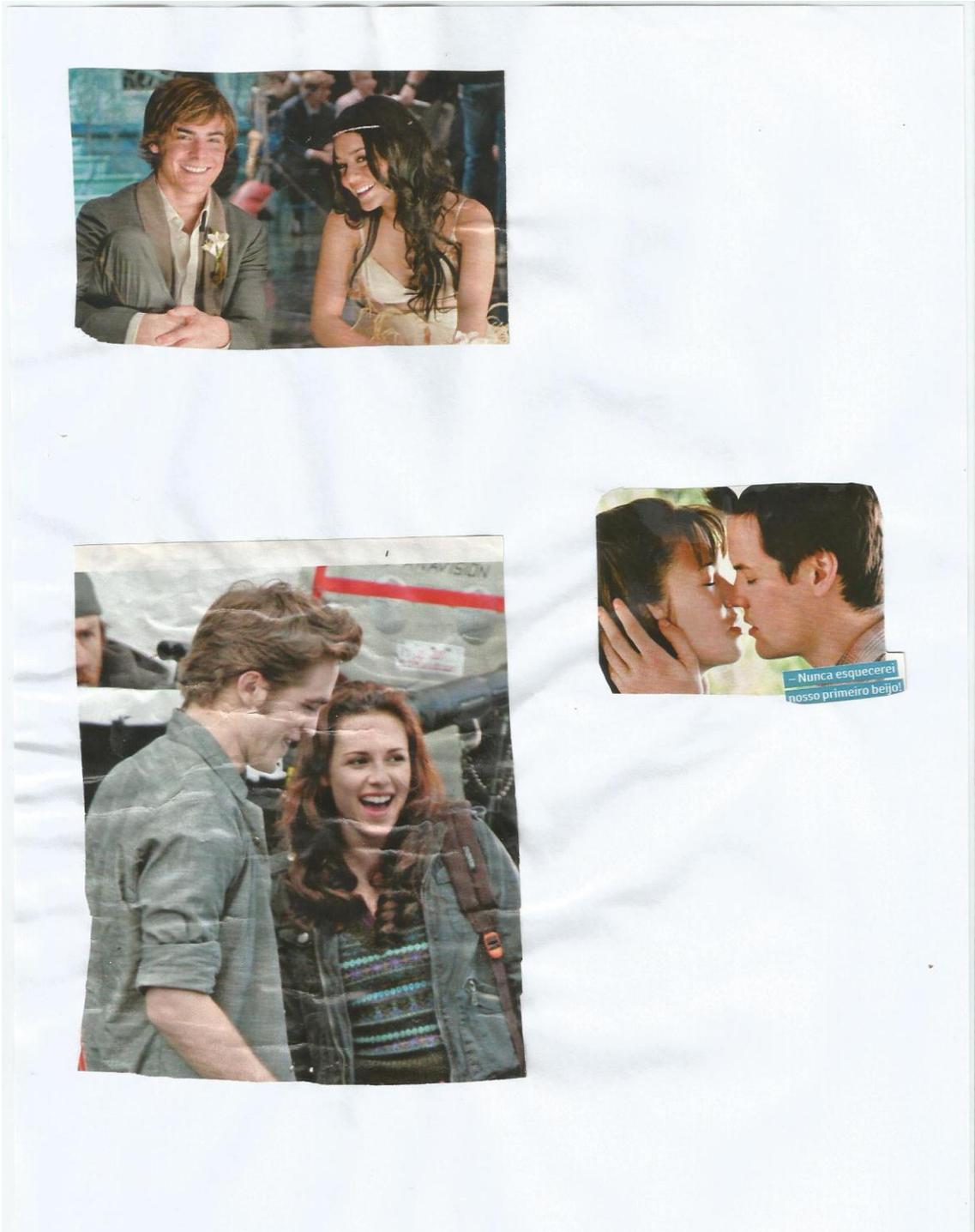


Imagem: Bianca, escola rural.

⁷ Atividade: O que são os relacionamentos afetivos na adolescência?



Imagem: Eliane, escola rural.

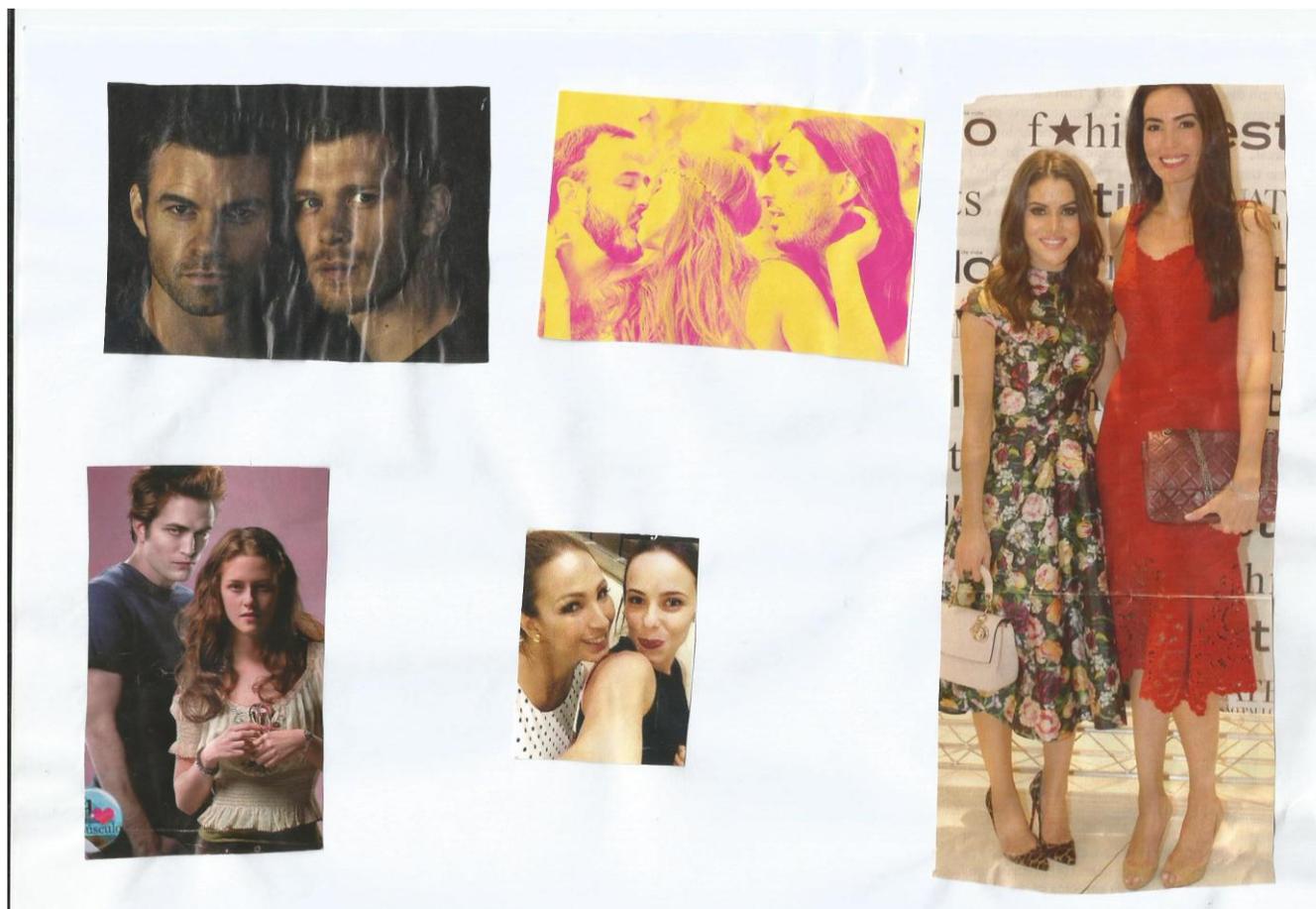


Imagem: Samanta, escola rural.



Imagem: João, escola rural.



Imagem: Diego, escola rural.

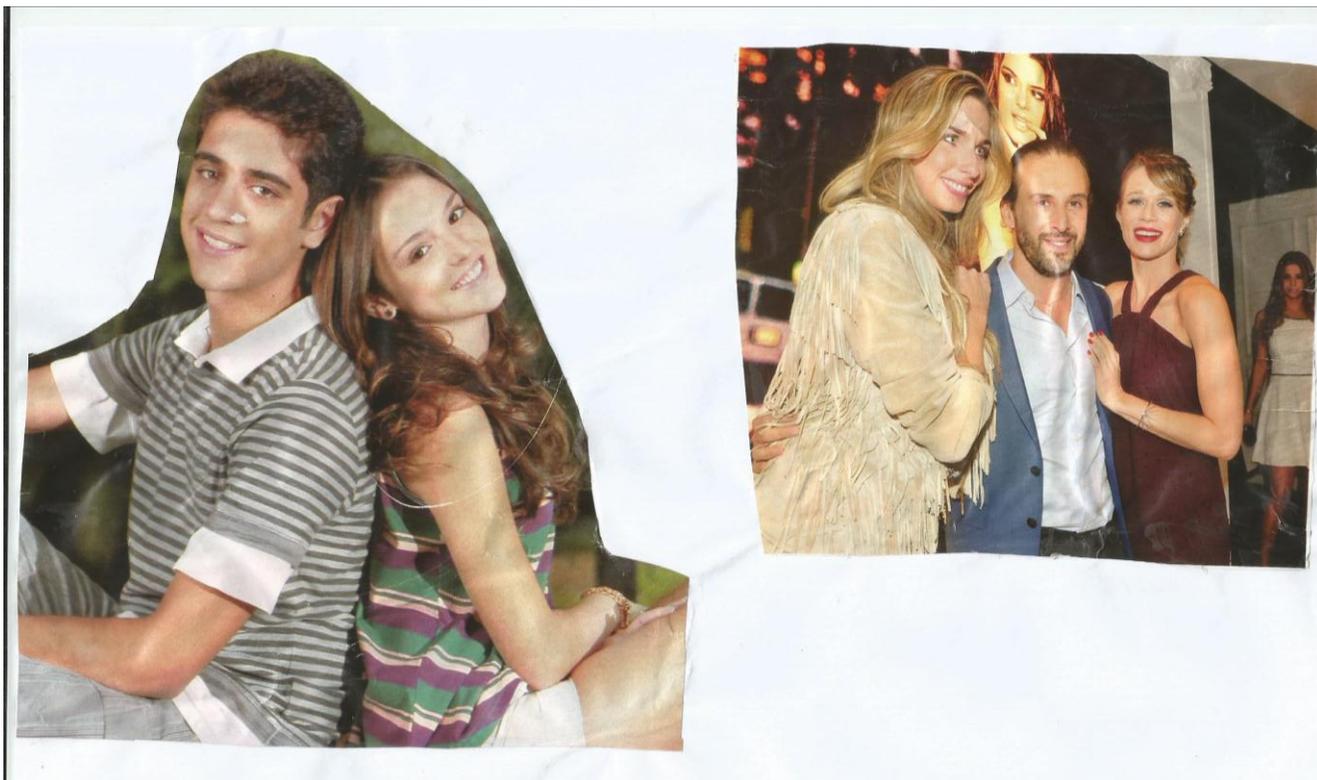


Imagem: Júlia, escola rural.



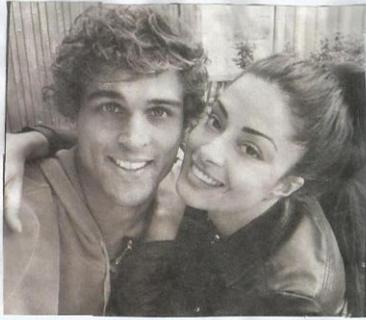
Imagem: Amanda, escola urbana.



Imagem: Amanda, escola urbana.



Imagem: Amanda, escola urbana.



Relacionamento entre namorados

~~Relacionamento~~ ~~entre~~ ~~Relacionamentos~~



Imagem: Miguel, escola urbana.



Grupo DE Amigos

Imagem: Henrique, escola urbana.

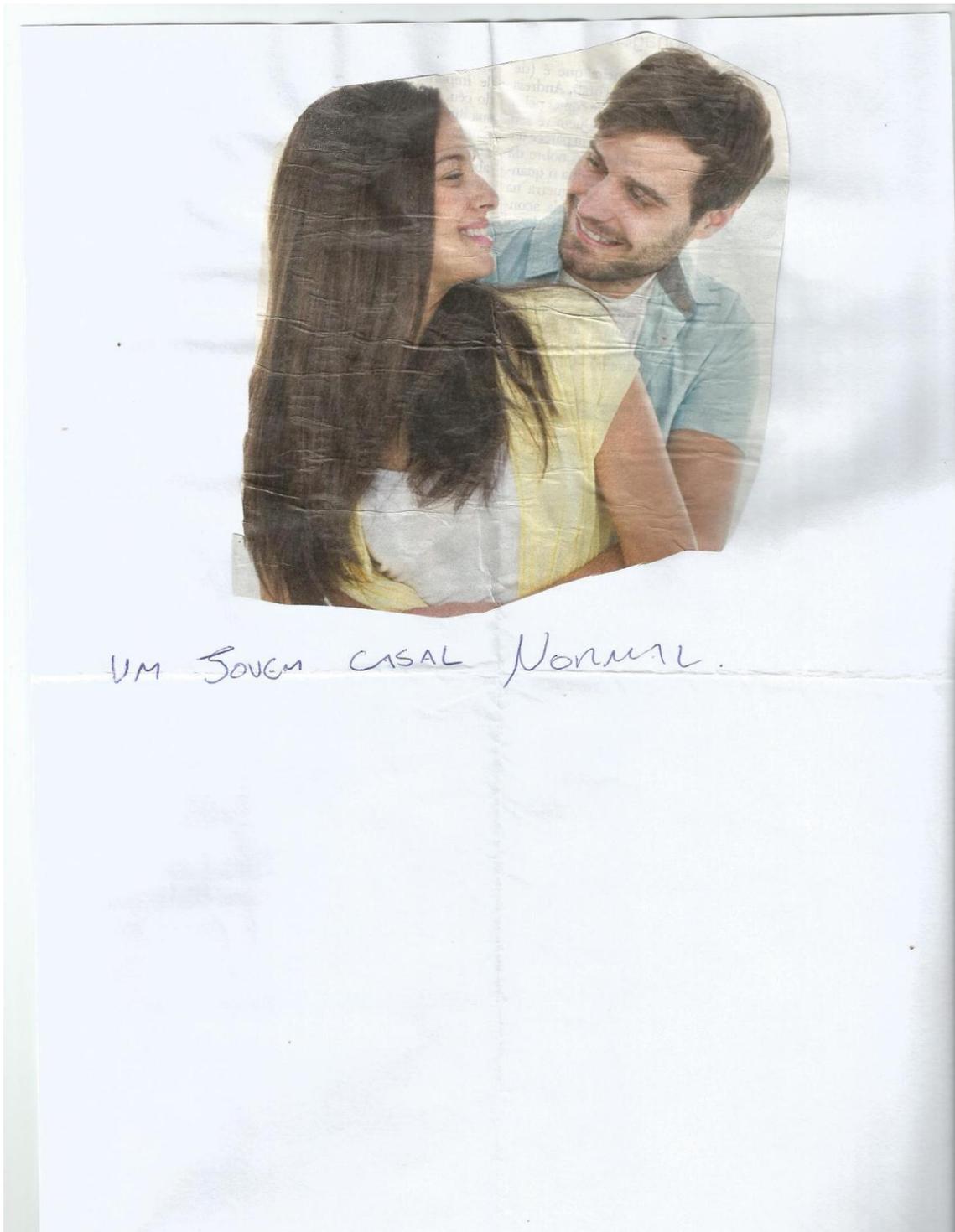


Imagem: Henrique, escola urbana.

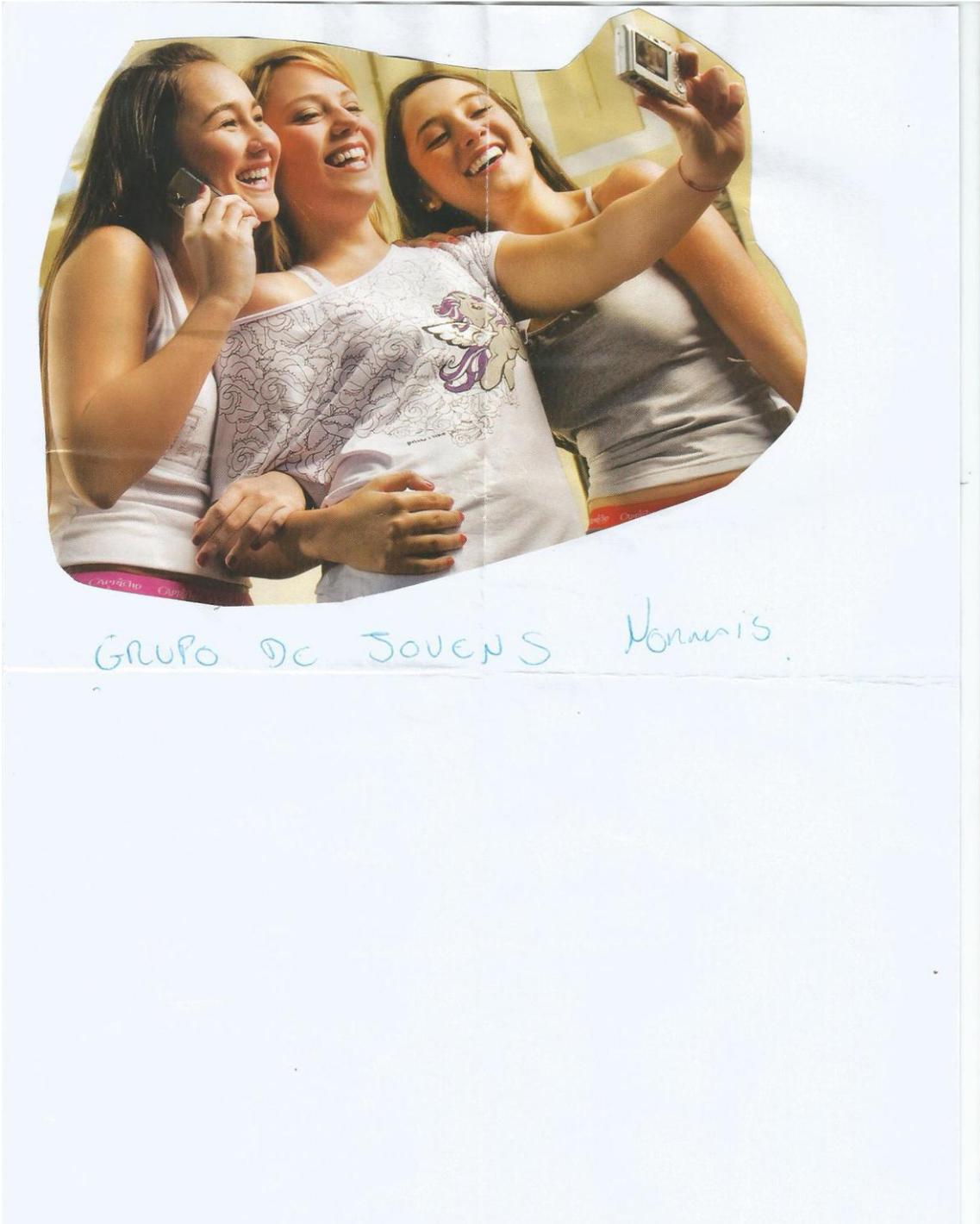


Imagem: Henrique, escola urbana.

Apêndice E⁸

Reportagens utilizadas nos grupos

Luiza Brunet relatou ao MP ter sido agredida mais de 1 vez por empresário

Agressões ocorreram durante relacionamento de 5 anos, diz promotor. Ministério Público quer ouvir versão de Lirio Parisotto até semana que vem.

Luiza Brunet contou em depoimento ao Ministério Público (MP) de São Paulo ter sido agredida mais de uma vez pelo empresário Lirio Parisotto, durante os quase cinco anos de relacionamento que tiveram. A informação foi divulgada nesta terça-feira (5) ao G1 pelo promotor Carlos Bruno Gaya da Costa.

"Ela relatou mais de uma agressão", disse Costa, sobre o depoimento que a atriz e empresária de 54 anos deu na última quarta-feira (29) no Fórum da Barra Funda, na Zona Oeste da capital paulista.

"Como o caso está sob sigilo não posso dar detalhes de quantas são as agressões relatadas", afirmou o promotor, que é do Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica (Gevid) do MP.

Costa quer ouvir nos próximos dias as versões do ex-marido sobre as acusações que Luiza fez contra ele. "Até a próxima semana ele deverá ser ouvido", disse o promotor.

A reportagem não conseguiu localizar Parisotto para comentar o assunto nesta terça. Num texto, o empresário negou a versão da atriz e informou que vai prestar esclarecimentos nas esferas legais.

Reportagem escolhida pela adolescente Júlia da escola rural.

⁸ Esta atividade realizada nos grupos estimulou algumas narrativas das/os adolescentes citadas nesta pesquisa. Contudo, outras narrativas específicas das reportagens não foram contempladas em função da falta de tempo hábil para a escrita de novos artigos.



CARPINEJAR

carpinejar@terra.com.br
[@fabriciocarpinejar](https://www.facebook.com/fabriciocarpinejar)
[@carpinejar](https://www.instagram.com/carpinejar)
[/fabriciocarpinejar](https://www.youtube.com/channel/UC...)

Leia outras colunas em
zhora.co/carpinejar

Longevidade do amor

Se é por isso vou completar bodas de rubi no ano que vem. Solaine não se deu por vencida: — Mas, se é por namoro, eu estou há 49 anos com Emami e completarei bodas de ouro. Só eu devo ter visto Cândida bufando de raiva. Buscou disfarçar a contrariedade e logo emendou: — Mas eu conheço de vista o meu marido há 51 anos. Amizade também conta, não? — Pode contar, como quiser. Daí tenho 60 anos de amor à primeira vista e comemoro bodas de diamante — replicou Solaine. A partir de uma pergunta banal, fui exposto a um colíseo de leões famintas pela posteridade romântica. Pretendiam ganhar o título de maior longevidade no amor. Não aceitavam a proximidade da adversária.

Sempre que duas casadas se encontram disputam quem está mais tempo com o seu par. Existe uma concorrência pelo troféu moral. Elas nem percebem a mania, é um cacete involuntário, como coçar os olhos diante do sono. Fui visitar o ateliê da estilista Solaine Piccoli, que vem confeccionando o vestido de noiva da minha mulher. Proibido de espiar os movimentos no provador pela superstição da cerimônia, puxei conversa à toa e perguntei quanto tempo ela tinha de casada. Solaine encheu a boca: 43 anos juninho de Emami. Cândida, a sua assessora, se sentiu ofendida com a realce da amiga e atalhou: — Eu estou casada há 39 anos, mas namoro o meu marido há 44.

Para assinalar a vitória da intimidade, usavam qualquer indício remoto de antiguidade dos laços com os seus homens, desde aceno a esbarão na nuca. As amigas colocavam a cumplicidade em risco. Gritavam, esperneavam, batiam na mesa. No calor da discussão, jogavam pedras, dispostas a desclassificar a rival questionando separações em algum período e somando finais de semana longe. Não entendia absolutamente nada. Ambas atingiam seis décadas e uns quebrados de convivência com os seus maridos naquela conversa, apelando para os mais platônicos sinais, e eu não conseguia fechar as contas. Não aparentavam, cada uma delas, mais de 50 anos de idade. Já eram mais casadas do que nascidas.

Reportagem não foi escolhida pelas/os adolescentes.

Adolescentes: festas regadas a álcool mesmo sendo proibido

Entre as festas de 15 anos, é mais comum comemorações com bebidas alcoólicas do que sem

RIO - O artigo 243 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) deixa bem claro: fornecer ou vender produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica à criança ou ao adolescente é crime, com pena de detenção de seis meses a quatro anos. Ainda assim, profissionais que trabalham no mercado de festas de aniversário de 15 anos relatam que são muito mais comuns comemorações com bebida do que sem. Pressionados pelos filhos, que não admitem o “mico” de fazer uma festa sem álcool para os amigos, os pais acabam cedendo. Dependendo do tamanho e do grau de ostentação das festas, como as que abrigam mais de 500 pessoas em salões nobres de hotéis, a medida de precaução limita-se a uma ambulância alugada na porta.

— Acho um absurdo. Todas as festas de 15 anos em que eu levei meus filhos este ano tinham álcool — conta a dona da empresa de festas infantis Animasom, Danielle Mendes, para quem o fato também é um contrassenso: — Muitos pais não deixam as filhas namorarem aos 14 anos, e aí, quando elas fazem 15, liberam uísque na festa.

Fonte: O GLOBO

<http://oglobo.globo.com/rio/adolescentes-festas-regadas-alcool-mesmo-sendo-proibido-6470027#ixzz4QtGT9iMw>

Reportagem não foi escolhida pelas/os adolescentes.

Carnaval e a tradição do “beijo roubado”

Em Salvador, um homem foi condenado a 7 anos de prisão por beijar uma mulher à força no Carnaval e não são poucos os relatos de pessoas que passaram por uma violência parecida; especialistas alertam que a cultura machista e a objetificação do corpo feminino nessa época do ano ficam ainda mais evidentes

Por Maira Streit

As comemorações de Carnaval já estão a todo o vapor pelo país e, em meio às fantasias, músicas e algumas latinhas de cerveja, outro item parece ter virado tradição nesse período: o beijo roubado. Não são poucos os relatos de mulheres que passaram pela violência de ter que ‘ficar’ com um estranho à força.

Fonte: Forum

<http://www.revistaforum.com.br/2015/02/06/carnaval-e-cultura-beijo-roubado/>

Reportagem escolhida pela adolescente Júlia da escola rural.

Aplicativo 'Rastreador de namorado' promete 'vigiar' parceiro

Serviço para Android monitora torpedos enviados e recebidos, localização e ligações. Também é possível ouvir som ambiente

RIO - O nome deste novo app para Android não deixa dúvidas sobre sua função. O "Rastreador de namorado" é uma ferramenta para você vigiar seu (sua) namorado(a). "Faça seu namorado levar um detetive no bolso: instale o Rastreador no celular dele. Receba mensagens, localizações e ouça o que acontece ao redor", diz a descrição do serviço.

Após instalar gratuitamente a ferramenta no smartphone da cara-metade, o usuário passa a receber mensagens que informam a localização da pessoa amada, mostra os torpedos que ela envia ou recebe e os números de telefone para o qual tem ligado. Dá até para ouvir o que está se passando no entorno dele. É possível ver o app funcionando na prática em um vídeo do YouTube.

"Um comando seu e o celular dele te liga sozinho. E você ouve tudo", explica o site oficial do aplicativo.

O rastreador foi desenvolvido pelos paulistas Danilo Cruz e Matheus Grijó, que trabalham com criação de aplicativos.

- O Matheus já desenvolvia ferramentas de localização para o setor de segurança, mas as amigas viviam pedindo para usar os aplicativos para monitorar os namorados. Então ele teve a ideia de criar um serviço voltado para esse público e me chamou para ampliar os serviços - conta Danilo, de 27 anos, que desenvolve games e aplicativos para aparelhos móveis.

Fonte: O GLOBO

<http://oglobo.globo.com/cultura/megazine/aplicativo-rastreador-de-namorado-promete-vigiar-parceiro-9578367#ixzz4R2Yf7RrM>

Reportagem escolhida pela adolescente Eliane da escola rural.

Sete são indiciados por envolvimento em estupro coletivo de jovem no Rio - Entre os suspeitos está o chefe do tráfico da favela onde o crime aconteceu e um menor de idade

Rio de Janeiro 17 JUN 2016 - 17:51 BRT

Após quase um mês de investigações e perícias, o inquérito que apura o estupro coletivo sofrido por uma adolescente de 16 anos em uma comunidade do Rio e que foi divulgado depois nas redes sociais foi concluído. Os investigadores da Polícia Civil vão denunciar ao Ministério Público sete suspeitos, cinco serão acusados pelo estupro da menina, além da produção de material pornográfico feita por três deles, enquanto os outros dois serão acusados apenas pela divulgação dos vídeos do abuso sexual. O inquérito conclui que quatro dos acusados estavam na casa no momento do abuso, afasta a hipótese de que o crime tenha sido cometido por trinta de homens, mas não descarta o envolvimento de outras pessoas na ação, que continuará a ser investigada.

Fonte: Site El País http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/17/politica/1466191456_051287.html

Reportagem escolhida pelas adolescentes Maria Paula da escola urbana e pela Samanta da escola rural.

Dono de academia mata a mulher e se mata dentro de casa, diz polícia

Corpos dos dois foram encontrados por funcionária do estabelecimento. Investigação ainda apura a motivação do crime, em Goiânia.

O dono de uma academia matou a mulher e, em seguida, cometeu suicídio nesta segunda-feira (3), no Jardim Curitiba II, em **Goiânia**. Os corpos de Rogério Ferreira Alves e Dayely Fonseca foram encontrados em uma casa, que fica nos fundos do estabelecimento.

(Correção: O G1 errou ao informar, com base em informações da Polícia Civil, que Dayely era namorada de Rogério. Na verdade, segundo parentes do homem, ela era esposa dele. A informação foi corrigida às 10h49 desta terça-feira [4]).

Funcionários que não quiseram ter a identidade revelada contaram que a academia estava aberta quando o crime aconteceu. "Foi uma outra mulher que trabalha aqui que achou os corpos na casa dele. Ninguém percebeu nada de estranho até então", disse uma jovem. Segundo a polícia, o homem atirou três vezes contra a Dayely e, em seguida, se matou. "Pelo que testemunhas nos relataram, eles já tinham terminado o relacionamento uma vez e agora estavam tentando reatar", disse o delegado Dannilo Proto.

Fonte: G1

<http://g1.globo.com/goias/noticia/2016/10/dono-de-academia-mata-namorada-e-se-mata-dentro-de-casa-em-goiania.html>

Reportagem escolhida pela adolescente Eliane da escola rural.

Homem mata ex-companheira e amigo e comete suicídio no RS

Vítimas estavam em um carro na BR-293 em Bagé, na região da Campanha.

Homem matou a ex-namorada a tiros, e ainda feriu o atual namorado dela.

Um homem matou duas pessoas antes de cometer suicídio na noite de sábado (10), na BR-293 em **Bagé**, na Região da Campanha do **Rio Grande do Sul**. Um homem identificado como José Marques Vieira, de 37 anos, assassinou a ex-companheira e um amigo, antes de se matar, de acordo com a Polícia Rodoviária Federal (PRF).

A mulher foi identificada como Ana Lisiane Lopes Pereira, de 27 anos. Ela estava em um carro na rodovia, junto com o atual namorado e alguns amigos. Segundo a ocorrência policial, o grupo teria parado na estrada para fechar o capô do veículo.

O suspeito teria se aproximado do automóvel e disparado contra o vidro, atingindo Ana e o namorado. Ela morreu na hora e ele ferido encaminhado à Santa Casa de Bagé, onde permanece internado em estado regular.

Fonte: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/07/luiza-brunet-contou-ao-mp-ter-sido-agredida-mais-de-1-vez-por-empresario.html>

Reportagem escolhida pela adolescente Samanta da escola rural.

A falsa magra



DIA
es@uol.com.br

Vinícius, consegue uma rima pra TOFI?

Uma falsa magra em toda a sua glória

Alguém se atreve a chamar de gorda?

Insigrama, reprodução

Teve uma época em que chamar a mulher de falsa magra era um elogio. Significava, até onde eu entendo, uma guria elegantíssima de vestido, de calça, de saia. Mas onde tirasse a roupa, na praia ou na intimidade, ela revelava as curvas e as protuberâncias, bem-vindas, que os tecidos castamente escondiam na vida civil.

Jorge Ben Jor chegou a compor uma música para a falsa magra: "Ai, ai, ai, ai/ Pois a falsa magra/ Tem por base ser carinhosa/ Feminina e companheira/ Sexy e inteligente/ Amante caprichosa/ Sutil e maliciosa/ E gostosa". Mais que música, é uma ode. Que ainda termina com um chamamento angustiado: "falsa magra, falsa magra, falsa magra/ onde está você?".

Até Oscar Niemeyer escreveu linhas – no caso dele, jamais mal-tratadas – que, embora se referissem à arquitetura, alguns consideraram uma descrição da falsa magra: "Não é o ângulo reto que me atrai. Nem a linha reta, dura, inflexível, criada pelo homem. O que me atrai é a curva livre e sensual. A curva que encontro nas montanhas do meu país, no curso sinuoso dos seus rios, nas ondas do mar, nas nuvens do céu, no corpo da mulher preferida. De curvas é feito todo o universo – o universo curvo de Einstein".

Moças, não me chamem de machista. Reproduzo aqui duas, digamos, opiniões de tempos passados. O disco do Ben Jor é de 2007 e não sei em que data Niemeyer falou de sua preferência pelas curvas. Apenas usei esses dois depoimentos para chegar ao tema da coluna: a falsa magra, hoje em dia, virou quase um problema de saúde pública.

Pois não é que uma blogueira fitness denunciou? "Falsas magras são aquelas mulheres que PARECEM não estar acima do peso, mas têm bastante celulite, pneuzinhos e corpo flácido." Tem até uma expressão em inglês para descrever a coisa: TOFI, sigla para Thin Outside, Fat Inside – algo como magra por fora e gorda por dentro.

Moral da história: não adianta ter 1m70cm e 60 quilos se esses 60 quilos não forem de puro músculo. Onde alguma gordurinha se salienta ou uma bordinha de catupiry escapar entre a cintura e a camiseta, já sabe: falsa magra à vista. Esteira nela. Nos casos mais graves, os de bunda redonda e coxa grossa, prisão perpétua longe dos olhos da sociedade.

Dúvidas. Tom Jobim encontraria inspiração para cantar "olha que TOFI mais linda, mais cheia de graça"? Chico Buarque, algum dia, reescreverá sua letra para "por isso/ para o seu bem/ ou tire ela da cabeça/ ou mereça/ a TOFI que você tem"?

Se não fosse por todo o resto, seria pelo lirismo de dizer "fal-sa-ma-gra" aproveitando cada sílaba da expressão. Longa vida às falsas magras, e à liberdade de ser o que se é. Chega de grosseria invadindo a poesia. Proponho aqui a resistência. As blogueiras fitness terão que malhar com essa.

Reportagem escolhida pela adolescente Olga da escola urbana.

NÃO É SÓ POR 20%, É PELAS MULHERES!



FERNANDA MELCHIONNA
Vereadora em Porto Alegre (PSOL)

Felizmente, depois de muita luta das mulheres, hoje o machismo é motivo de constrangimento para alguns homens. Nem por isso, alguns discursos deixam de sê-lo.

Após a aprovação da emenda, de minha autoria, que é uma proposta de estímulo para o aumento de motoristas mulheres nos aplicativos de transporte individual privado, visando atingir a marca de 20% do total, de forma progressiva, fiquei absolutamente surpresa com alguns argumentos. Frases estapafúrdias e machistas do tipo “vai lavar louça”, ignoro. Mas os argumentos sérios sobre sua efetividade devem ser debatidos.

Infelizmente, vivemos em uma sociedade extremamente machista em que as mulheres ainda recebem 30% a menos que os homens para os mesmos serviços segundo o Dieese, e muitas vezes são preferidas de vagas de trabalho por

serem mães. Somos assediadas em várias esferas de socialização. Não só assediadas, mas muitas vezes estupradas. Não é raro estarmos nas ruas e ao ouvir passos e ver que é outra de nós, sentirmos alívio.

Não consigo achar normal que uma cidade com 53% de mulheres tenha menos de 2% de condutoras

A emenda é parte da tentativa de nos permitir ser conduzidas por outra de nós. Com o aumento de motoristas mulheres, isso já seria mais fácil. Entretanto, o ideal seria nos próprios aplicativos ter a possibilidade de uma mulher previamente cadastrada chamar uma motorista. Fiz o mesmo

projeto para os táxis, não consigo achar normal que uma cidade com 53% de mulheres tenha menos de 2% de condutoras. Infelizmente, vetada parcialmente, mas valerá para as próximas licitações. A ampla maioria dos trabalhadores dos aplicativos e táxis são respeitosos, mas queremos o direito de escolha.

O argumento de que gerará desemprego não é verdadeiro, pois o percentual deve ser atingido progressivamente. As mudanças não se dão do dia para a noite, mas é preciso começá-las! As mulheres no mundo inteiro têm se levantado por mais direitos, contra o feminicídio e a cultura do estupro. A luta Ni Una Menos, na Argentina, já se espalhou pela América Latina. Ao contrário do que querem muitos que me ofenderam, não voltaremos para casa. Como cantamos nos atos, “Nem recatadas e nem do lar, estamos na rua para lutar”.

Artigos devem ter até 2.100 caracteres. Os textos assinados não representam a opinião do Grupo RBS.
zhora.co/Opiniaozh artigozh@zerohora.com.br [@opiniaozh](https://www.instagram.com/opiniaozh)

Reportagem não foi escolhida pelas/os adolescentes.

Mulher agride namorado com fio ao flagrar chip de celular na carteira

Ela ficou furiosa e não quis ouvir explicações

Um rapaz de 21 anos, que teve o nome preservado, foi agredido pela namorada por conta de um chip de celular. O caso aconteceu na noite de domingo (2), no Jardim Tijuca, região sudoeste de Campo Grande. A vítima relatou a polícia que estava em casa com a mulher, quando ela encontrou um chip de celular antigo, que estava aguardado na carteira. Furiosa, ela não teria ouvido as explicações do rapaz e o agrediu com tapas e com o fio de uma extensão, conforme informações contidas no boletim de ocorrência.

O rapaz teria ficado com lesões nas costas por conta das agressões. O caso foi registrado como lesão corporal dolosa, com intenção de machucar, pela 6ª DP (Delegacia da Polícia Civil), que é localizada na mesma região onde ocorreu a denúncia.

Fonte: MidiaMax

<http://www.midiamax.com.br/policia/agride-namorado-fio-extensao-guardar-chip-celular-carteira-268830>

Reportagem não foi escolhida pelas/os adolescentes.

Eliana Amaral acusa ex-namorado de vazar vídeo íntimo

Apresentadora teve clipe divulgado na internet neste domingo (30)

"Realmente, sou eu e meu ex-noivo no vídeo. Infelizmente, tive minha intimidade violada e um vídeo íntimo exposto. Lamento que tenha partido dele esse vazamento, já que os momentos compartilhados por um casal são de responsabilidade apenas dos mesmos", disse ao "Ego". A apresentadora revelou que não ficou chocada com a atitude do antigo companheiro. "Por tudo que tenho passado referente ao término desse relacionamento, não fiquei surpresa com essa atitude dele, aliás, nada mais me surpreende. Na nossa primeira noite, ele tirou fotos minhas dormindo e mandou para os amigos e grupos! Vamos ver até onde isso vai chegar. Infelizmente, eu estou cada dia mais machucada. Estou cansada disso tudo!", desabafou.

Em julho, a Vice Miss Bumbum 2013 alegou que o ex-noivo levou seu carro, avaliado em R\$ 15 mil, sem autorização. Eliana chegou a entrar com duas ações contra o empresário.

Fonte: terra

<http://famosidades.com.br/famosos/eliana-amaral-acusa-ex-namorado-de-vazar-video-intimo.html>

Reportagem escolhida pelo adolescente Miguel.

Dividir tarefas domésticas 'melhora vida sexual', diz estudo

Emma Wilkinson Repórter de Ciência da BBC News

Uma pesquisa realizada nos Estados Unidos sugere que casais que dividem tarefas domésticas e o cuidado com os filhos são mais felizes e têm uma vida sexual melhor.

Após análise de dados de um levantamento feito em 2006, foi observado também que nos casais em que estas tarefas ficavam, na maior parte, com a mulher, homens e mulheres relataram um grau bem menor de satisfação.

Segundo os pesquisadores da Universidade Estadual da Geórgia, esse impacto negativo não foi verificado nos casais em que o homem era responsável por uma parte maior dos cuidados com os filhos.

As conclusões vieram da análise do estudo *2006 Marital and Relationship Study*, sobre casamento e relacionamentos realizada entre com heterossexuais.

Os 487 casais, selecionados de forma aleatória, tinham filhos, rendas que iam de 'baixas' a 'moderadas' e as mulheres tinham menos de 45 anos.

Fonte: BBC Brasil

http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150824_pesquisa_tarefas_domesticas_fn

Reportagem não foi escolhida pelas/os adolescentes.

Paulo Germano

paulo.germano@bol.com.br

Não traia, mas, se traír, não conte

Tenho um amigo que traía e se arrependeu. Chora a cada noite na minha frente, a culpa se derramando entre soláços. Quería contar para a namorada, dizer a verdade, implorar por perdão. Eu, ao vê-lo arrasado daquele jeito, ofereci-lhe um ponderado conselho:

— Te cala essa tua boca, seu idiota.

Nenhuma personagem da esfera artística me irrita tanto quanto o arrependido sincero. Ele faz a bobagem (ok, todo mundo erra) e depois se arrepende (ok, é legal se arrepia), mas, em vez de assumir sozinho o sofrimento que causou a si próprio, obriga a pessoas que o ama a sofrer também. Usa sua crise de consciência não como ferramenta de autocrítica, mas como instrumento de destruição de quem, ao contrário dele, não tem culpa alguma. Quer dizer: além de traír, arrepende e auto-crítica de quem lhe é leal. Impõe a quem lhe é leal, a desgraça de se sentir traído, humilhado e deixado como um cachorro doente.

— É que prefiro ser sincero...

Pois pegue sua sinceridade e enfile sobre isso?

Na sua relação consigo mesmo. Porque o adúltero que se arrepende, antes de traír a namorada ou o noivo, trai a si mesmo. Sendo, não se arrependeria. Ele trai seus valores, seus princípios éticos — e é esta traição, somente esta, que propõe a culpa que ele agora quer dividir em nome de uma sinceridade esculpida, sem qualquer traço de compaixão. É sinceridade sem compaixão que não dá ser sinceridade, torna-se crueldade.

— Chora e sofre sozinho, porque esse é um problema teu, não dela. Pelo menos agora, vê se preservar a mulher que te ama — foi o que disse ao meu amigo.

Viu revelar daqui a pouco se ele seguiu meu conselho: A questão é que, antes de escrever este texto, contei a mesma história para uma colega, que por pouco não me bateu na cara.

— A namorada tinha o direito de saber os argumentos dela — Era um direito por decidir se continuaria com ele ou não!

Fiquei pensando. Cada vez mais me convence de que NÃO saber também é um direito.

Peguemos outro exemplo: você está em um restaurante e encontra a mulher de um amigo

com outro homem. O que faz? Em uma enquete rápida aqui na Redação da Zero, descobri que 80% votariam para o colado. Pois eu, embora respeito a vontade da maioria, não concaria com essa resolução.

Primeiro, porque se me tratao um problema dos outros se tiver certeza de que ajudei a resolvê-lo. Quem disse que, ao denunciar a traição da mulher, faz bem ao meu amigo? Quem disse que ele terminaria com ela se ficar sabendo? E, se decide continuar com ela, quem me garante que, para ele, não seria mais confortável jamais ter sabido de nada?

Conheço pessoas que traem regularmente seus companheiros fiéis. E seus companheiros, não tendo dúvida, conhecem essas pessoas muito melhor do que eu conheço. Sabem quem elas são, quais são seus defeitos, seus arbítrios, seus vícios de fundo, suas inclinações emocionais e compromissais. Portanto, dispõem de

elementos suficientes para ler os sinais e os pôdo que indicam o que as pessoas são. Todo mundo dá pistas, todo mundo dá sinais o tempo inteiro, mas a gente pode lê-los ou ignorá-los. Para alguns, pode ser mais cômodo ignorá-los, e tudo bem. É um direito.

E quem sou eu para interferir nesse direito? Mas, voltando ao meu amigo li do início, não adiantou de nada o meu conselho e ele correu para a namorada que havia sido com outra. Resultado: ela percebeu, e ele nunca mais pôdo a cerca. O problema é que a mulher desenvolveu uma paranoia, um crime obsessivo que exagera sinais onde não existem. Compromissal — ela se traumatizou, e o casal vive em crise constante.

Meu amigo hoje diz que errou ao não contar a verdade, mas reconhece que o erro maior foi astenciar quando não a namorada traiu seus princípios. É isso. Não há nada pior do que traír a si mesmo.



Reportagem escolhida pela adolescente Olga da escola urbana.



MARTHA MEDEIROS
 @marthamedeiros
 marthamedeiros.com.br



Pense antes de dar um flagra

Redes sociais são parques de diversões. Alguns não sabem a hora de saltar do brinquedo e se atrapalham

Espanto de se constata sua liberdade, eu ia lembrando outras histórias semelhantes, em especial a de uma amiga que teve os e-mails desvendados pelo marido. O que foi descoberto? Apenas que ela conversava com um ex-namorado. Claro que havia no ar um clima estranho de quem já privou lágrimas e lembranças, mas não estava acontecendo nada. Erros pessoais, distrações, enfim, as inofensivas relações das quais adultos se valem quando querem se divertir – redes sociais são parques de diversões. Alguns não sabem a hora de saltar do brinquedo e se atrapalham, porém outros conseguem manter a sanidade da troca e não se provocar fisicamente em seu espaço físico.

Até que alguém desconfiado e ciumento crítico invade o que era para ser privado.

Eu continuava escutando meu amigo contar sua história. Ele rinha feito a mala barrida da vida: criado no Facebook há três anos. Ela em seu grande amor, mas de não havia gostado de jeito nenhum com que ela havia cumprimentado, um sujeito ruim bar e foi corrompido por uma imaginação normal. Em um dia que ela foi viajar, ele aproveitou para rastrear suas conversas íntimas. Não encontrou nada que a condenasse, a não ser o conhecido tom jocoso que muitas vezes usamos em bate-papos particulares. Quando ela retornou de viagem, olhou para ele calmamente e disse adeus. Nem deixou que ele explicasse. Já estava sabendo que ele havia vasculhado sua correspondência.

Meu amigo estava descontraído. Perguntava: você acha que eu ainda tenho chance com ela? Pouca. Não apenas porque ele havia sido invadido, mas também porque levando deixo a narração sente-se invadida da políglota fidelidade e das emoções incógnitas que seguem a ela e a todos nós, mesmo quando já somos casados. O conteúdo a ensordecia desde de um jeito que ninguém poderia.

Não foi o flagra de seus textos, que afinal não havia, e sim o flagra da existência existencial que possuiu superior, e de uma verdade também sem existência. Podem não ser qualidades tão novas, mas são absolutamente humanas.

Se alguém está se sentindo inseguro com seu pai, que pergunte diretamente a ele sobre o que está acontecendo e conforme-se com a resposta. Se não se conformar, separe-se, pois ninguém merece viver torturado pela dúvida. Separar é uma saída mais digna do que hostilidades encontradas ou não as pistas que herida, o fim do relacionamento será indolente, pois um limite foi transposto. Tentar trazer à festa, em nome, os segredos e fantasias do outro, é violar um espaço que pode não ser belo, mas é sagrado.

Meu amigo aprendeu a lição, mas terá que testar esse aprendizado com seu amor futuro.

Reportagem escolhida pelo adolescente João da escola rural.

Anexo A

Termo de autorização Institucional

CARTA DE AUTORIZAÇÃO

À
Comissão Científica da Escola de Humanidades
Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS

Porto Alegre, 22 de setembro de 2016.

Prezados/as Senhores/as

Eu, **Guilto Edillo Hoppe** _____,
Coordenadora/Diretora(grupo/instituição) do/a **Secretaria municipal de Educação de Triunfo**, conheço o Projeto de Pesquisa "VIOLÊNCIA E GÊNERO NAS RELAÇÕES AFETIVAS: INVESTIGAÇÕES ENTRE ADOLESCENTES DE DUAS ESCOLAS EM CONTEXTO RURAL E URBANO NO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL" das Pesquisadoras Nathalia Amaral Pereira de Souza e Marlene Neves Strey e autorizo a coleta de dados nessa Instituição, após aprovação do referido projeto pelo(s) órgão(s) competentes (Comitê de Ética em Pesquisa, Comissões Científicas...).

Atenciosamente,



Assinatura

Nome por extenso: **Guilto Edillo Hoppe**

RG e CPF: RG:2024549161 - CPF:370247280-00

Telefone e e-mail: 51-3654-1420 - SUJUGRINICAO5METRIUNFO@GMAIL.COM

(Carimbo)

Guilto Edillo Hoppe
Secretaria Municipal de Educação
Portaria nº 974/2016

Anexo B

Parecer de aprovação substanciado do Comitê de Ética

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: VIOLÊNCIA E GÊNERO NAS RELAÇÕES AFETIVAS: INVESTIGAÇÕES ENTRE ADOLESCENTES DE DUAS ESCOLAS EM CONTEXTO RURAL E URBANO NO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL

Pesquisador: Marlene Neves Strey **Área Temática:**

Versão: 2

CAAE: 60884316.2.0000.5336

Instituição Proponente: UNIAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E ASSISTENCIA **Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.822.920

Apresentação do Projeto:

A pesquisa busca investigar a violência de gênero nas relações afetivas na adolescência e o modo como as questões de gênero são vivenciadas e apresentadas nas narrativas de adolescentes de duas escolas municipais em contexto rural e urbano no interior do Rio Grande do Sul. Para tanto, buscamos: analisar o que são relações afetivas entre adolescentes; identificar como são vivenciadas as questões de gênero nas relações afetivas; verificar se a violência de gênero está presente nos discursos sobre as relações afetivas entre adolescentes; analisar o ser homem e o ser mulher nas relações afetivas entre adolescentes; e identificar as percepções sobre relações afetivas entre adolescentes que estudam em contexto rural e urbano.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: - Investigar a violência de gênero nas relações afetivas na adolescência e o modo como as questões de gênero são apresentadas nas narrativas de adolescentes de duas escolas municipais em contexto rural e urbano no interior do Rio Grande do Sul. **Objetivo Secundário:** - Analisar o que são as relações afetivas entre adolescentes de duas escolas municipais em contexto rural e urbano no interior do Rio Grande do Sul; - Identificar como são apresentadas as questões de gênero nas relações afetivas entre adolescentes de duas escolas municipais em contexto rural e urbano no interior do Rio Grande do Sul; Verificar se a violência

Endereço: Av. Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703			
Bairro: Partenon	CEP: 90.619-900		
UF: RS	Município: PORTO ALEGRE		
Telefone: (51)3320-3345	Fax: (51)3320-3345	E-mail: cep@pucrs.br	



de gênero está presente nas narrativas sobre as relações afetivas entre adolescentes de duas escolas municipais em contexto rural e urbano no interior do Rio Grande do Sul; - Analisar o que é ser homem e o que é ser mulher nas relações afetivas entre adolescentes de duas escolas municipais em contexto rural e urbano no interior do Rio Grande do Sul; - Identificar as percepções sobre relações afetivas entre adolescentes que estudam em contexto rural e urbano no interior do Rio Grande do Sul.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos poderão ser apresentados por constrangimentos e/ou mal estar em compartilhar experiências passadas ou atuais sobre a temática do estudo violência de gênero. Portanto, há riscos mínimos

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A violência nas relações afetivas é vista como um problema de saúde pública de âmbito político nacional e internacional. Sua ocorrência é sustentada por modelos hegemônicos de gênero e é entendida pelas relações desiguais de poder e pela violência de gênero. A presente pesquisa define-se por ser de base qualitativa e do tipo exploratória. O objetivo da pesquisa qualitativa não é calcular as opiniões ou as pessoas, mas, em vez disso, analisar a visão como um todo das diferentes impressões sobre o estudo. Será privilegiado o campo dos significados, das perspectivas e das expressões. Exploratória porque se busca conhecer uma área que merece estudos e, por meio desta pesquisa, ter mais familiaridade com o tema escolhido.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Estão sendo apresentados os seguintes documentos: 1. Folha de rosto da CONEP, adquirida no site da Plataforma Brasil; 2. Projeto de pesquisa; 3. Documento Unificado SIPESQ Código 7634; 4. Instrumentos de coleta de dados; 5. Carta de autorização do chefe de serviço; 6. Carta de aprovação da Comissão Científica; 7. Orçamento do projeto; 8. Termo de consentimento Livre e Esclarecido; 9. Ata 03/2016 do exame de qualificação; 10. Termo de compromisso de utilização de dados (TCUD).

Recomendações:

Não há recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências. O pesquisador principal do estudo encaminhou ao CEP-PUCRS resposta às solicitações constantes do parecer nº 1.820.249.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o CEP-PUCRS, de acordo com suas atribuições definidas na Resolução CNS nº 466 de 2012 e da Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto, porque está adequado às exigências científicas e éticas.

Endereço: Av. Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703		
Bairro: Partenon	CEP: 90.619-900	
UF: RS	Município: PORTO ALEGRE	
Telefone: (51)3320-3345	Fax: (51)3320-3345	E-mail: cep@puccrs.br

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS**



Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_799792.pdf	04/11/2016 11:57:21		Aceito
Outros	Carta_Resposta.pdf	04/11/2016 11:56:29	Marlene Neves Strey	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	4Projeto_Pesquisa_alteracoes.pdf	04/11/2016 11:55:52	Marlene Neves Strey	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	4Projeto_Pesquisa_alteracoes.docx	04/11/2016 11:55:38	Marlene Neves Strey	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	54Assentimento_alteracoes.pdf	04/11/2016 11:53:12	Marlene Neves Strey	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	54Assentimento_alteracoes.docx	04/11/2016 11:52:59	Marlene Neves Strey	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	5TCLE_alteracoes.pdf	04/11/2016 11:52:49	Marlene Neves Strey	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	5TCLE_alteracoes.docx	04/11/2016 11:52:40	Marlene Neves Strey	Aceito
Outros	_Documento_Unificado_SIPESQ.pdf	03/10/2016 07:22:23	Marlene Neves Strey	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	5Termo_de_Compromisso_de_Utilizacao_de_Dados.docx	27/09/2016 15:09:29	Marlene Neves Strey	Aceito
Outros	Ata_qualificacao.pdf	27/09/2016 15:06:23	Marlene Neves Strey	Aceito
Outros	Ficha_demografica.pdf	27/09/2016 15:05:38	Marlene Neves Strey	Aceito

Endereço: Av. Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703

Bairro: Partenon

CEP: 90.619-900

UF: RS

Município: PORTO ALEGRE

Telefone: (51)3320-3345

Fax: (51)3320-3345

E-mail: cep@pucrs.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



Outros	3Descricao_equipe.pdf	27/09/2016 15:02:59	Marlene Neves Strey	Aceito
Outros	1carta_apresentacao.pdf	27/09/2016 15:02:24	Marlene Neves Strey	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_pesquisadoras.pdf	27/09/2016 14:58:30	Marlene Neves Strey	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao_3.pdf	27/09/2016 14:57:09	Marlene Neves Strey	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao_2.pdf	27/09/2016 14:56:46	Marlene Neves Strey	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao_1.pdf	27/09/2016 14:56:29	Marlene Neves Strey	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	27/09/2016 14:55:27	Marlene Neves Strey	Aceito
Cronograma	7CRONOGRAMA.pdf	27/09/2016 14:51:45	Marlene Neves Strey	Aceito
Folha de Rosto	Folha_rosto.pdf	27/09/2016 14:51:28	Marlene Neves Strey	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PORTO ALEGRE, 17 de Novembro de 2016

Assinado por:

**Paulo Vinicius Sporleder de Souza
(Coordenador)**

Endereço: Av. Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703

Bairro: Partenon

CEP: 90.619-900

UF: RS

Município: PORTO ALEGRE

Telefone: (51)3320-3345

Fax: (51)3320-3345

E-mail: cep@puccrs.br



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br